



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
DOUTORADO EM LETRAS**

CELIANE SOUZA SANTOS

A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CORPO PROPOSTA POR ENI ORLANDI

SALVADOR

2024

CELIANE SOUZA SANTOS

A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CORPO PROPOSTA POR ENI ORLANDI

Tese apresentada ao curso *stricto sensu* de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Julio Neves Pereira (UFBA)

Coorientadora: Profa. Dra. Isadora Lima Machado (UFBA)

SALVADOR

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza Santos, Celiane
A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CORPO PROPOSTA POR ENI
ORLANDI / Celiane Souza Santos. -- Salvador, 2024.
157 f.

Orientador: Julio Neves Pereira.
Coorientador: Isadora Lima Machado.
Tese (Doutorado - Pós-graduação em Língua e Cultura) -
- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal
da Bahia, 2024.

1. História da Linguística. 2. Corpo. 3. Eni
Orlandi. I. Neves Pereira, Julio. II. Lima Machado,
Isadora. III. Título.

CELIANE SOUZA SANTOS

A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CORPO PROPOSTA POR ENI ORLANDI

Texto apresentado ao curso *stricto sensu* de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para a avaliação de defesa da tese.

BANCA EXAMINADORA

Dra. ISADORA LIMA MACHADO, UFBA
Presidente - Coorientadora

Dra. MARAISA LOPES, UFPI
Examinadora Externo

Dra. ANGELA CORRÊA FERREIRA BAALBAKI, UERJ
Examinadora Externa

Dra. ADRIANA SANTOS BATISTA, UFBA
Examinadora Interno

DR. LUIZ FELIPE ANDRADE SILVA, UFBA
Examinador Interno

Podem nos abrir outras perspectivas de produzirmos e circularmos com nossa ciência (ou ciência feita por nós), sem ter de pagar o pedágio para a colonização e a mundialização ortodoxa (superada), que nos mantêm reféns de um discurso em que ainda funciona o silenciamento e a censura mais do que o incompreensível e o que pode vir a ser outro: a descoberta (Eni Orlandi, 2017, p. 199).

SANTOS, Celiane Souza. **A circulação da ideia de corpo proposta por Eni Orlandi**. Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Julio Neves Pereira. 2024. 157 f. (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

A presente tese, resultado de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, retrata o processo de elaboração teórica da ideia de corpo, presente nas obras de Eni Orlandi, publicadas entre 1983-2017, a partir da perspectiva da História da Linguística. A investigação tem por objetivo analisar a ideia de corpo na obra de Eni Orlandi e compreender seus efeitos em publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso, produzidas entre 2013-2023. A partir de expressões como: *Colonização Científica* – Orlandi (2007, 2014), Quijano (2005) e Mignolo (2014); *História do Corpo* – Courtine (2012, 2013), Foucault (1979, 2012); *Noção de Corpo* – Orlandi (1983, 1988, 1990, 1992, 1993, 1998, 1999, 2001, 2012 e 2017) esse estudo foi guiado pela questão de pesquisa: como se dá a formulação e a circulação da ideia de corpo enquanto materialidade do sujeito na obra de Eni Orlandi? Para tanto, estudamos a formulação da ideia de corpo em Eni Orlandi em obras de 1983 até 2017; em seguida, foram selecionadas 22 produções científicas (artigos, dissertações e teses) que abordam a referida ideia de corpo. Dos trabalhos investigados, destacamos, enquanto *corpus* dessa tese, recortes organizados por categorias e analisados a partir da perspectiva da História da Linguística (Swiggers, 2013). Constatamos pelas análises: (1) Eni Orlandi formula a ideia de que “o corpo é a materialidade do sujeito”; (2) que o enunciado é ressignificado ao ser repetido, graças ao funcionamento da ideologia e do inconsciente, o que afeta o sujeito a dizer de um jeito e não de outro; (3) existem trabalhos que abordam a ideia orlandiana conferindo autoria, uns de forma direta – declarando a teórica e validando sua criação científica – outros, mencionando referência da autora, mas sem defender a legitimidade da ideia; (4) há pesquisas que omitem a referência, como gesto de apagamento por generalização ou por assunção de autoria.

Palavras-chave: História da Linguística; Corpo; Eni Orlandi.

SANTOS, Celiane Souza. **The circulation of the idea of the body proposed by Eni Orlandi**. Research advisor: Prof. Dr. Julio Neves Pereira. 2024. 157 f. (Doctorate in Language and Culture) - Institute of Letters, Federal University of Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

This thesis, as a result of qualitative bibliographical research, portrays the process of theoretical elaboration of the idea of the body, present in the works of Eni Orlandi, published between 1983-2017, from the perspective of the History of Linguistics. The aim of the research is to analyze the idea of the body in Eni Orlandi's work and to understand its effects on publications by Brazilian researchers from the materialist perspective of discourse, produced between 2013-2023. Based on expressions such as: Scientific Colonization - Orlandi (2007, 2014), Quijano (2005) and Mignolo (2014); History of the Body - Courtine (2012, 2013), Foucault (1979, 2012); Notion of the Body - Orlandi (1983, 1988, 1990, 1992, 1993, 1998, 1999, 2001, 2012 and 2017) this study was guided by the research question: how is the idea of the body formulated and circulated as a materiality of the subject in the work of Eni Orlandi? For this purpose, we studied the formulation of the idea of the body in Eni Orlandi's works from 1983 to 2017; we then selected 22 scientific papers (articles, dissertations and theses) that dealt with the idea of the body. Of the reviewed studies, we highlight, as the corpus of this thesis, clippings organized into categories and analyzed from the perspective of the Linguistics History (Swiggers, 2013). The analyses shows that: (1) Eni Orlandi formulates the idea that "the body is the materiality of the subject"; (2) that the utterance is re-signified when it is repeated, due to the mechanisms of ideology and the unconscious, which affects the subject to say things in one way and not another; (3) there are studies that approach the Orlandian idea by conferring authorship, some directly – declaring the theorist and validating her scientific creation – others, mentioning the author's reference, but without defending the legitimacy of the idea; (4) there are studies that omit the reference, as a gesture of erasure due to generalization or authorship assumption.

Keywords: History of Linguistics; Body; Eni Orlandi.

SANTOS, Celiane Souza. **La circulation de la notion de corps selon Eni Orlandi**. Directeur de recherche: Prof. Dr. Julio Neves Pereira. 2024. 157 f. Mémoire (Doctorat en Langue et Culture) – Institut de Lettres, Université Fédérale de Bahia, Salvador, 2024.

RÉSUMÉ

Cette thèse, fruit d'une recherche bibliographique avec une approche qualitative, présente le processus d'élaboration théorique de l'idée de corps, présent dans les œuvres d'Eni Orlandi, publiées entre 1983-2017, du point de vue de l'Histoire de la Linguistique. La recherche vise à analyser l'idée du corps dans l'œuvre d'Eni Orlandi et à comprendre ses effets dans les publications de chercheurs brésiliens inscrits dans la perspective matérialiste du discours, réalisées entre 2013 et 2023. En utilisant des expressions telles que : Colonisation scientifique – Orlandi (2007, 2014), Quijano (2005) et Mignolo (2014) ; Histoire du corps – Courtine (2012, 2013), Foucault (1979, 2012) ; Notion de corps – Orlandi (1983, 1988, 1990, 1992, 1993, 1998, 1999, 2001, 2012 et 2017) cette étude a été guidée par la question de recherche : comment se formule et circule l'idée de corps selon la matérialité du sujet dans l'œuvre d'Eni Orlandi ? À cette fin, nous avons étudié la formulation de l'idée du corps chez Eni Orlandi dans des travaux de 1983 à 2017. Ensuite, 22 productions scientifiques (articles, mémoires et thèses) qui abordent cette idée du corps ont été sélectionnées. Parmi les travaux étudiés, nous soulignons comme corpus de cette thèse des extraits organisés par catégories et analysés dans la perspective de l'Histoire de la linguistique (Swiggers, 2013). Nos analyses ont révélé que : (1) Eni Orlandi formule l'idée que « le corps est la matérialité du sujet » ; (2) l'énoncé prend un nouveau sens lorsqu'il est répété, grâce au fonctionnement de l'idéologie et de l'inconscient, qui incite le sujet à le dire d'une manière et non d'une autre ; (3) il existe des ouvrages qui abordent l'idée orlandienne, en conférant la paternité, certains directement – en déclarant la théorie et en validant sa création scientifique – d'autres, en mentionnant la référence de l'auteur, mais sans défendre la légitimité de l'idée ; (4) il existe des recherches qui omettent la référence, soit par geste d'effacement par généralisation, soit par conjecture de paternité.

Mots-clés: Histoire de la linguistique; Corps; Eni Orlandi.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------------|--|
| AD | Análise de Discurso |
| AIE | Aparelhos Ideológicos do Estado |
| CEDU | Centro de Documentação Urbana |
| DP | Discurso Pedagógico |
| FD | Formação Discursiva |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| IEL | Instituto de Estudos da Linguagem |
| IMT | Instituto de Medicina Tropical |
| LABEURB | Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp |
| PUC-CAMPINAS | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNIVÁS | Universidade do Vale do Sapucaí |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO: “TERRA À VISTA” | 10 |
| 2 NA TRILHA: VIDA, TEORIA E AUTORIA DE ENI ORLANDI | 19 |
| 2.1 AUTORIA NA VERTENTE TEÓRICA ORLANDIANA | 26 |
| 2.2 A COLONIZAÇÃO CIENTÍFICA (DE)BATIDA POR ORLANDI E OUTROS AUTORES | 29 |
| 2.3 MOVIMENTO DE DE(S)COLONIALIDADE: UMA RESPOSTA À POLÍTICA CIENTÍFICA COLONIAL | 34 |
| 3 OS FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA | 41 |
| 4 MARCOS SULEADORES E O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE CORPO NO MOSAICO DE OBRAS ORLANDIANAS | 48 |
| 4.1 A POSIÇÃO-SUJEITO NA DISCURSIVIDADE | 57 |
| 4.2 DO DISCURSO ENCARNADO À IDEIA DE CORPO..... | 80 |
| 5 “O CORPO É A MATERIALIDADE DO SUJEITO”: A AUTORIA ENTRE A CITAÇÃO E O APAGAMENTO | 95 |
| 5.1 REFERENCIAÇÃO DE AUTORIA..... | 97 |
| 5.2 APAGAMENTO POR GENERALIZAÇÃO | 105 |
| 5.3 APAGAMENTO POR ASSUNÇÃO DE AUTORIA | 110 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| REFERÊNCIAS | 121 |
| APÊNDICE A – LISTAGEM E ORGANIZAÇÃO DE OBRAS | 126 |

1 INTRODUÇÃO: “TERRA À VISTA”

Viver é um rasgar-se e remendar-se.

Guimarães Rosa

De fato, escrever expõe as nossas entranhas. E é, dessa forma, que nos sentimos desde o início do exercício da escrita desse texto, vez que se trata de um processo arduo para muitos e, para nós, não foi diferente. As condições objetivas dessa produção têm tido uma dificuldade exponencial frente a questões ideológicas, políticas, sociais e históricas que estamos vivendo, tanto em nível internacional, quanto em nível local, o que repercute, sobremaneira, na vida ordinária das pessoas.

No cenário mundial, em 2013, vivenciamos movimentos de recomposição das forças conservadoras, atentando contra quaisquer conquistas que foram legitimamente e historicamente alcançadas pelas minorias sociais. Em nosso país, o referido cenário fez com que esse discurso ficasse aparente quando ocorreu a eleição de uma mulher, Dilma Vana Rousseff, como presidenta da república em 2010, e a sua reeleição em 2014, o que fez emergir situações e fatos marcados pelo ódio e todas as formas de preconceito. Com isso, as narrativas marcadas pelo fascismo, pelo racismo, pela xenofobia, pela misoginia, dentre outras, alcançaram maior visibilidade e problematização.

Em sequência, a expressão maior de hegemonia desse discurso se deu em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, capitão da reserva do Exército Brasileiro, ao se declarar intérprete da vontade comum, quando defendia princípios como o patriotismo, o conservadorismo, o resgate das tradições – da moral e dos bons costumes, da família tradicional, da religião cristã. A eleição de Bolsonaro amplificou e pulverizou manifestações análogas ao fascismo, dentre outras formas de opressão.

A presente tese atravessou e foi atravessada pela transição de dois governos que se declaram radicalmente opostos e que dividem a população brasileira, ainda mais polarizada. Assim, esse vem sendo o cenário de fundo do desenvolvimento da pesquisa e da escrita desse texto, marcado por disputas de vozes, de espaços e de poderes, configurando-se em manifestações e repressões. Mais do que nunca, justamente nesse contexto, parece-nos urgente falar das questões (e por que não interdições?) que afetam a vida de mulheres no Brasil.

Tais discursos de negação e silenciamento/apagamento são manifestados pelos diversos segmentos da sociedade brasileira, mal que se mantém presente, forte e até legitimado na contemporaneidade. Por isso, julgamos necessário falar das múltiplas forças de opressão contra as mulheres, sobretudo no/do Brasil.

De tudo isso, resta-nos uma escrita insurgente frente à cultura imperialista (como a melhor/a única versão), o que reforça a urgência da luta por liberação, por dias melhores, pelo direito de existir e de ter conquistas e feitos reconhecidos. Ao nos deparar com esse cenário, questionamo-nos acerca das motivações que autorizam a permanência das assimetrias de gênero, de raça e de origem geográfica, por exemplo. Quando fazemos o esforço de retomar a trajetória da humanidade, nos damos conta de que tais desigualdades não são uma novidade do tempo histórico que estamos vivendo. Pelo contrário, o desejo e a tentativa de grupos hegemônicos se constituírem e se projetarem diante de grupos marginalizados existem desde sempre.

A construção desse trabalho também foi afetada pelo contexto pandêmico, em que o Brasil e todo o mundo vivenciaram a contaminação em massa da população global pelo coronavírus. Em meio a essa crise sanitária, saltava-nos aos olhos noticiários que revelavam (e continuam revelando) as mais diversas condições de subjugação de mulheres. Para além dos mais diferentes tipos de violência e das múltiplas vulnerabilidades que essa parte da sociedade está exposta diuturnamente, ainda lidam há séculos com a negação de direitos e de reconhecimento.

É por essa razão que, historicamente, as mulheres estiveram à margem de reconhecimento nos diferentes âmbitos da vida em sociedade. No campo científico, por exemplo, elas eram (e ainda são) desconsideradas, desprestigiadas, subjugadas. A premissa da hierarquização de gênero produzida pelo patriarcado (a mulher como sub-gênero, gênero inferior) leva à historização das grandes descobertas (as mais reconhecidas) creditadas a cientistas homens, mesmo que tenha havido participação ativa de mulheres.

O contexto pandêmico, além de evidenciar a importância da Ciência para uma situação de crise sanitária como a vivida, mostrou a atuação científica feminina, cumprindo papel social elementar na produção de conhecimento. Em tal período, foi possível perceber que embora ainda vem se sustentando uma estrutura sociocultural de desvalorização do fazer científico das mulheres, paralelamente coexiste a laboração de muitas pesquisadoras que desafiam os limites impostos pelo machismo

estrutural no cenário nacional. A título de comprovação, destacamos aqui as duas brasileiras líderes da pesquisa que sequenciou (em apenas 48h após a primeira confirmação de casos da doença no país) o genoma do novo coronavírus, um feito recorde que contribuiu para que o mundo combatesse a Covid-19.

A professora Ester Sabino e a soterapolitana Jaqueline Goes de Jesus coordenavam à época a equipe de pesquisadores do Programa de Patologia Humana e Experimental, parceria entre a UFBA e a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Bahia. A cientista baiana, mulher negra e de classe popular, pós-doutora pelo Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IMT/USP). O reconhecimento pelo pioneirismo das pesquisadoras na produção de conhecimento acerca do sequenciamento desse genoma é fato inusitado que destoa dos registros da história, que rompe com a invisibilidade legada às mulheres no Brasil. Mudar essa perspectiva é, no mínimo, desafiador; primeiro, porque se o fato de ser uma cientista mulher já configure um grande feito, ser brasileira, nordestina e negra é a brecha possível para burlar o sistema opressor.

Segundo porque, nesse momento em que a direita política (representada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, do PL) assumia o poder no Brasil, em paralelo ao contexto pandêmico mundial, foram inúmeras as implicações insididas contra a produção científica no país. Como exemplo, bloqueios de verbas direcionadas às instituições de ensino superior, o que afetou – dentre outras coisas – as pesquisas planejadas ou em andamento nas universidades e nos institutos federais brasileiros.

Nossas leituras no campo teórico dos Estudos de Gênero e Sexualidade certamente nos convocam a olhar para as questões que envolvem gênero e desigualdades, mais especificamente no âmbito das produções científicas. A reunião de opressões sofridas pelas mulheres (e aqui nos colocamos também) provocou-nos a desenvolver uma pesquisa que se inscreveu ideologicamente na luta pela igualdade de direitos.

Dado o cenário de incerteza em que vivemos e os efeitos gerados por ele, julgamos oportuno revelar que a escrita desse texto foi atravessada por movimentos de que ora as questões teóricas lastreavam as nossas discussões, ora concorriam para escapar do domínio do esforço da compreensão da realidade, contribuindo, assim, para que esse texto fosse (e continuará sendo) inacabado. Acrescentamos a isso o fato de a teoria a qual nos filiamos compreender a linguagem constituída de

falhas, o que faz com que a eleição desse objeto de estudo – *a ideia¹ de corpo proposta por Eni Orlandi em produções científicas brasileiras (2013-2023)* – seja marcada por um processo de continuidades/rupturas.

O nosso encontro com o objeto de pesquisa aconteceu a partir do interesse pessoal em estar debatendo as questões que se inscrevem como pauta nos Movimentos Feministas, como as desigualdades de gênero. Associado a isso, nossas leituras de estudos sobre Saber Urbano e Linguagem, desenvolvidos no Labeurb (Laboratórios de Estudos Urbanos da Unicamp), realizados por Eni Orlandi e pesquisadores como Eduardo Guimarães, Cristiane Dias, Carolina Rodriguez, Claudia Castellanos Pfeiffer, Greciely Cristina Costa, José Horta Nunes, Marcos Barbai entre outros, renderam-nos o achado teórico da ideia de corpo cunhada por Eni Orlandi. Importante considerar, nesse momento, que esse Laboratório foi fundado no ano de 2012 (como narraremos mais à frente), coincidindo – inclusive – com o mesmo período de apresentação da ideia Orlandiana à comunidade acadêmica, mais especificamente na área da Análise do Discurso. Tal feito, fruto dos estudos desenvolvidos sobre o corpo urbano, aguçou nossas questões analíticas para compreender como se dava a recepção da referida ideia frente às pesquisas científicas desenvolvidas por demais pesquisadores brasileiros.

Para irmos ao encontro do nosso objeto de investigação, optamos por iniciar o trabalho pelo estudo dos fundamentos da história da linguística, a partir da temática do corpo², nas obras de Eni Orlandi, o qual se deu considerando alguns aspectos, que avaliamos importante declarar. Primeiro, nosso interesse em investigar o fazer científico de uma mulher. Segundo, pela importância em perceber os efeitos da territorialidade na legitimação do saber, ou seja, o processo de significação da produção de conhecimento no/do Brasil frente ao imperialismo/à supremacia da ciência eurocêntrica. Terceiro, pela relevância em estudar a temática do corpo, tão necessária em nossos dias. Por fim, e não menos importante, dada a nossa disposição de compreender os modos de insurgência da sujeita mulher decolonial, ocupante de lugares de subordinação/sujeição.

¹ Ideia está sendo compreendida aqui nesse trabalho como percepção intelectual, concepção teórica, conhecimento.

² Texto publicado pela Doutora em Linguística, pela UNICAMP, Greciely Cristina da Costa, na Revista *Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 2, n. 1, p. 50-61, 2018.

Isso posto, a voz de Orlandi³ não ecoa na mesma frequência e no mesmo volume dos discursos que são historicamente/socialmente aceitos como representantes da globalização científica. Ao contrário, busca ressoar uma atividade científica universal e, portanto, plural. Em que pese ser uma pesquisadora mulher, latino-americana, ela alcança visibilidade nos espaços de produção do conhecimento, mas não está listada entre as obras centrais tidas como mais valiosas, nem alcança o reconhecimento canônico.

É a partir desse cenário que essa pesquisa foi se constituindo num processo de construção, desconstrução, reelaboração. Com base em movimentos de aproximação, distanciamento e reaproximação com o objeto de estudo que tomamos como orientador do presente trabalho, dispomo-nos a realizar uma investigação cujo **objetivo geral** foi: *analisar a ideia de corpo na obra de Eni Orlandi e compreender os efeitos dessa ideia em publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso, produzidas entre 2013-2023.*

Partindo do direcionamento obtido por meio da delimitação acima exposta, passamos para o exercício de estabelecer os seguintes **objetivos específicos**: i. refletir sobre *a contribuição e o legado de Eni Orlandi, ao definir o corpo como materialidade do sujeito*; ii. *compreender os modos de circulação da ideia de corpo*; iii. *demonstrar o processo de elaboração teórica do conceito de corpo, presente nas obras de Eni Orlandi, publicadas entre 1983-2017⁴*; iv. *identificar como se dá a atribuição de autoria da ideia orlandiana de corpo em publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso, produzidas entre 2013-2023.*

Com base nessa perspectiva, tomamos a produção acadêmica da teórica Eni Orlandi como estrutura fundante dessa tese. Para tanto, acessamos e nos debruçamos em obras dela, que possibilitaram tanto o aporte teórico que a tese demandava, quanto os diálogos de Orlandi com os demais pesquisadores, a fim de abordar conceitos como: *Colonização Científica* – Orlandi (2007, 2014), Quijano (2005) e Mignolo (2014); *Historiografia da linguística* – Pierre Swiggers (2010; 2013;

³ É o que nos mostra a comemoração dos 40 anos do livro “A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso”, de Eni Puccinelli Orlandi, promovida pelas Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Rondônia no ENCONTRO NACIONAL EM ANÁLISE DE DISCURSO. Disponível em: <https://enadis.unir.br/noticia/exibir/26390>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁴ Selecionamos as obras publicadas até 2017 visto que as posteriores “Linguagem, Instituições e Práticas Sociais” de 2018 e “Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises” de 2023 não possuem abordagem do conteúdo alvo de nossa investigação.

2015); *História do Corpo* – Courtine (2012, 2013), Foucault (1979, 2012); *Ideia de Corpo* – Orlandi (1983, 1988, 1990, 1992, 1993, 1998, 1999, 2001, 2012 e 2017).

Para realizar a pesquisa, fizemos o levantamento das obras de Eni Orlandi, especificamente as que traçaram o percurso interpretativo para construção da ideia do corpo enquanto materialidade do sujeito, com intuito de – a partir disso – pensar esse percurso a partir da História da Linguística. Nessa etapa foi imperioso examinar em que medida tal ideia sofreu deslizamentos de sentido (o que se repetiu, o que foi reformulado). Como segundo passo, realizamos a busca por trabalhos que abordavam a ideia orlandiana, a fim de investigar como aconteceram as citações, compreender de que forma as instituições condicionam tais formulações e identificar quais efeitos de sentido são produzidos.

Os recortes dos textos que compõem o *corpus* da presente tese, foram analisados à luz da História da Linguística a partir das pesquisas de Swiggers (2013). Esse campo de estudos objetiva estabelecer a história das ideias linguísticas por meio da operacionalização de um “conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos” (2013, p. 43).

O procedimento adotado para o levantamento do *corpus* da presente tese deu-se a partir da pesquisa de trabalhos que tinham como recorte a temática do corpo, disponíveis em sites de repositórios (repositório da CAPES, google acadêmico, repositórios institucionais). Foi lançado inicialmente o termo “materialidade”, quando registramos 111 ocorrências, e depois “materialidade do sujeito”, obtendo 49 ocorrências. Desse total, retivemos os trabalhos que abordavam – direta ou indiretamente – o conceito de corpo como materialidade do sujeito, e os que estavam inseridos no intervalo de tempo (2013 a 2023), visto que são pesquisas elaboradas posteriormente à formulação da ideia orlandiana de corpo até a presente data de nosso levantamento. Os trabalhos encontrados perfizeram um total de 22 publicações.

Após essa seleção, foi o momento de relacionar os recortes, que foram analisadas nessa tese. Com esse propósito, separamos os recortes por categorias, em conformidade às regularidades que interpretamos (que podem não ser únicas) nas publicações examinadas. Entendemos como divisão as seguintes

classificações⁵: **a) referência de autoria** (12 ocorrências); **b) apagamento por generalização** (5 ocorrências); **c) apagamento por assunção de autoria** (5 ocorrências).

Do exposto, passaremos à apresentação de como está estruturada esta tese. No capítulo 2, intitulado: “*Na trilha: vida, teoria e autoria de Eni Orlandi*”, é abordada a biografia da teórica, sua trajetória acadêmica e sua produção científica. Além disso, demos relevo aos trabalhos de pesquisadores que fazem menção honrosa às ideias de Orlandi e a sua contribuição para a AD. Como seção 2.1 desse capítulo trouxemos “*Autoria na vertente orlandiana*”, seguida da seção 2.2 “*A colonização científica (de)batida por Orlandi e outros autores*”, quando abordamos a conceituação de autoria defendida e proposta nessa tese, a qual se baseia no construto teórico de Eni Orlandi e, por último, a seção 2.3 “*Movimento de de(s)colonialidade: uma resposta à política científica colonial*” em que apresentamos a questão da colonização e a proposta do movimento de(s)colonial, a partir de um diálogo entre Orlandi e demais pesquisadores.

No capítulo 3, intitulado: “*Os fundamentos da historiografia da Linguística*”, buscamos situar teoricamente – a partir da visão de Swiggers, e outros pensadores como De Clercq Swiggers (1991), Swiggers, Desmet Jooken (1998a, 1998b) – a perspectiva primária de análise feita dentro da historiografia da linguística. Através desses estudos, pudemos observar a complexidade e a riqueza da história da linguística, bem como a importância de refletir sobre os fundamentos que moldaram essa tradição de pensamento. É fundamental, portanto, reconhecer o papel da historiografia da linguística como um instrumento essencial para o desenvolvimento e a consolidação do campo, possibilitando a reavaliação crítica das teorias linguísticas e a construção de novas abordagens e paradigmas.

Em paralelo, viu-se que a abordagem de Swiggers e demais pesquisadores busca suspender o purismo atribuído às escolhas dos linguistas e considerar as condições de emergência de saberes e categorias linguísticas, ao posicionar o historiador da linguística através de perguntas sobre como o conhecimento linguístico foi adquirido, formulado, difundido e preservado. Assim, essas perguntas, que requerem uma análise que leve em consideração os contextos cultural, político,

⁵ Importante considerar que nesse momento estamos categorizando e selecionando a partir de uma perspectiva de análise que adotamos, o que resta dizer que não se esgotam, ou seja, são categorias e ocorrências dadas pelo movimento interretativo de nosso trabalho. Logo, para além delas, possam haver tantas outras.

socioeconômico, linguístico e científico, se mostram primordiais para o fazer historiográfico.

No capítulo 4, intitulado: “*Marcos suleadores e o percurso de construção da ideia de corpo no mosaico de obras orlandianas*”, inicialmente, produzimos uma síntese da historicidade do corpo desenvolvida a partir da obra de Courtine (2012), referência tomada por Orlandi para elaborar e sistematizar o seu constructo teórico. Em seguida, cumprimos a finalidade de acompanhar o percurso trilhado por Orlandi no processo de elaboração do conceito de corpo, nas obras produzidas pela teórica entre os anos de 1983 e 2017. Com esse fito, dividimos em duas seções o referido capítulo, a saber: 4.1 “*Da posição-sujeito na discursividade ao discurso encarnado*” e a 4.2 “*A ideia de corpo na espaço urbano*”.

No capítulo 5, intitulado: “*O corpo é a materialidade do sujeito*”: *a autoria entre a citação e o apagamento*”, realizamos as análises dos recortes a partir dos trabalhos científicos que abordam o conceito de corpo, proposto por Eni Orlandi. De posse dos recortes eleitos e analisados, seguimos para o agrupamento das mesmas em 3 (três) categorias de análise, que foram definidas após os gestos de interpretação, considerando as regularidades apresentadas.

Na primeira categoria, seção 5.1 “*Referenciação de autoria*”, notamos que alguns pesquisadores atribuem autoria explícita e/ ou velada à Eni Orlandi. Já na segunda categoria, seção 5.2 “*Apagamento por generalização*”, interpretamos a atribuição indireta à Análise de Discurso ou a Pêcheux, por exemplo, como deslocamento de autoria que deveria ser conferida à teórica em questão. Como terceira categoria, seção 5.3 “*Apagamento por assunção de autoria*”, demonstramos como acontece, pelo funcionamento histórico da ciência, o silenciamento autoral da ideia de corpo desenvolvida por Orlandi.

No capítulo 6, intitulado “*Considerações Finais*”, notamos que recortes analisados trazem consigo uma característica em comum - fazem referência à obra da teórica de forma direta, declarada, sendo que, para isso, os autores utilizam de fragmentos da ideia orlandiana, a fim de respaldar e sustentar as suas respectivas argumentações, considerando que cada um deles aborda aspectos diferentes dessa teorização. Podemos dizer, então, que os trabalhos analisados compõem uma pequena parte do *corpus* da pesquisa, dentre os demais da presente tese, que trazem a referência de autoria à ideia de Orlandi explicitamente declarada, fazendo disso uma regularidade percebida entre os recortes.

Ao longo da história, a produção científica já nos disse muito (e continua a nos dizer) sobre a sociedade, e é registro de lutas, lugar de investigação, manipulada (e que manipula), sendo sede da ambivalência entre controle e criatividade. Por isso, acreditamos na proposta de subversão à lógica capitalista, rompendo e abrindo fissuras no movimento de produção científica.

Se, por um lado, há o funcionamento histórico de uma Ciência (com ancoragem simbólica classificatória) interpelada ideologicamente por formações imaginárias da supremacia do eurocentrismo, do patriarcado, o que implica em saberes deslegitimados, assujeitamentos e interdições de culturas outras, por outro lado, tem havido o funcionamento de uma “contraciência global” (Orlandi, 1992) que se materializa em saberes decoloniais, discursos de resistência que furam a estrutura dominante. Uma posição sujeito de resistência aos discursos dominantes.

2 NA TRILHA: VIDA, TEORIA E AUTORIA DE ENI ORLANDI

Quando entra em questão a vida, o construto teórico e autoral de Eni Orlandi, observamos que algumas tentativas de descrever sua relevância atravessaram o tempo, significando – pela linguagem – conhecimento ou reconhecimento dessa autora que é referência para as Ciências Humanas em geral, e para as Ciências da Linguagem em particular. Damos relevo aqui ao texto “Habitar o insabido: encontro, travessia, invenção”,⁶ escrito por Greciely Cristina, a quem uniremos nossa voz. Propomo-nos a produzir linhas de significação sobre a biografia dessa pesquisadora latino-americana que nos brinda, há mais 50 anos, com todo legado do seu fazer científico, especialmente por sua forma peculiar de nos apresentar novas maneiras de conceber a linguagem.

Podemos citar oportunamente alguns trabalhos e eventos em que Eni Puccinelli Orlandi foi homenageada. No ano de 2022, ocorreu o XI Encontro Internacional Saber Urbano e Linguagem: 30 anos de “As formas do silêncio” (obra que recebeu o Prêmio Jabuti de Ciências Humanas, em 1993), promovido pelo Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp. Tratou-se de uma celebração duplamente comemorativa: aniversários do livro supracitado e da fundação do Labeurb.

No ano seguinte, em 2023, aconteceu o III Encontro Nacional em Análise de Discurso, um evento que comemorou os 40 anos do livro *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Na ocasião, não só foi reafirmada a frequente atuação e inovação da AD no Brasil, como também foi feita justa homenagem à autora da obra. É o que consta no site do evento⁷:

Nosso convite é para celebrar a publicação de um livro que não apenas consolida a presença da Análise do Discurso no Brasil, mas, acima de tudo, representa uma ruptura com um modo de se fazer estudos de linguagem entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Foi com o trabalho incessante de Eni Orlandi e com a circulação deste livro, publicado pela editora Brasiliense, em 1983, que gerações de analistas do discurso começaram a se formar e a se espalhar pelo Brasil. A linguagem e seu funcionamento, de Eni Puccinelli Orlandi, faz parte dos caminhos da

⁶ PFEIFFER, C. C. Instauração de um lugar de pesquisa, de uma posição pesquisadora –tributo a Eni Orlandi. *Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 2, n. 1, p. 29-35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/2788/2239>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁷ GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. Entrevista com Eni Orlandi. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1778. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 23 jan. 2024.

linguística brasileira como memória constitutiva das disputas de sentidos sobre a formulação de práticas teóricas e políticas educacionais.

Além do trabalho de Costa (2018), também Cláudia Castellanos Pfeiffer, em 2018, no texto “Instauração de um lugar de pesquisa, de uma posição pesquisadora – tributo a Eni Orlandi”⁸ se propõe a um gesto de homenagem atribuindo à ela a responsabilidade pela institucionalização e pelos desdobramentos da AD (como teoria, disciplina e área do conhecimento) no Brasil. Também os pesquisadores Grigoletto e Mariani (2020) condecoraram Orlandi, na oportunidade de uma entrevista, parte do dossiê “Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação, da ciência, da cultura”⁹. Nesse trabalho, há uma apresentação primorosa da entrevistada, como mostra o excerto abaixo:

O nome próprio Eni Orlandi é incontornável e inquestionável quando se discute a Análise de Discurso no Brasil. Como intelectual de forte presença nacional e internacional, Eni rompeu paradigmas nas universidades onde fez pesquisa, deu aulas e orientou bem mais do que uma centena de alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Seu percurso de reflexão não se inicia exatamente quando começou a atuar na universidade. Ele começa antes, nesse ponto de origem não detectável em que o sujeito se descobre impactado pela experiência da linguagem. Eni, com seu pensamento vivo, sem servilismos, aceitando o impensado, o contraditório, e sempre provocando deslocamentos, promoveu um trabalho inaugural problematizando os processos de produção e movimento dos sentidos a partir de dois campos de reflexão teórica: a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux e a História das Ideias Linguísticas, proposta por Sylvain Auroux (Grigoletto; Mariani, 2020, p. 247).

Como sequência dessa entrevista, as autoras reconhecem que as pesquisas realizadas por Orlandi promoveram relevantes e numerosas contribuições para essa ciência no Brasil. Inovações teóricas, formulações próprias, reterritorializações conceituais, construção de dispositivos de análise, desnaturalização das evidências quanto à língua, à gramática e à política linguística. Orlandi, na oportunidade, fala sobre a importância de discutir o político e o ideológico nas teorias linguísticas e de reclamar a discursividade das minorias, questionando o silêncio, a censura e a dessignificação (Grigoletto; Mariani, 2020). Tais questões apresentadas ajudam a sustentar o nosso trabalho com robustez e relevância, sobretudo porque a trajetória

⁸ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 26 nov. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>. Acesso em: 02 nov. 2023.

⁹ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 26 nov. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>. Acesso em: 02 nov. 2023.

intelectual e o construto científico de Orlandi retroalimentam - de forma intensa, viva, incessante e propositiva - as teorias da linguagem.

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi¹⁰, de família de imigrantes italianos, nasceu no interior de São Paulo, em 1942. Durante sua infância e adolescência, morou em fazenda, estudando assim na escola rural. Antes de iniciar formalmente os seus estudos, já estava alfabetizada, justamente por acompanhar sua irmã mais velha na escola. Ela fez toda sua formação em escola pública, e Orlandi assegura que foi essa educação que a concedeu base para sua vida intelectual. A literacia familiar (brincadeiras com as palavras, as contações de fábulas, a vivência com outras línguas) marcou sua vida com memórias afetivas que selaram o encantamento dela, desde sempre, pela linguagem.

Sua formação acadêmica foi iniciada quando entrou no curso de Letras (1961-1964), na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em Araraquara. À época, a Linguística ainda não existia como disciplina no currículo do curso, o que fez Eni Orlandi buscar, independentemente, suas leituras do marxismo (o que envolve o político, a história, a ideologia e a sociedade), estimulada por professores e praticada por colegas. Mantendo nessa faculdade uma vida política acadêmica atuante, precisou - assim como muitos colegas e mestres - enterrar livros e mudar para São Paulo (sendo alguns até para outros países), no golpe de 1964 (Orlandi, 2014).

Após conclusão da graduação, ela foi para a Universidade de São Paulo no intuito de desenvolver – por lá – seus estudos linguísticos. Mas, para isso, teve que reivindicar – junto a outros pesquisadores – a implementação da disciplina Linguística Geral, visando a autonomia da Análise de Discurso na USP. Nessa mesma Universidade desenvolveu suas pesquisas de Mestrado (1967-1970) e de Doutorado (1971-1976) – ambos em Linguística.

Conforme relata Orlandi (2014), em seu estágio de doutoramento, pelo convênio Universidade de São Paulo/Paris-Vincennes (centro dos movimentos de esquerda), teve a oportunidade de estudar com O. Ducrot, N. Ruwet, assistir aula de grandes pesquisadores como Foucault, Lacan, Barthes, Benveniste e outros. Além disso, em uma de suas visitas (corriqueiras junto aos colegas) à livraria na Rue St

¹⁰ Informações concedidas por Eni Orlandi em entrevista intitulada: “Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar”, publicada em **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**, no ano de 2019.

Séverin, deparou-se com a obra *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, livro esse que aguçou sua curiosidade, justamente por estabelecer relação da linguagem com a política. Ela relata:

Tínhamos encontrado o que procurávamos: a Análise de Discurso de M. Pêcheux. Era 1969. Enfim o político, a ideologia, os sentidos podiam fazer parte do dia a dia da nossa reflexão sobre linguagem. Não como conteúdos, nem sujeitos tomados como sujeitos psicológicos. Sujeitos no/do discurso. Sujeitos e sentidos se constituindo em processos histórico-sociais. Materialidade. Semântica Discursiva (Orlandi, 2014, p. 44).

Segundo Isadora Machado (2023, p. 3), Orlandi instaura uma nova poética para a Análise de Discurso, que a autora chama de ‘uma poética da falha’:

Poética, e não retórica, no sentido de se tratar de um conjunto de princípios éticos e estéticos que orientam movimentos de produção e compreensão. Assim, Eni Orlandi captura movimentos e ideias na obra de Michel Pêcheux que faz saltar espaços de leitura, “recuos significantes” deslocamentos produtivos. A partir desse gesto fundamental de leitura, outros leitores retornam aos textos de Pêcheux já modificados e afetados pela leitura de Eni Orlandi. Não se trata de reivindicar aqui qualquer algo de originalidade, fundação, nada disso. Eni Orlandi, de meu ponto de vista, dá uma dimensão analítica à teorização de Michel Pêcheux [...].

Na primeira parte do livro *Ciência na linguagem e Política: anotações ao pé das letras*, publicação de 2014, Orlandi traça o marco histórico do surgimento, na França, da Análise de Discurso filiada ao Pêcheux, na década de 60, do século XX. A autora aponta uma conjuntura política internacional problemática frente à crise e à dispersão da esquerda. A Análise de Discurso lá iniciava uma incursão investigativa para estabelecer um novo objeto dessa ciência: o discurso. Por ele buscava-se a compreensão de como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na linguagem.

Em seu retorno ao Brasil, em 1970, de posse do livro de Pêcheux AAD 69, Orlandi volta como professora da USP, numa conjuntura política de forte censura com a ditadura militar (1964-1984), o que – segundo ela – e por tal razão, “nossas posições, teórico-políticas, estiveram desde sempre relacionadas às formas de resistência” (Orlandi, 2014, p. 33), direta ou indiretamente. Daí a necessidade de afirmar o político como constitutivo do discurso. Continuando, a autora ainda assevera que com a esquerda, com seus mestres e com Pêcheux, eles (os analistas de discurso) tinham aprendido a ousar pensar e a significar mesmo no silêncio.

É esta conjuntura em que aparece e procura se firmar a Análise de Discurso, de filiação a M. Pêcheux, no Brasil. Em um momento em que a luta pela palavra é fundamental e em que, como dissemos em outro trabalho (1992), o silêncio trabalha politicamente, significando o que não pode ser dito (Orlandi, 2014, p. 48).

É nesse cenário que a Análise de Discurso é introduzida no país pelas mãos dos pesquisadores Haqira Osakabe¹¹ e Eni Orlandi, mesmo numa conjuntura política adversa e sofrendo resistência da Linguística Formal. Sob a ótica do formalismo, a AD não era ciência, não tinha legitimidade, e assim desqualificava-a. Resistindo a isso, “pela natureza do conhecimento que produz, e pela compreensão da linguagem que acarreta, torna-se mais do que uma disciplina, mas uma área do conhecimento sobre a(s) linguagem(ns)” (Orlandi, 2014, p. 37).

As práticas acadêmicas de Orlandi deram-se inicialmente na PUC Campinas (como disciplina Análise de Discurso, voltada à tradução) e na USP (como a disciplina Análise Sociolinguística do Discurso Pedagógico), entre 1967-1979. Foi nesse período e no mesmo lugar em que ela foi professora durante 12 anos. Também atuou como professora na PUC. Após desenvolver pesquisas e praticar a teoria, a pesquisadora lança seu primeiro livro: “A linguagem e seu funcionamento” no momento em que as publicações não eram tão numerosas no Brasil.

Diferentemente do que se fazia na França, não começamos a Análise do Discurso pela análise do discurso político, pois já intuímos que o político não era um conteúdo, era um funcionamento; mais que isso, o político estava presente em qualquer discurso. Daí trabalharmos com o discurso pedagógico e chamarmos de autoritário (Orlandi, 2014, p. 45).

Orlandi nos conta, na obra em destaque, que os primeiros estudos em AD foram publicados na revista “Série Estudos”, dirigida, à época, por Eduardo Guimarães. Disse também que as grandes reuniões científicas aconteciam (mesmo durante a ditadura), só que silenciosamente. Em 1967, saiu da USP – em razão de relações críticas que inviabilizaram seu trabalho – e foi para UNICAMP – à convite do professor Haqira Osakabe, onde passou a lecionar “Análise de Discurso”. Enquanto disciplina,

¹¹ Haqira Osakabe foi um dos primeiros pesquisadores a trazer as obras de Pêcheux para o Brasil, mas após defender sua tese de doutorado, em 1975, mudou de área, trilhando novos estudos em Literatura.

institucionalizou-se, passou a fazer parte do curriculum e permitiu que se pudessem enviar projetos de Análise de Discurso a organismos de fomento assim como conceder bolsas a mestrandos e doutorandos nesta disciplina, o que foi um passo crucial na história da Análise de Discurso e seu desenvolvimento no Brasil. Daí a enorme importância da UNICAMP nesta história (Orlandi, 2014, p. 42).

Segundo autodeclaração no Lattes¹², Orlandi, pesquisadora 1A do CNPq, implantou e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), de 2002 a 2018. Atualmente, é professora visitante da UNEMAT, trabalhando com Linguística, no ProfLetras, como também com dedicação especial ao CEDU (Centro de Documentação Urbana), o arquivo de memória idealizado por ela. Passou a coordenação do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp (Labeurb) para os pesquisadores Eduardo Guimarães e Cristiane Dias, mas, mesmo professora aposentada, continua atuante nos Programas de Mestrado e Doutorado, fazendo orientações, participando de eventos e bancas.

Orlandi tornou-se uma grande referência (entendemos aqui como a maior) em Análise de Discurso no Brasil. Dentre tantos motivos que a conferiram a referida menção, destacamos dois em especial: primeiro, por ter adquirido e difundido vasto conhecimento da teoria no país, sendo tradutora de grande parte das obras do pesquisador francês Pêcheux. Nesse caso, a pesquisadora disponibilizou a todos os interessados produções científicas a que teve acesso, socializando teorias e práticas da AD em solo nacional. A título de exemplos, demos a conhecer abaixo textos traduzidos para o português, por Orlandi, enumerados em seu Lattes¹³:

- a. PÊCHEUX, M. (pseudônimo Thomas Herbert). Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução brasileira de Carolina Rodríguez, Eni Orlandi, José Horta Nunes. In: Revista *Rua*, 1, Campinas : Unicamp, 1995, p. 63-89.
- b. PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1990.
- c. PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

¹² Entrevista com bell hooks. *Supremacia Branca, Patriarcado e Capitalismo*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t76kj2Wrxsl>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹³ Originalmente publicado em BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. (Orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. 1. ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014. Permissão gentilmente cedida por María Eugenia Borsani e Pablo Quintero com o consentimento de Walter Mignolo.

- d. PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1995.
- e. GADET, F.; PÊCHEUX, M. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? Tradução Eni Puccinelli Orlandi. *Escritos*, n. 3, Labeurb/ Unicamp, p. 6-16, 1998.
- f. PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? 1979. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, 2011.
- g. PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. 1981 Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: CONEIN, B. *et al.* (Org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Unicamp, 2016, p. 227-236.
- h. PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.
- i. PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, 1984.
- j. PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de discurso. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, 2011.

O segundo motivo, tão importante quanto, está relacionado ao construto teórico-analítico desenvolvido no Brasil e por pesquisadores brasileiros. A Análise de Discurso, desenvolvida com particularidades em solo nacional, rendeu importantes reformulações (entendendo que textos, em funcionamento, possibilitam dispersões: de sujeito e de sentidos) e desdobramentos. Isso frente às demandas das conjunturas históricas próprias do espaço brasileiro.

Destacamos oportunamente (e merecidamente) as contribuições propostas por Orlandi, que não se limitou a ressoar os já-ditos da AD pecheutiana, mas que também se aventurou ao novo, a inúmeros outros conceitos. Enfim, dialogando com Costa (2018, p. 54), Eni Orlandi “ousou pensar por si mesma”, “ousou inventar”. E mais, juntas destacamos a potência teórica e analítica dessa pesquisadora que resultou em importantes deslocamentos e avanços para a Análise de Discurso. Interessa-nos pontuar: a) a percepção da forma-material como forma linguística encarnada na história; b) a teorização discursiva do silêncio; c) a interpretação como mecanismo ideológico; d) a elaboração do processo de individuação do sujeito; e) o espaço urbano como acontecimento social; f) corpo como materialidade específica do sujeito; g) o político e suas relações de poder, que resultam na divisão dos sujeitos e dos sentidos.

Essas e outras teorias estão circulando desde os anos 1970 entre os estudantes da Análise de Discurso (no Brasil e no mundo), nos espaços acadêmicos e nas mais diversas experiências de atuação de Orlandi. Para dimensionar numericamente seu legado, fizemos um levantamento na Plataforma Lattes,

constatando – até a presente data – o seguinte cenário: 130 artigos completos; 58 livros publicados/organizados ou editados; 90 capítulos de livros; 29 textos em jornais/revistas; 35 trabalhos completos publicados em anais; 54 resumos publicados em anais; 332 apresentações de trabalhos; 56 produções bibliográficas (prefácios, apresentações de livro, traduções); 23 assessorias e consultorias; 14 trabalhos técnicos (editorial, parecerista etc.); 16 entrevistas, mesas redondas, programas e comentários em mídias; 69 produções técnicas (relatórios, cursos); 14 produções artísticas culturais; 315 bancas; 181 participações em eventos, congressos, exposições e feiras; 161 organizações de eventos, congressos, exposições e feiras; 118 orientações e supervisões; 3 projetos de extensão; 48 projetos de pesquisa.

Frente à numerosidade e qualidade dessas produções, é conclusiva a força da liderança intelectual de seus feitos científicos, a relevância acadêmica na formação de alunos, orientandos e grupos de pesquisa. Podemos inferir, pois, que Eni Orlandi, uma pesquisadora incansável, é referência viva entre nós. Ao conceber seus ditos/escritos como produto inacabado, ela revisita-os, num gesto constante de ir e vir. E também avança, desloca-se teoricamente, e faz circular outros saberes, sendo isso peça fundamental para a imersão de quem quer trilhar pelos caminhos da história das ideias discursivas e desenvolver seus estudos em AD materialista.

Entretanto, ainda que a importância da pesquisadora seja perceptível, sua posição de sujeito-autor é materializada (ou não) numa conjuntura histórica de colonização da ciência. Significa dizer que o saber produzido é, desde sempre, ameaçado pelas relações de poder e prestígio que invalidam ou marginalizam o fazer científico desenvolvido fora do escopo eurocêntrico e da hegemonia patriarcal. Nessa ordem, ser mulher latino-americana, como é o caso da autora Orlandi, é estar na fronteira ou encorajar-se à insurgência, à de(s)colonialidade¹⁴.

2.1 AUTORIA NA VERTENTE TEÓRICA ORLANDIANA

O homem branco falante é uma forma personalizada da velha soberania patriarcal. Um corpo presente, um modo de ser, a materialização concreta do poder, seu simulacro em estado bruto. Na ordem do discurso patriarcal, o 'homem branco' é uma figura e uma lógica ao mesmo tempo. Está autorizado a falar sobre todos os assuntos, a fazer o que bem entender,

¹⁴ Nesse trabalho, optamos por usar, assim como a Eni Orlandi, a terminologia “descolonialidade”, ao tempo em que os demais autores, com quem ela dialoga, trazem variações do emprego, uns decolonial, outros descolonial.

muitas vezes até a perversão, a produzir e reproduzir uma visão de mundo que o favorece (Tiburi, 2018).

Trabalhar a autoria na perspectiva discursiva permite dizer que “a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (Orlandi, 2007a, p. 69). Por esse prisma, a noção de autoria se amplia para ser percebida como uma função-autor (enunciativa do sujeito), realizada sempre que o produtor da linguagem se representa na origem. E a suposta posição de origem do dizer configura ao sujeito-autor a responsabilidade social pelo que diz/escreve. Logo, enquanto o sujeito está para a dispersão no discurso, o autor está para a unidade no texto.

O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo. O que só repete (exercício mnemônico) não o faz (Orlandi, 2007a, p. 70).

O dizer se inscreve na repetição histórica e o autor se constitui no repetível, no que é passível de interpretação. Concebendo a primazia de que a linguagem é falha, Eni Orlandi (2007a) compreende tal incompletude como a condição do possível, ou seja, o lugar onde sujeitos e sentidos se movem, onde o silêncio se inscreve. É na interpretação que a autoria se constrói ou é construída. Sendo assim, pode-se dizer “que a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor)” (Orlandi, 2007a, p. 74), chamado em AD de efeito-leitor.

Por esse prisma, Orlandi (2007a, p. 73) identifica o autor como “função da forma-sujeito e dos modos de individuação sócio-historicamente determinados”. Mas destaca que estaria havendo uma transformação na relação sujeito/autor, isto é, um deslocamento na forma da função-autor que vem sinalizando uma dispersão: desloca o sujeito da responsabilidade pelo dito, o que desobriga um marco de origem do dizer e situa o sujeito à descontinuidade.

Por tal fragmentação das formas de dizer, conferimos relevância à questão de plágio que, segundo Orlandi, quando ocorre, o movimento de interpretação é estancado, havendo silenciamento da autoria. Nesse caso, o plagiador não deixa possível o espaço de interpretação que não se fecha entre o dito e o não-dito, quando restringe a movimentação dos sentidos e impõe a ilusão referencial e a

origem do dizer. Ao repetir e apagar a autoria, ele assume – indevidamente – o lugar de autor (ilusão de ideia absoluta), negando dessa forma o percurso já cumprido. Assim, o dito – que se sustenta no já-dito –, funciona “na ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história. Esse é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível” (Orlandi, 2007a, p. 71-72). E desse silêncio imposto, o plagiador censura a voz do outro que ele retoma.

Ao censurar, o plagiador se fecha narcisicamente na vontade que o dizer comece e acabe nele mesmo e não se deixa atravessar nem atravessa outros discursos. O que resulta na asfixia do sujeito e na rarefação dos sentidos. Ilude-se com a existência da ideia absoluta e “esquece” que todo dizer é necessariamente incompleto (assim como o sujeito) (Orlandi, 2007a, p. 73).

É pela noção da ilusão referencial e da origem do dizer que fomos provocados a interpretar, nessa pesquisa, a movimentação de sentidos que o apagamento da autoria – vale destacar inconsciente, fruto do trabalho simbólico da ideologia – pode promover em diversos trabalhos que retomaram a ideia de Eni Orlandi, de 2012, “o corpo é a materialidade do sujeito”, achado de sua atividade científica. Propusemos entender o que esse silenciamento pode significar. Por essa razão, primeiro, foi necessário considerar durante o percurso de análise uma premissa importante relegada por Orlandi quanto à posição sujeito-autor, sujeito esse afetado pelo real da língua e da história:

Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. [...] Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem [...]. (Orlandi, 2005, p. 75-76).

Segundo, outra questão também crucial aqui foi que, partindo de um dos princípios de base da AD, a saber: sujeito não é empírico, e sim uma posição-sujeito que se projeta no discurso, consideramos desde sempre que o objetivo dessa investigação não era a análise do sujeito físico, mas a posição-sujeito discursiva, a forma-sujeito histórica e os efeitos de subjetividade do dizer. Enfim, acerca dessas duas ponderações, estaremos na seção seguinte dissertando acerca da posição

sujeito-autor e do afetamento do sujeito pelo real da língua e da história, pelo contato com o social e as coerções.

2.2 A COLONIZAÇÃO CIENTÍFICA (DE)BATIDA POR ORLANDI E OUTROS AUTORES

Uma das valiosas reflexões apresentadas por Orlandi acerca da atividade científica foi denunciar o processo de unificação da ciência (e seus efeitos) como a concretização de um projeto de eurocentrização da pesquisa. Isso quer dizer que a validação – pela comunidade científica – está subjugada ao modelo globalizado na escala internacional de influência e poder dos países de primeiro mundo. Compreender como isso atinge a produção científica – como se constitui, é formulada e circula – é tarefa analítica da pesquisadora desde 2001. Para ela,

a formulação, ao dar corpo ao dizer, é, em si, o novo, o lugar em que o sentido se fala, se mostra, se instala. Apagar a formulação, quando em nosso país, dizemos com 'outras' palavras, pela remissão a um autor estrangeiro, ou, quando no exterior, 'traduzem' nossas ideias, re-formulando nossas palavras, filiando-as a outras redes de memória da produção científica, é igualmente desencorajador para a afirmação de nossas políticas científicas, e é extremamente silenciador do ponto de vista da história da ciência (Orlandi, 2003, p. 17, grifo da autora).

A produção do trabalho científico está sobreposta à conjuntura de internacionalização (com suas regras e seus procedimentos), à política científica que, instrumentalizada pelos mecanismos de gerenciamento e validação, promove ou não a institucionalização do conhecimento. Segundo Orlandi (2017, p. 177-178), a citação, a língua, a tradução e o discurso legítimo da ciência são aspectos dessa produção científica, afetados pela necessidade de unidade. Quanto a isso, a autora apresenta: a) citação – prática que reafirma a propriedade das ideias (autoria), além de sua legitimidade e de seu valor; b) língua – tida como a língua da ciência, sustentada pelo discurso unificador que normatiza e regula a comunidade científica; c) tradução – quando nossa, sofre reformulação, re-escrita, censura científica rigorosa; d) discurso legítimo da ciência – para sermos aceitos e legitimarmos nossas autorias e descobertas temos que nos submeter ao citacionismo, ou seja, citar algum cientista estrangeiro.

Assumindo a proposta da autora, dizemos que a discursividade da colonização científica mostra a ideologia posta que aponta nossa produção como “apenas acréscimos, especificidades ‘culturais”, separando-nos “do ‘espaço científico” (Orlandi, 2003, p. 15). Daqui, desse não-lugar (zona da ilegibilidade) que nos reservam historicamente, aparecemos meramente com nossas versões de um texto originalmente de lá, do “lugar da ciência”. E, estando do lado de fora do discurso científico, trabalhos produzidos pela ciência do colonizado (país subdesenvolvido) sofrem muitas vezes neutralização do efeito de “criação”, não conferindo ao autor sua propriedade, ou seja, negando autoria científica.

Acerca disso estaremos nos dedicando no presente trabalho, como tentativa de avaliar se a atribuição de qualidade do conhecimento produzido depende – diretamente – do lugar ocupado no mundo científico (Norte/Sul, Oriente/Ocidente etc.). Por exemplo, partindo dos critérios de cientificidade, as ciências humanas são desprestigiadas, em comparação às ciências naturais e exatas. Ademais, uma vez que se preconiza a internacionalização, ou seja, a instituição do inglês como língua da Ciência, depreende-se que os textos em português – língua dos colonizados – estão determinados ao jugo da deslegitimidade, a salvos (apenas) nos casos de referências estrangeiras sistemáticas. Por conseguinte, vai-se construindo um imaginário de que o saber produzido na área de Linguística, por exemplo, é depreciado cientificamente, e mais ainda quando produzido em Língua Portuguesa, em solo brasileiro. Daí a urgência em implementarmos politicamente, a começar daqui, nossa presença intelectual, com o fito de colaborar na construção de um modo universal e plural da ciência.

Nossas descobertas são, muitas vezes, lidas como versões científicas ou acréscimos de produções estrangeiras já dadas como originais, naturalmente consolidadas. Partindo da assertiva de que “os estrangeiros têm passe livre, nós pagamos pedágio interno”, Orlandi (2017, p. 179) propõe aos cientistas brasileiros “o trabalho do equívoco”, que abre a possibilidade de criação, estabelecendo uma brecha ao impensado, tornando então acessíveis nossas próprias formulações. Inscrevendo-nos na história, significamos. “É desse modo que somos sujeitos de ciência, em nossas funções-autor, representando-nos na origem do que dizemos cientificamente, produzindo uma história de conhecimento com nossas formulações, como trabalho do equívoco” (Orlandi, 2003, p. 19).

Quando o corpo se carrega de conhecimento e a ciência é o capital, a travessia de fronteiras impostas, controladas, faz-se necessária. Porém, há um alerta: “atravessar fronteiras não significa superar diferenças, apagar violações, não aceitar expulsões. Pelo contrário. O movimento, os deslocamentos, as travessias são carregadas de preconceitos e acirram as tensões que constituem a mundialização” (Orlandi, 2017, p. 193). É conclusivo, desse modo, que não é o bastante adaptar pesquisas e pesquisadores à mundialização acreditando que isso rompa com as assimetrias coloniais. Ao contrário, trata-se de um movimento ideológico de ocidentalização que aprofunda tais dificuldades. Logo, adaptar a antiglobalização às nossas condições materiais e à nossa historicidade é medida que se impõe aos intelectuais brasileiros.

Nesse contexto, a reconfiguração social expõe o sujeito ao assujeitamento, a “uma estrutura social fortemente bimodal” (Haraway, 2000, p. 75) e suplantá-la quase nunca é fácil. Afirmamos isso porque a interação do ser humano em sociedade sempre esteve pautada no paradigma binário, em dicotomias estabelecidas socialmente, como homem x mulher, branco x não-branco, colonizador x colonizado, norte x sul etc. Com base nisso que dizemos que nosso procedimento nesta pesquisa é – também – um gesto de interpretação frente à perspectiva binária que acompanha há séculos a sociedade brasileira, que sujeita o indivíduo à tal lógica ideologizante e que se materializa no funcionamento da língua. Logo, para tal pesquisa cumpre analisar a persistência dessa polarização e os efeitos disso para a relação do indivíduo também no fazer científico. E nessa experiência contamos lidar com as possibilidades de insurgência, de contravenção e de contrapoder que fronteirizam (coexistem) com matrizes opressoras persistentes.

É prerrogativa desse estudo que as relações de poder constituídas historicamente, que permeiam as interações humanas há muito tempo, já vêm sendo, há séculos estudadas e, certamente, outras tantas questões ainda surgirão. Associadas ao contexto histórico do modo de colonização brasileira, tais relações de dominante e dominado instituem uma sociedade conduzida por sistemas interligados de dominação, isto é, pelos sistemas de opressão estruturantes do capitalismo. Dessa maneira, a referenciação – socialmente construída – dos marginalizados na história explicita o poder do colonizador e as supremacias de gênero, raça, classe e territorialidade. As diferenças sustentadas pelas relações hierarquizadas – há mais

de 500 anos no Brasil – são um dos fatores decisivos para a manutenção da dominação, quanto para reforçar as desigualdades.

A concretização do plano de exploração colonial rendeu assimetrias sociais que estruturam as relações até hoje. Por um lado, submeteu esse país a manifestações de poder que engendraram sumariamente o estabelecimento da posição de colonizado sustentada historicamente. A lógica de país subdesenvolvido subjaz o entendimento de povos inferiores, sem inteligência, incapazes etc. Sob os mesmos princípios, o projeto imperialista no Brasil legou, muitas vezes, e a maior parte do tempo, às mulheres o silenciamento, isto é, a supressão do direito de ser/de dizer, como uma forma de legitimação da estrutura supremacista vigente.

Acerca disso, parafraseando Michel de Certeau (1980), Orlandi (2007b, p. 101) enuncia que “já é bem conhecido o fato de que o poder se exerce acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão”. Isso posto, julgamos que para o ser oprimido, nem sempre lhe foi negada a palavra, contudo, encontrou e continua encontrando resistência à produção de outro discurso, destoante do opressor. Em síntese, as relações de poder e opressão impostas pela ideologia eurocêntrica e patriarcal concederam prioritariamente ao homem branco o poder de falar.

Essa lógica da colonialidade, ancorada nas relações de poder, é a lógica subjacente que sustenta as diferenças como desigualdades. Nessa visão, a “‘Colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade [...] que justifica a violência da colonialidade” (Mignolo, 2014, p. 13)¹⁵. Decerto, a ideologia patriarcal manteve e mantém substancialmente as relações de poder vivenciadas na sociedade brasileira.

Outro aspecto que destacamos é a noção apresentada pela teórica indiana Gayatri Spivak (2010, p. 47) de um “projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro”. Na posição de gerenciamento do discurso, cria-se a dicotomia superioridade e inferioridade como mecanismo de manutenção da dominação. A narrativa hegemônica da civilização ocidental ao categorizar mulheres como o “outro” vulnerabilizou suas vidas. Em razão disso, arriscamo-nos a dizer que entre os grandes desafios da

¹⁵ Estamos partindo do conceito de “sulear” cunhado por Márcio D’Oliveira.

contemporaneidade, um dos maiores seja romper com a perpetuação das forças hegemônicas. E mais,

sabemos que as relações sociais, no sistema capitalista, não só produzem a divisão como a dissimetria, a hierarquização, face ao sentido e ao modo de se significar o sujeito dependendo, assim, das condições em que são produzidos: quem produz, para quem produz, em que situação. Há simbolização das relações de poder, que administram a sociedade, e desse modo investe-se na atribuição de valores às diferenças (Orlandi, 2015, p. 189).

Para a autora, na sociedade capitalista, o político faz funcionar relações de poder que se arvoram nas diferenças. Também pela linguagem (um dos mecanismos de manutenção de poder), o capitalismo manifesta-se dominante e domesticador de contradições espaciais e sociais. Direcionando à nossa pesquisa, com base no que defende Orlandi, tais assimetrias no campo científico promovem a imposição globalizante (que preconiza uma ciência central e única) de fronteiras para as mulheres, sobretudo a de países em desenvolvimento como o Brasil, o que dificulta/marginaliza a produção do conhecimento científico. Enfrentar isso seria lutar contra a uniformização, a não homogeneização, o que significa dizer: promover uma ciência democrática. Contudo,

Difícil conseguir juntar, nesta equação da democracia capitalista, igualdade e direito à diferença. As desigualdades e a segregação fazem parte das práticas sociais desse sistema assim constituído. A reivindicação da inclusão se dá, portanto, em terreno dissimétrico: incluir onde? Produzir que natureza de igualdade? Já que é o próprio capitalismo que divide e se estrutura pela diferença. A diferença aí é constitutiva, portanto, a demanda de inclusão do diferente é a formulação da contradição (Orlandi, 2014, p. 34).

A partir do entendimento de que as relações de poder na sociedade estendem-se às instituições sociais, os ambientes acadêmicos (por exemplo) estão vulneráveis à manutenção e reprodução das ideologias hegemônicas, à lógica dominante de supremacias e ao jogo de legitimidade ou negação. Ao dizer isso, compreendemos a censura como uma imposição histórica, fazendo com que a produção do conhecimento não tivesse sido (e não tenha sido) um papel social de todos, ou seja, inadequada ao sujeito em condição de submissão. Com base na perspectiva defendida por Orlandi (2007b), é possível atestar que o sujeito, quando ocupa o lugar de desprestígio, é censurado/interditado pela intervenção das relações

de força nas circunstâncias de enunciação. Presume-se, então, que o saber construído está sob o jugo hereditário da não liticidade.

Os atravessamentos ideológicos que estruturam as matrizes de opressão (eurocentrismo, patriarcado, capitalismo, racismo etc.), e que relegam às mulheres, por exemplo, a determinação do silêncio/apagamento desde sempre, atraem nosso olhar para a investigação de como a repressão historicamente sofrida funciona enquanto censura do dizer – materialização do exercício de poder – e configura o não-lugar do feminino. Contudo, compreende-se que não se trata de uma “não existência”, mas sim de uma violação do direito de se expressar livremente, de falar de/por si. Numa cultura em que há uma hierarquização de gênero, é comum às mulheres, constituídas socialmente como sujeito marginal ao patriarcado, estar na posição do não dizer (censura, interdição) ou do dizer desconsiderado, apagado, excluído.

2.3 MOVIMENTO DE DE(S)COLONIALIDADE: UMA RESPOSTA À POLÍTICA CIENTÍFICA COLONIAL

O saber é reconhecido/legitimado ou marginalizado/interditado a partir da identidade de quem produz o conhecimento. Contrária a essa lógica sistêmica de reconhecimento do saber produzido e do epistemicídio de identidades múltiplas propõe-se a descolonialidade. A proposição de lutar contra o padrão universal do capitalismo eurocêntrico busca destituir a hegemonia epistêmica, (que idealiza os não-europeus colonizados de natureza material inferior com incapacidade de produção histórico-cultural) questionando a distribuição geográfica do conhecimento naturalizada sob a égide de classificações verticalizadas/hierarquizadas (historicamente determinadas) e configuradas enquanto relações de poder. Nesse viés, Quijano (2005, p. 27) destaca que “a produção da identidade latino-americana implica, desde o início, uma trajetória de inevitável destruição da colonialidade do poder, uma maneira muito específica de descolonização e de liberação: a des/colonialidade do poder”.

Cabe aqui, portanto, uma interpretação acerca da relação antagônica instituída entre o conhecimento reconhecido como científico e outros saberes, furtados os critérios de cientificidade. A intervenção política, econômica e militar, dada antes pelo colonialismo e hoje pelo capitalismo, traduz-se na hierarquização

cultural entre conhecimentos, colonizando saberes e poderes, perpetuando assim processos de interdição. Porém, ao tempo em que o antagonismo dominação capitalista versus resistências (diversidade cultural e epistêmica) é instaurado, a diversidade epistemológica insurge como um importante enriquecimento das capacidades humanas, seja no interior da ciência, seja em sua relação com outros conhecimentos.

Mas essa movimentação iniciada coexiste ainda com a perspectiva eurocêntrica que “distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira” (Quijano, 2005, p. 15). Segundo Quijano (2005), frente ao estabelecimento de novos padrões de poder, de diferentes sistemas de dominação e exploração social, a América Latina persiste prisioneira da colonialidade do poder e de sua dependência. Desse modo, a resistência se dá, justamente, pela crença de que a produção própria da historicidade latino-americana faz força paralela à desintegração de padrões e a redefinição do passado colonizador.

Dito de outro modo, o suposto fim do colonialismo não significou a transformação para um mundo descolonizado e pós-colonial, sem divisões socioeconômicas e as múltiplas hierarquias de poder. Ao contrário disso, as classificações (superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido, civilizado/bárbaro) derivadas do processo histórico-estrutural persistem. Significa dizer que a ideologia eurocêntrica de poder não subjugou ao tempo e se coloca como “vivendo uma etapa de desenvolvimento (cognitivo, tecnológico e social) mais ‘avançada’ que o resto do mundo, com o qual surge a ideia de superioridade da forma de vida ocidental sobre todas as demais” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 15, tradução nossa). Portanto, o que há de novo é que há hoje outro lado da história que precisa ser ouvido, visibilizado e legitimado.

Por essa ótica, a lógica colonial dos antagonismos persiste quando, por um lado, situa-se o conhecimento gerado pela elite científica, composta por homens europeus que constituem o cânone do conhecimento e que têm privilégio epistemológico sobre os demais. Por outro, os saberes subjugados e subalternizados (por vezes invisibilizados), que ocupam a “zona do não-ser” (Grosfoguel, 2016, p. 127, tradução nossa), vivenciam o descrédito/a supressão do conhecimento adverso aos interesses do colonialismo e do capitalismo. Disso depreende-se o epistemicídio, compreendido aqui como a instituição do saber

dominante e os saberes inferiores dos povos dominados, motivada tanto pelo intuito de homogeneização da cultura – reduzindo a diversidade –, quanto pela hierarquização do conhecimento.

No novo modo de existência social, a modernidade, a Europa Ocidental é o centro mundial de controle do novo padrão de poder e a América Latina está na dependência histórico-estrutural, e a todo tempo esteve/está “limitada a ser o espaço privilegiado de exercício da colonialidade do poder” (Quijano, 2005, p. 14). Isso representa, portanto, os padrões como historicamente específicos e determinados. A hegemonia mundial do eurocentrismo quanto aos modos de produção é expandida aos modos de controle da subjetividade, sobretudo do conhecimento. Em outros termos, a perspectiva eurocêntrica sustenta historicamente uma ideologia consistentemente legitimada, como também uma hegemonia intelectual.

Para a América e, em particular, para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que, à dominação colonial, à racialização, à re-identificação geocultural e à exploração do trabalho gratuito, fosse sobreposta a emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/razionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização. Todo um mundo privilegiado que se imaginava, se imagina ainda, autoproduzido e autoprojeto por seres da *raça superior par excellence*, por definição os únicos realmente dotados da capacidade de obter essas conquistas. Desse modo, daí em diante, a dependência histórico-estrutural da América Latina não seria mais somente uma marca da materialidade das relações sociais, mas sim, sobretudo, de suas novas relações subjetivas e intersubjetivas com a nova entidade/identidade chamada Europa Ocidental e a de seus descendentes e portadores onde quer que fossem e estivessem (Quijano, 2005, p. 23, grifo do autor).

Daí a compreensão advinda da relação de exploração colonial e capitalista de que há nações/povos superiores aos outros, quando pessoas, culturas e conhecimentos são hierarquizados. Ao classificarem e conferirem princípio de legitimidade, saberes e teóricos recebem méritos ou deméritos, créditos ou descréditos da comunidade acadêmica. Assim, ao considerar a prática do conhecimento e seus atores sociais, destaca-se a superioridade epistêmica atribuída ao conhecimento europeu, o que confere exclusão, omissão e silenciamento aos demais saberes produzidos.

Conforme Quijano (2005, p. 16), “a armadilha epistêmica do eurocentrismo que há quinhentos anos deixa na sombra o grande agravo da colonialidade do poder e nos faz ver somente gigantes, enquanto os dominadores podem ter o controle”, é o

que justifica a centralidade da reflexão, não só a respeito da produção de saberes singulares acerca do modo de pensar e trabalhar a língua do Brasil, que fora imposta pelos colonizadores, como também sobre a visão eurocêntrica que incorporamos e naturalizamos como saber legitimado.

Para nós, o movimento de descolonização linguística engendra um passo importante para a tão necessária descolonialidade científica, para um *suleamento*¹⁶ mais que geográfico, um *suleamento* epistêmico. Afirmamos isso porque a colonialidade – durante séculos – não permitiu que os latino-americanos tivessem suas histórias, suas memórias e seus conhecimentos canonizados, centralizados, fazendo com que durante todo o tempo os colonizados aceitassem a subjugação de seus construtos, sendo ensinados a olharem com os olhos do colonizador.

Esse movimento descolonial “requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade” (Mignolo, 2014, p. 30). Logo, entendemos que a proposta de desenvolver os estudos da historiografia da linguística a partir de um conceito na obra de Eni Orlandi, por pesquisadores brasileiros, constitui uma iniciativa de fronteira, quando constrói epistemologias contextualizadas política e culturalmente, proporcionando produção do conhecimento diverso da epistemologia dominante (por muito tempo universalizada).

Concebemos, assim, que esse saber *suleado*, numa tentativa de suplantar a marginalização epistêmica e o descrédito científico, apresenta a diversidade representada pelas diversas vozes que compõem seu projeto polifônico, ao tempo em que possibilita visibilidade a diferentes perspectivas culturais do Sul Global, isto é, o lado dos oprimidos, margeados pelas diversas formas de dominação.

A esse respeito, Haraway (2000) defende que a “consciência de oposição” é uma identidade pós-modernista que responde à necessidade de agir politicamente a partir da diferença, da especificidade, da “outridade” de quem a participação foi historicamente negada, seja pelo sexo, pela raça, pela classe, ou por todas elas juntas. Essa identidade adquirida é fruto de um processo de autoconsciência, de uma coalizão por afinidade, ou de um “parentesco político”. Podemos dizer, então,

¹⁶ Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

que os sujeitos que assumem individualmente ou coletivamente o propósito da descolonialidade são

peçoas que se agrupam em projeto para ressurgir, reemergir e re-existir. Isto já é não só resistir, porque resistir significa que as regras do jogo são controladas por alguém a quem resistimos. Os desafios do presente e do futuro consistem em poder imaginar e construir uma vez que nos liberamos da matriz colonial de poder e nos lançamos ao vazio criador da vida plena e harmônica (Mignolo, 2014, p. 31).

O ato de resistir se apresenta nessa abordagem como uma reação intencional de um indivíduo ou de um grupo que se opõe a uma matriz dominante. Contrária a essa noção, a Análise de Discurso materialista compreende esse indivíduo social como um sujeito que, ao resistir, está assujeitado ideologicamente, produzindo enunciados inscritos na formação discursiva de resistência e filiados a formações ideológicas correspondentes. Nessa ótica, Modesto (2016) problematiza o espaço da resistência entendido como o entremeio da dissimulação de igualdade na formação social, ou seja, o que separa e une dominante e dominados. Desse jeito,

A noção de resistência configura-se a partir de um conjunto de formulações importantes: i) ela não é o produto de uma intenção do sujeito ou do enfrentamento de um grupo contra o outro; ii) isso porque, assim como o sujeito não é unidade, mas dispersão, os grupos e ideologias se formam em processos contraditórios de remissão e afastamento; iii) esse processo faz considerar a possibilidade da resistência dada na contradição, real da história, que proporciona as falhas no trabalho ideológico de construção das evidências; iv) além disso, há de se considerar o trabalho da linguagem em todo esse processo: é quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido que se pode vislumbrar um espaço para a resistência; v) em síntese, a resistência é um trabalho com o real: o equívoco como real da língua e a possibilidade do sentido ser sempre outro, e a contradição como real da história e a possibilidade da abertura e do acontecimento nas falhas do ritual (Modesto, 2016, p. 1086).

Sobre isso, a linguagem se apresenta como uma ferramenta no processo de resistência, destinada à tentativa de transformar o silenciamento em ação. Reclamar o direito de existir a partir da linguagem, do discurso, da produção científica, é uma maneira de legitimar outras formas de dizer. Engendra-se, assim, uma relação factível entre a descolonialidade e a estrutura supremacista que viola direitos e violenta pessoas.

Avaliamos, nesse sentido, não se tratar de uma vinculação de posicionamentos divergentes, mas sim da possibilidade de serem contraditoriamente constitutivos. Ou seja, a ideologia supremacista pode estar em funcionamento

também no discurso descolonial, quando se coloca na posição de contrário ao sistema dominante. É possível que em práticas de resistência haja atravessamentos, de algum modo, colonialistas, e vice-versa. Justifica-se dizer, portanto, como defende Mignolo (2014, p. 15): “a decolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes”, mas sim como uma outra opção, uma nova forma de pensar.

À vista disso, intentamos, com esse trabalho, debruçarmo-nos sobre a movimentação do silêncio do oprimido para “o Discurso da resistência, considerando-o como uma forma de oposição ao poder” (Orlandi, 2007b, p. 101). Devemos, portanto, ao considerar o trabalho da linguagem também como um espaço de resistência, cumprir o percurso dessa análise mantendo a compreensão de que as mulheres (com suas vozes e subjetividades) seguem excluídas de representações nas epistemologias dominantes. No entanto, precisamos considerar que em paralelo, contra o determinismo histórico que as constitui como sub-raça, subgênero, subclasse, subumana, elas vêm insurgindo politicamente – ocupando seus lugares de direito, fazendo ciência, produzindo conhecimento, descolonizando mentes.

Refletindo sobre sua condição de existência enquanto pesquisadora brasileira, a própria Eni Orlandi cunhou a palavra “descolonização” para referir-se ao movimento contrário (e necessário) à uniformização da ciência, à língua única, posicionando assim o lugar de sua escrita nesse contexto de mundialização. Fazendo eco a isso, também queremos externar que a nossa intenção ao desenvolver uma pesquisa minimamente descolonial esteve presente durante todo processo, quando colocamo-nos contrários às epistemologias dominantes e ressaltamos a urgência pela validação e pela legitimidade do conhecimento produzido às margens, fora das fronteiras como ação de reparação histórica.

Esta, então, foi também uma responsabilidade nessa pesquisa: reconhecer o conceito teorizado por Eni Orlandi sobre “o corpo enquanto materialidade do sujeito” como um movimento descolonial, por romper com a ideologia supremacista da produção científica (que concebe a ciência como um não-lugar da mulher, da pesquisadora latina-americana). Não somente esse seu achado teórico-analítico, mas toda a sua trajetória de pesquisadora e autora, produtora de relevantes conhecimentos, reitera sua postura com práticas de enfrentamento contra a colonização científica.

A de(s)colonização não se configura como uma nova maneira de pensar, a mais correta/evoluída ou superior aos conhecimentos construídos anteriormente. Ao contrário, sua existência aponta para a necessidade de suplantar obsoletas concepções do fazer ciência. Nessa direção, reclama por reconhecimento e validação científica para além dos clássicos, preconizando a pluralidade e invalidando, assim, a uniformização científica.

Nesse capítulo abordamos a história de vida da teórica Eni Orlandi, sua trajetória enquanto mulher, pesquisadora e autora de uma ideia cujo efeito foi inaugurar uma perspectiva de produção do conhecimento que, até então, não havia na Análise de Discurso. Por esse motivo é que optamos por fazer um breve retrospecto das obras produzidas pela teórica, com a intenção de evidenciar seu construto científico. Feito isso, e em consonância com o objetivo dessa tese, discorreremos acerca de conceitos como “autoria”, “colonização científica” e “de(s)colonialidade”, de maneira a demonstrar o ineditismo e a relevância das ideias propostas por Orlandi.

Em seguida, apresentamos a base teórica dessa pesquisa, a fim de situar a abordagem adotada e delinear o percurso metodológico. A produção científica, que ora é dissertada, objetiva fazer uma história da linguística, a partir das obras de Eni Orlandi, o que justifica, então, a necessidade de partirmos dos fundamentos dessa historização.

3 OS FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

Assim como todo campo científico, ao longo da sua história, a linguística tem suas bases erigidas a partir de um conjunto complexo de elementos que moldaram a tradição do pensamento. Assim sendo, a reflexão sobre esse campo de conhecimento se mostra como um mecanismo eminente para o desenvolvimento dessa área e é nesse contexto que se delineia a importância de uma historiografia da linguística.

À vista disso, o teórico Pierre Swiggers (2010; 2013; 2015), que é um expoente pensador da área, perluastra, de maneira didática, em diversos estudos e por meio de uma reflexão pautada na meta-historiografia da linguística, o campo da historiografia da linguística, a fim não apenas de localizar o início da reflexão historiográfica, mas também de sistematizar os objetos e objetivos da área, além de expor as orientações metodológicas que, na perspectiva dele, guiarão o fazer historiográfico, tópicos dos quais serão tratados mais adiante.

Nesse caminho, o objetivo, nesse capítulo, é de mapear alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo autor, a fim de verificar sua perspectiva sobre o campo da historiografia da linguística, o que pressupõe passar pela sua definição do campo, bem como os objetivos e o objeto da área, sua abordagem metodológica, além das perspectivas para a historiografia no contexto geral e também, mais especificamente, no Brasil.

Inicialmente, cabe pontuar que Swiggers aborda esmiuçadamente algumas bases conceituais, a começar pela noção de historiografia da linguística. De acordo com o pensador, trata-se de uma “narrativa descritivo-explicativa de reflexão e descrição linguística no passado (“passado” que se estende até o presente do historiógrafo)” (2010, p. 5). Ao fazer o uso dessa combinação de tipologias textuais, que a priori se mostra como um procedimento facilmente exequível, busca-se estabelecer a história das ideias linguísticas por meio da operacionalização de um “conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos” (2013, p. 43).

Nesse sentido, o fazer historiográfico, na visão do pensador, passa a ganhar certa complexidade à medida que há a mobilização não apenas de elementos

internos ao campo, mas também externos – a esses dois eventos, ele denomina de intradisciplinares e extradisciplinares, respectivamente. Desse modo, o imbricamento da área da história da linguística exige uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista que, além de dialogar com outros campos, como a psicologia, a filosofia, a retórica, a antropologia, dentre outros, ela dialoga também com a história de cada um deles:

É precisamente essa complexidade que explica por que o campo da história da linguística é um campo interdisciplinar, compartilhado com a filosofia da linguagem (cf. Hacking, 1975; Bunge, 1984), a retórica, a lógica (“dialética”), a psicologia, a antropologia, a sociologia, a teologia (e a história de cada uma delas) (Swiggers, 2013, p. 43).

Se, por um lado, uma definição da historiografia se faz premente, por outro, também se pressupõe uma determinada postura do historiador frente a essa prática. Nesse caso, ele precisa se posicionar para perguntar e para responder algumas questões, como:

[...] como o conhecimento linguístico foi adquirido? como foi formulado? como foi difundido? (em círculos ‘participativos’?) como tem sido preservado? Porque foi preservado (ou perdido), e de que maneira? quais tem sido as relações (em termos de influência, poder, longevidade curta ou ampla, etc.) entre as “extensões” coexistentes ou subsequentes ao conhecimento linguístico? (Swiggers, 2010, p. 2-3).

As perguntas e as respostas, nesse sentido, são fundamentadas em um direcionamento que justamente vai colocar em suspensão o purismo atribuído às escolhas dos linguistas, levando em consideração as condições de emergência de determinados saberes e categorias linguísticas. Assim, na perspectiva do Swiggers, ao lidar com essas questões, o historiógrafo linguístico terá que apelar para uma distinção entre: o contexto cultural-ideológico; o contexto político; o contexto socioeconômico; o contexto (eco)linguístico; e o contexto científico (Swiggers, 2015, p. 11), buscando diferenciar esses elementos em sua análise.

Na visão de Swiggers, fundamentada em suas pesquisas desenvolvidas com outros pensadores, como De Clercq Swiggers, Swiggers e Desmet Jooen (1998a, 1998b), a perspectiva primária de análise feita dentro da historiografia contempla o texto como elemento primordial, sendo eles tanto os publicados quanto os não publicados. Assim sendo, aspectos intrínsecos a ele serão considerados:

III - Sua “composição e tonalidade”: aqui se trata (a) da estrutura global dos textos linguísticos (a respeito disso, pode-se falar de morfótipos de textos); (b) da (natureza da) argumentação; (c) da “modalidade” elocutiva (textos [com aspectos] mais ou menos apodícticos; textos [com aspectos] polêmicos; textos [com aspectos] dubitativos; textos puramente informativos) (Swiggers, 2013, p. 41-42).

Como também serão levados em conta os aspectos extrínsecos, como as questões de intertextualidade, sua posição com relação à eleição do cânone, além de particularidades relacionadas à recepção:

I - Sua inserção em um “circuito” mais amplo: aqui surgem problemas como os concernentes a (a) intertextualidade, (b) polissistema de textos e (c) “serialidade” (série de textos).

II - Sua “posição”, isto é, sua avaliação contemporânea ou retrospectiva: aqui enfrentamos questões como (a) as de cânon (cânon de autores/ de textos/de aproximação): formação (e modificação) do cânon, crítica do cânon; (b) as de posição marginal ou marginalização (por diferentes motivos: por exemplo, visão antiquada, visão inadequada etc.); (c) as de integração (ou não integração) institucional (Swiggers, 2013, p. 41).

Nesse sentido, os elementos extrínsecos, de maneira generalista, envolvem a relação de textos com outros, sendo esse encadeamento determinante para sua construção, ou seja, os aspectos internos serão determinantes dos aspectos externos, e vice-versa. Além disso, outro elemento que carrega tanto os aspectos intrínsecos quanto extrínsecos que também deve ser considerado pelo historiógrafo é o seu “papel dinâmico”. Nas palavras do autor:

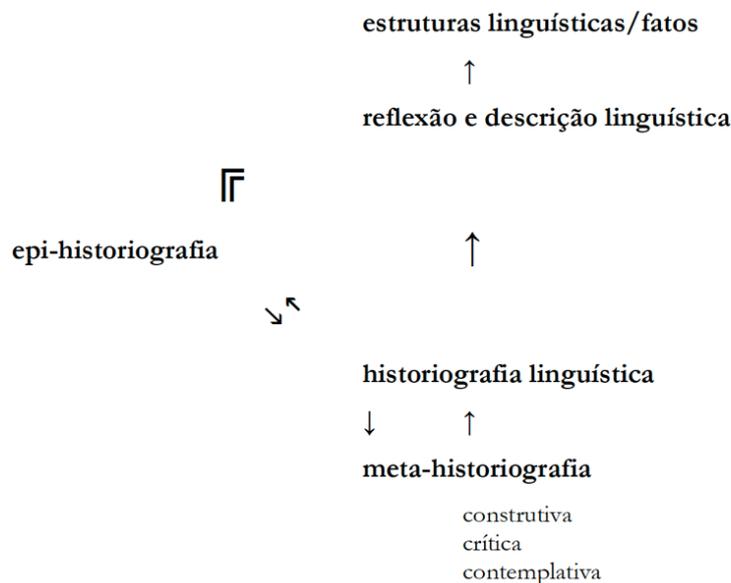
IV - Seu “papel dinâmico” (ou “força”): os textos-fontes, tanto em sua concepção quanto em sua recepção (ainda que não haja sempre uma correspondência unívoca entre ambos os polos) não têm o mesmo papel dinâmico. Aqui se podem distinguir vários dinamótipos: textos de “ação” (textos programáticos ou textos que oferecem aplicação (inovadora) de uma abordagem), textos de síntese, textos de “diluição” (são textos que oferecem uma versão/aplicação “diluída” de uma teoria)⁹, textos de “reação” (este dinamótipo inclui traduções, resenhas, críticas efetivas, divagações críticas a partir de um “estímulo”), textos de “entorno” (por exemplo, notas, correspondência¹⁰, prefácios etc.) (Swiggers, 2013, p. 41-42).

O historiador da linguística, assim, precisa, na visão do autor, utilizar de uma metodologia pré-definida para que se consiga estabelecer uma análise sobre os aspectos acima mencionados. Ao considerar não apenas a composição e a tonalidade dos textos, mas também sua inserção em um circuito mais amplo e sua

avaliação contemporânea ou retrospectiva, é possível compreender melhor a influência e o papel dinâmico desses textos ao longo do tempo.

A fim de alçar a complexidade do objeto da historiografia da linguística, o autor postula que o fazer historiográfico é algo que ultrapassa o simples comentar os “empreendimentos existentes” (2010, p. 3). É desenvolvido essencialmente pelo profissional linguista, que precisa seguir uma série de procedimentos apriorísticos para a operacionalização da análise historiográfica. Nesse sentido, o pensador se vale de um organograma para explicar os processos inerentes a esse exame.

Figura 1 – Organograma da Historiografia Linguística



| | |
|-----|---|
| ⌈ | simboliza uma relação de ‘integração material’ (informação factual) |
| ↑ | simboliza a relação entre descrição e objeto (de descrição) |
| ↓ ↑ | simboliza alimentação cruzada e enriquecimento mútuo |

Fonte: Swiggers (2010).

Acima, tem-se no organograma os componentes básicos relacionados à historiografia linguística. São eles: estruturas linguísticas/fatos, reflexão e descrição linguísticas, historiografia linguística (descrita anteriormente), epi-historiografia e meta-historiografia. Cada um desses componentes tem suas próprias características e objetivos, como os fatos linguísticos, que correspondem a práticas linguísticas que foram objeto de reflexão linguística, ou de descrição. A epi-historiografia, que visa desenvolver a história dos pesquisadores e dos materiais produzidos. Já a reflexão e

descrição linguísticas considera a análise, regulação, comparação e avaliação de línguas, a narrativa da reflexão e descrição linguística no passado.

A meta-historiografia inclui, por outro lado, tarefas construtivas, críticas e contemplativas, visando o desenvolvimento de modelos para a narrativa da história da linguística e a avaliação dos produtos historiográficos, sendo: construtivas, isto é, pautada na elaboração de um modelo historiográfico e na construção de uma linguagem historiográfica; críticas, que consistem em tarefa crítica de avaliação de tipos de discurso historiográfico aliada à proposta de análise e apreciação das abordagens metodológicas e epistemológicas adotadas nos textos analisados; e metateórica ou “contemplativa”, que corresponde à reflexão sobre o objeto, o status da historiografia, sobre a justificação das formas de apresentação e sobre o que é um “fato” linguístico para o historiador (Swiggers, 2013, p. 40).

Por outro lado, em termos de organização do trabalho, o autor especifica três fases. A primeira delas é a heurística, que abrange o primeiro contato com as fontes documentais e na qual o pesquisador irá se informar sobre essas fontes e sua disponibilidade, as terminologias, além de fazer a contextualização das ideias e dos termos. Em seguida, tem-se a fase hermenêutica, que inaugura o uso de categorias interpretativas no trabalho, sendo válido o uso de categorias mais gerais, fundamentado em uma reflexão crítica dessas categorias, a partir de estudos da filosofia e da história das disciplinas (Swiggers; Wouters, 2004), e categorias mais específicas. Por fim, tem-se a fase executiva, que consiste na demonstração dos resultados da discussão, que poderão ser apresentados a depender da variação de alguns elementos, como a intencionalidade do autor, o perfil da pesquisa (podendo ser neste caso, “atomística”, “narrativa”, “nocional-estrutural”, “arquitetônico-axiomática” e “correlativa”) (Swiggers, 2013, p. 45-46).

De acordo com o pensador, é nos anos setenta que são localizados os primeiros trabalhos voltados à reflexão historiográfica no campo da Linguística. Eles surgem em um período em que as bases científicas passam a ser questionadas em diversas áreas, e a noção de purismo científico começa a ser colocada à prova. No Brasil, esse enfoque demora um pouco mais de ser alcançado, mas, ao visitar o país, o pesquisador Pierre Swiggers (2015), a convite da USP¹⁷, faz algumas

¹⁷ O convite foi direcionado para que o pesquisador palestrassem, no ano de 2013, em um simpósio intitulado VII Mini ENAPOL de Historiografia Linguística. Posteriormente, foram reunidos os trabalhos na obra “Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH” (2015).

considerações em seu trabalho e demonstra satisfação sobre a qualidade das pesquisas no Brasil, sobretudo as realizadas a partir da perspectiva meta-historiográfica:

In sum, I was impressed by the methodological and epistemological maturity and robustness of the research projects that were presented, by the enthusiastic involvement of such a large group of young researchers (all strongly encouraged by their promoters), as well as by the high quality of the presentations (supported by a power point presentation or by a paper version handout) (Swiggers, 2015, p. 5).

Nesse sentido, ao analisar as perspectivas para os trabalhos realizados no Brasil, o autor verifica que alguns deles mapeiam os estudos linguísticos datados ainda da era colonial, voltados, sobretudo, à história da linguística missionária na América Latina, mas as investigações não se restringem a eles; envolvem também o estudo de um corpus abrangente de textos dentro de um período histórico bem definido (na maioria das vezes os séculos XIX e XX). Uma das figuras-chave desta configuração “luso-ibero-americana”, que liga as tradições hispânica e lusitana, é, na visão de Swiggers (2015), Andrés Bello, cujas concepções gramaticais inovadoras (por exemplo, sobre a classificação das classes gramaticais e sobre a função das classes gramaticais – categorias gramaticais) continuam sendo uma fonte de inspiração.

Além de considerar a densidade e a importância dos trabalhos realizados, Swiggers ainda conclui que há muito a ser realizado no campo da historiografia da linguística brasileira. Por um lado, ainda há muito a fazer em termos de estudo de autores, textos, currículos acadêmicos etc.; por outro lado, ainda há muito a ser desenvolvido em termos de perspectivas: a história da linguística brasileira presta-se não apenas a um estudo do ponto de vista da história da ciência, mas também do ponto de vista sociolinguístico e sociológico, do ponto de vista ecológico-linguístico, do ponto de vista da história institucional e da história cultural.

Por fim, cabe pontuar que os trabalhos aqui abordados, em suma, se propõem a sistematizar os processos envolvidos no fazer do historiador linguista. Com isso, verificou-se que a importância da historiografia da linguística não se resume apenas ao resgate e à preservação da memória, mas também à compreensão de como as teorias e as metodologias linguísticas foram construídas ao longo do tempo, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área.

Através dos estudos desenvolvidos pelo Pierre Swiggers, podemos observar a complexidade e a riqueza da história da linguística, bem como a importância de refletir sobre os fundamentos que moldaram essa tradição de pensamento. É fundamental, portanto, reconhecer o papel da historiografia da linguística como um instrumento essencial para o desenvolvimento e a consolidação do campo, possibilitando a reavaliação crítica das teorias linguísticas e a construção de novas abordagens e paradigmas.

Em paralelo, viu-se que a abordagem de Swiggers busca suspender o purismo atribuído às escolhas dos linguistas e considerar as condições de emergência de saberes e categorias linguísticas, ao posicionar o historiador da linguística através de perguntas sobre como o conhecimento linguístico foi adquirido, formulado, difundido e preservado. Assim, essas perguntas, que requerem uma análise que leve em consideração os contextos cultural, político, socioeconômico, linguístico e científico, se mostram primordiais para o fazer historiográfico.

Além das suas contribuições, as pontuações de Swiggers sobre os trabalhos da historiografia realizados no Brasil sugerem que o contexto nacional possui um vasto campo de investigação e desenvolvimento, indicando a importância de continuar aprimorando e ampliando os estudos nessa área.

Portanto, além de ser um campo interdisciplinar que dialoga com diversas áreas do conhecimento, a reflexão sobre a historiografia da linguística não se limita apenas ao passado, mas também orienta e inspira esse presente estudo, assim como as pesquisas futuras, enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para a evolução contínua da disciplina.

4 MARCOS SULEADORES E O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE CORPO NO MOSAICO DE OBRAS ORLANDIANAS

Desde sempre o corpo carrega as marcas de classe, de gênero ou de origem, as quais não podem mais apagar (Courtine, 2011, p. 7).

“Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar” (Orlandi, 2019).¹⁸ Iniciamos o presente capítulo com essa declaração para destacar que a reflexão sobre corpo apresentada por Orlandi é consequência de um trabalho de décadas, de uma diversidade de pesquisas: as produzidas antes dela, as desenvolvidas por ela e as geradas a partir dela. Das teorizações que a antecederam, duas têm contribuições imperiosas para se chegar a definição “o corpo é a materialidade do sujeito”: “a história do corpo”, por Courtine, e as noções “materialidade do discurso” e “materialidade da ideologia” desenvolvidas por Pêcheux.

Em primeiro plano, cumpre-nos percorrer os aportes teóricos de Courtine (e outros que dialoga) reconhecendo-os legados indispensáveis para o corpus da nossa pesquisa. Já partimos da primazia de que, no imaginário dominante, a ideia de corpo passa pelo construto científico, ou seja, pela compreensão do corpo como a estrutura física do organismo humano. Embora pareça uma definição uniforme, determinada pela natureza, há de ser considerada a multiplicidade de percepções, além das mutações históricas e culturais. Segundo Corbin, Courtine e Vigarello (2012, v. 1: p. 9), “o corpo existe em seu invólucro imediato como em suas referências representativas: lógicas ‘subjetivas’, também elas variáveis com a cultura dos grupos e os momentos do tempo”. Dessa maneira, para além do corpo orgânico (carne e sangue), há o corpo subjetivo – agente e instrumento de práticas sociais.

Entendemos imprescindível ressaltar que a investigação que se volta para as noções de corpo exige uma excursão no tempo, tanto na perspectiva da materialização do ser humano (o estado físico como a concretização da existência no mundo), quanto na de experimentação do sensível (o estado psíquico, os gestos, a performatividade constituídos, culturalmente, pelas normas coletivas). Portanto, a variação das condições materiais e imateriais, modos diferentes de ser, de dizer e de

¹⁸ Entrevista concedida por Eni Orlandi à Luciana Vinhas, no dia 30 de julho de 2022, em Campinas. Publicada no livro *O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento*, organizado por Maria Cristina Leandro Ferreira e Luciana Iost Vinhas, no ano de 2023, pela editora Pontes.

fazer do corpo (Courtine, 2012). Pela perspectiva discursiva, podemos dizer que, em relação à história do corpo, os “discursos fundadores” (Orlandi, 1993) funcionam como referência no imaginário constitutivo desse corpo humano, consideração importante para o entendimento de como tais discursos se estabilizam.

Dessa maneira, o corpo, como superfície de inscrição, está impregnado de história, em contínua desagregação (Nicoli; Perez, 2021). Em virtude disso, os gestos de interpretação da linguagem do corpo e sobre o corpo devem ser desenvolvidos partindo do princípio de que o corpo do sujeito está ligado ao corpo social (Orlandi, 2008, p. 10) e, como tal, mantém relação com a língua e com a história. Partindo dessa premissa, a historiografia linguística conduz essa pesquisa a acessar para a análise da historicidade do corpo.

Na Pré-História, por exemplo, era concebido como arma de sobrevivência: para o homem, na caça, na pesca e na guerra; para a mulher, na perpetuação da espécie. Já na Antiguidade, o corpo masculino – com utilidades esportivas – foi cultuado e tornou-se alvo de celebração da beleza e da perfeição das formas do ser humano em Jogos Olímpicos na Grécia. Tal fato fez com que as percepções do corpo se deslocassem, as sensibilidades à expressão individual ficassem mais complexas, e, conseqüentemente, a leitura da aparência humana se transformasse a partir desse momento (Courtine, 2012).

Pelo viés eurocentrado, a exaltação, a padronização da beleza, a ênfase no belo desde sempre circunscrevia ao corpo masculino, considerado como única referência de adaptação às intempéries, alçando-lhe a condição de forte, viril, superior, por ter maior capacidade de adaptação. Desse modo, os registros na história, a partir do corpo masculino, marcam a centralidade do homem, relegando o protagonismo da mulher, invisibilizando o corpo feminino e subjugando-o à condição de ser incompleto.

Mediante a mudanças culturais, o período medieval compreendia o corpo como lugar sagrado. Nos moldes da religião cristã, o corpo da mulher era propriedade do marido, com finalidade de procriação. Portanto, o corpo passa a ser submetido a exigências disciplinares impostas como normas de controle da coletividade. Dá-se início, então, a uma relação em que os mecanismos de poder exercem influência sobre o corpo humano e sobre seus comportamentos.

A história do corpo feminino é também a história de uma dominação e os critérios estéticos revelam isso: a exigência tradicional por uma beleza sempre ‘pudica’, virginal e vigiada, impôs-se por muito tempo, antes que se afirmassem libertações decisivas repercutidas nas formas e nos perfis, movimentos mais aceitos, sorrisos mais expansivos, corpos mais desnudos. A história do corpo, em outras palavras, não poderia escapar à história dos modelos de gênero e das identidades (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 1: p. 13).

Decerto, a Idade Contemporânea inaugurou uma era de transição da percepção de corpo na história, de mudança das representações da figura humana e do imaginário sociocultural. A partir da organização de movimentos sociais e políticos, como o feminismo, enfrentou-se a concepção biologizante de mulher como macho castrado (homem imperfeito) e reivindicou-se o corpo liberto das aderências cristãs, em busca do feminino como um sexo próprio e da emancipação da mulher e de seus corpos, promovendo – desse modo – a transição da sujeição à libertação. Até aqui,

[...] o discurso e as estruturas estavam estritamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava ao lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo para opor ao discurso do poder, à linguagem como instrumento para impor o silêncio dos corpos (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 3: p. 9).

Resgatando a linha histórica, os estudos teóricos do corpo somente tiveram início no século XX, entre os enfrentamentos das ausências e das censuras. Courtine (2013) atribuiu como estímulos a isso interesses de pesquisa advindos de contribuições como a da psicanálise freudiana – ao trazer a dependência do inconsciente em falar através do corpo –, e da filosofia, em Husserl – ao conceber o corpo como berço de significação. Dessa maneira,

as lutas políticas, as aspirações individuais colocaram o corpo no coração dos debates culturais, transformaram profundamente a sua existência como objeto de pensamento. Ele carrega, desde então, as marcas de gênero, de classe ou de origem, e estas não podem ser mais apagadas (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 3: p. 9).

Então, o corpo, “um lugar importante de repressão”, também foi se tornando “um instrumento crucial de libertação, a promessa de uma revolução” (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 3: p. 9). A partir daí, o grito pelo pertencimento do corpo ecoou entre protestos e manifestações de mulheres e homossexuais, requerendo-o,

portanto, como propriedade particular e individualizada, de modo que as formas tradicionais de concepção do corpo – sobretudo o da mulher – fossem afetadas.

Hoje, mesmo após inúmeras transformações políticas e sociais, ainda persiste uma realidade que continua a requerer estudos para o entendimento das relações de influência (e suas atualizações), a qual os mecanismos de poder exercem sobre o corpo humano e seus comportamentos. A compreensão de que a existência é corporal e, por isso, moldada socioculturalmente, faz com que o corpo seja concebido como um polo das modificações. Em razão disso, necessita-se tornar mais complexa a ideia de corpo, ponderando o papel das representações, das crenças e dos efeitos de consciência no corpo humano (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 1: p. 8).

Outrossim, as importantes mutações no transcorrer da história resultaram ainda na construção social que assimila as diversas formas de viver e de ser mulher, as inúmeras possibilidades de se abrigar em um corpo, de performatizar sua existência para além do princípio biológico. O fato de “estar no cruzamento do invólucro individualizado com a experiência social, da referência subjetiva com a norma coletiva”, localiza a corporeidade na dinâmica cultural (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 1: p. 11).

Numa abordagem foucaultiana, a atenção ao corpo é apresentada na obra *Vigiar e Punir* (2012, p. 28), quando o autor defende que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”. Em síntese, o filósofo desenvolve o estudo “de um corpo concebido como alvo do poder, objeto tão profundamente investido e modelado por ele que segrega uma visão do mundo e do social” (Corbin; Courtine; Vigarello, 2012, v. 1: p. 12).

As reflexões de Michel Foucault sobre o poder são, indubitavelmente, além de contribuições realmente profícuas às ciências humanas, especialmente no campo das ciências sociais, da filosofia e da linguagem, são também oportunas para as discussões acerca das relações de poder exercidas sobre o corpo. As exigências disciplinares persistiram impostas como normas de controle por instituições sociais (igreja, Estado/governo, mídia), situando o corpo na centralidade das relações de poder. Em seu percurso teórico, o filósofo afirma:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (Foucault, 1979, p. 248).

Para Foucault (1988), a própria natureza do poder, aquilo que se pretende realizar, é não substancial, não essencial. O poder não é uma coisa que se possui, não existe poder, existem relações de poder, uma vez que o mesmo se constitui como um feixe de relações. Para reconhecer as manobras de poder (formas de sujeição) exige “esquemas de conhecimento”, “técnicas de saber” como estratégias de enfrentamento do poder, como mecanismo de resistência (Foucault, 1988). Quando trazemos à luz a análise de nosso corpus, um saber construído (por uma mulher, latino-americana, por exemplo), vê-se que os esquemas de poder significam, em paralelo às estratégias de resistência.

Trata-se, portanto, de reconhecer o contínuo saber-poder em sua implicação mútua: o poder que constitui um campo de saber, o saber que produz ele mesmo um campo de poder. Deixar, desde já, a visão idealizada de um poder que obsta o saber ou de um saber que surge com a suspensão do poder. Nesse sentido, é de suma importância compreender que poder e saber estão, de fato, profundamente implicados, entrelaçados e se referenciam mutuamente. Em síntese,

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (Foucault, 2012, p. 20-30).

Ainda no escopo dessa visão relacional do poder, abre-se a possibilidade de conceber a existência de constantes enfrentamentos. Partindo desse princípio, Foucault (2012) compreende a liberdade como oportunidade fundamental de reação dos que estão sujeitos às relações de submissão. Isso coloca novas/emergentes perguntas à questão do poder, fazendo surgir outro modo de pensar a relação entre o poder e a revolta, isto é, pensar sobre a resistência. Logo, é a partir da relação entre liberdade – sua abertura –, poder e revolta que podemos inicialmente refletir sobre a possibilidade da resistência ao exercício do poder; se a liberdade abre o

espaço no qual o poder poderá ser exercido, abre também, ato contínuo, a possibilidade da resistência:

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 1979, p. 241).

Pois bem, se Foucault não pensa o poder a partir de uma perspectiva centralizadora, onipotente, esquadrihando cada palmo da sociedade, mas como um feixe de relações de poder mais ou menos organizadas e hierarquizadas, espalhadas numa grande rede de poder, abre-se o espaço para a resistência: o poder não consegue cobrir todas as frestas do espaço aberto da liberdade, logo, é possível resistir. E pela linguagem, então, por suas falhas.

Nessa ótica, para o filósofo francês, não há um único lugar de recusa, mas sim uma pluralidade de resistências, sendo cada resistência correspondente a um poder determinado. Frente a isso, “Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (Foucault, 1979, p. 241). Assim, tendo em vista as considerações anteriores sobre a natureza do poder e sua relação com a resistência, presume-se que onde há poder, há resistência. Logo, relacionam-se coetaneamente.

E, por suas novas formas de assujeitamento, de interpelação ideológica (efeito da linguagem), o corpo faz-se também resistência. Conforme Pêcheux (1990, p. 17), resistir é “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação”. A partir desse ponto, as resistências contra determinados poderes passam também pelas insurgências sobre os corpos. Atravessadas pelas relações de poder, as Ciências, nos mais diferentes modos de produzir conhecimento, devem ser espaço de construção de saberes insurgentes (pesquisas dissidentes), de pesquisadores atentos e destemidos (corpos-resistentes). Afinal, lutar e resistir ao poder, aos discursos hegemônicos, é uma das formas mais necessárias de combate às relações de opressão que reproduzem (pela linguagem) a ideologia dominante, que reprimem liberdades, além de propor insurgências, que resultam em contrapoder.

Em segundo plano, mas não menos importante, consideremos que muitos são os campos do saber que se debruçaram/debruçam analiticamente sobre o corpo, indagando sua natureza, sua constituição, sua relação com a cultura e com a história. Nesse estudo, interessa-nos fazer história do pensamento de Eni Orlandi em sua compreensão discursiva do corpo, tendo as obras referenciais da Análise de Discurso materialista e seus dispositivos teórico-analíticos como âncora. Para tanto, resta-nos considerar que os conceitos desenvolvidos por Michel Pêcheux foram basilares para fundamentar a compreensão de Orlandi acerca da materialidade do corpo.

A ideia orlandiana é uma formulação que remete à memória discursiva, que se filia a dizeres e teorias que atravessaram sua vida de pesquisadora. A definição “o corpo é a materialidade do sujeito” é atravessada pelo interdiscurso e mobilizada conforme as circunstâncias discursivas e aos acontecimentos sócio-históricos da época. Os sentidos que já significavam de que “a língua é a materialidade do discurso” e “o discurso é a materialidade da ideologia” (Pêcheux, [1975] 1988) apontam a filiação desse dizer de Orlandi e os movimentos até a constituição da formulação da ideia de corpo segundo a teórica.

Embora Pêcheux não tenha teorizado diretamente sobre corpo, legou aos analistas de discurso noções importantes que foram basilares, como ideologia e inconsciente, materialidades do discurso e da ideologia. Se existe um sujeito interpelado ideologicamente e o inconsciente, que se materializa no corpo pela linguagem, há na relação sujeito-corpo-linguagem materialidade simbólica, política e ideológica. O corpo, nesse caso, se inscreve como forma (dominada e enquadrada em um mundo) do sujeito. Dessa forma, ele passa a ser concebido então como lugar do trabalho simbólico no qual sentido e sujeito se constituem. Tais noções conduziram a perspectiva materialista do discurso a voltar-se para o corpo como objeto teórico, dispositivo de visualização do que lhe constitui (sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e sua cultura).

E dessa base teórica advém, certamente, diversas pesquisas no/do/sobre corpo a partir da perspectiva discursiva, assim como Eni Orlandi o fez. Começamos apresentando os primeiros gestos de interpretação (em 1990), realizados por Eni Orlandi, que analiticamente buscava compreender como o corpo produzia sentidos. É o que nos diz Vinhas, em diálogo com a autora, presente no texto “O corpo na análise de discurso: entrevista com Eni Orlandi”:

Ao analisar a sua produção teórica, observamos quando começam a comparecer as reflexões sobre o corpo pela perspectiva discursiva e como essas reflexões vão se desenvolvendo ao longo do tempo. No final dos anos 1990, a senhora começa a falar sobre o corpo, cuja justificativa aparece em um dos capítulos do livro “Discurso em análise” (Orlandi, 2012), pensando o corpo em relação com a cidade, com o espaço urbano (Ferreira; Vinhas, 2023, p. 16).

Esses estudos foram marcos suleadores importantes, não só para cunhar novas teorias, como também serviram de gatilhos que despertaram interesses e subsidiaram investigações posteriores filiadas à AD. De lá para cá somam-se muitos os pesquisadores brasileiros que se renderam à urgência e à potência que as questões do corpo suscitaram. Enquanto materialidade discursiva, diversas temáticas correlacionadas desenvolveram-se, como: produção de sentidos sobre o corpo; a relação corpo e posição sujeito; corpo, subjetivação e interpelação ideológica; entre outras. Trabalhos que foram e vêm sendo apreciados, retomados e/ou ressignificados, compreendendo-os discursivamente como produções científicas incompletas, inacabadas e sujeitas ao equívoco e aos deslocamentos.

Oportuno dar destaque, nesse momento, à diversidade de pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre tal temática, que se voltam aos funcionamentos históricos de gênero, de classe, de raça, de territorialidade. São muitas as formas de significação e diferentes são os lugares que ocupam os pesquisadores, fatores determinantes para inaugurar novos percursos teóricos a partir do aparato teórico-analítico da AD. Dos numerosos trabalhos desenvolvidos no Brasil, tendo o corpo como objeto de investigação, dou destaque aqui a dois deles publicados na obra recém-lançada *O corpo na análise do discurso: conceito em movimento*, organizada por Ferreira e Vinhas (2023).

Primeiro, os de Leandro-Ferreira, em 2013, abordando o corpo como lugar de fala (pelas palavras e pelo silêncio), como resultado de um processo de construção que se dá pelo/no discurso, concebendo o corpo como objeto discursivo (corpodiscurso), já que pelo discurso o corpo se materializa. Nessa perspectiva, a autora desenvolve gestos de interpretação nas relações do corpo enquanto materialidade discursiva, lugar de enunciação e espaço de subjetividade. Para isso, a pesquisadora elege três análises possíveis do corpo: lugar de observação do sujeito, objeto de investigação e categoria teórica.

Segundo, a noção de corporeidade-discursiva desenvolvida por Luciana Vinhas (2014), em sua tese de doutorado intitulada *Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino*. No referido trabalho, concebendo o corpo como objeto discursivo, a pesquisadora reflete sobre os efeitos da relação entre corpo e linguagem no processo de constituição dos sentidos e do sujeito do discurso.

Face a essas pesquisas e tantas outras que coadunam o estudo da relação corpo (na sua forma material) e linguagem (discurso), sob a prerrogativa da diversidade, realizo, oportunamente, outra reflexão. Nosso país, por sua formação social capitalista, mantém desde sempre suas bases: o racismo e o sexismo colonialistas, o que faz requer lutas ideológicas por outros sentidos. Frente a isso, Zoppi Fontana e Fontana (2023, p. 83) defendem a necessidade de nossas pesquisas, enquanto analistas do discurso, insistirem numa abordagem teórica, política e ética, a fim de mostrar “a força e a originalidade do conhecimento produzido nestas terras, que faz corpo com as lutas contra as diversas formas de dominação”. Nesse esteira, essas e tantas outras vozes se unem à de Eni Orlandi.

De forma despretensiosa, ousamos dizer que os passos teóricos de investigação da pesquisadora Orlandi para teorizar sobre o corpo parte de pensar a ideologia através da linguagem, ou seja, conceber a ideologia como um funcionamento discursivo, sendo que sua materialidade é o discurso e a do discurso é a língua. Daí advém o interesse em retomar a relação sujeito-história-ideologia, a fim de estabelecer os movimentos de constituição do sujeito: a interpelação do indivíduo em sujeito (forma-sujeito histórica) e a individualização do sujeito (pelo Estado). Por fim, volta-se para a relação do sujeito com a sociedade, corpo que é materialidade do sujeito, frente ao corpo social.

Dos 52 livros publicados e/ou organizados por Eni Orlandi, no período entre 1983 a 2023, selecionamos as obras em português que cumpriram esse percurso de reflexão do corpo. São elas: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* (1983); *Discurso e Leitura* (1988); *Terra à vista* (1990); *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos* (1992); *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional* (1993); *A leitura e os leitores* (1998); *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (1999); *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos* (2001); *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia* (2012c); *Eu, tu, ele: discurso e real da História* (2017). São muitas as produções que

trazem a temática do corpo, e apresentamos sinteticamente cada uma delas, dividindo-as em duas partes: “4.1 A posição-sujeito na discursividade” e “4.2 Do discurso encarnado à teorização de corpo”. Vale dizer que a apresentação (que segue) dessas obras citadas não é exaustiva, afinal, objetiva-se ilustrar como a discussão sobre corpo esteve presente, há décadas, em muitos dos trabalhos da autora.

4.1 A POSIÇÃO-SUJEITO NA DISCURSIVIDADE

No primeiro livro, publicado em 1983, *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, Eni Orlandi se dedica, dentre outras questões, à reflexão acerca dos tipos de discurso em funcionamento, como os discursos pedagógico, informacional e religioso. Numa leitura analítica, pelas lentes da AD, destacamos os primeiros passos da autora para a percepção de que o indivíduo – além de ser regulado em sujeito, pela ideologia e pela língua, também o é pelas instituições sociais (escola, mídia, igreja e Estado), que agem através da linguagem frente a indivíduos (e seus corpos) de forma coercitiva, reguladora e controladora.

Para essa discussão, ela se arvora na premissa teórica de Althusser (1980), sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE): escolar, religioso, político, da informação, que funcionam pela Ideologia. Se para manter o poder e a hegemonia do Estado faz-se necessário controlar os AIE, enquanto ideologias particulares, é conclusivo que esses aparelhos – reprodutores da ideologia dominante – são os responsáveis pela submissão dos sujeitos às regras da ordem estabelecida. Isso posto, Orlandi ([1983] 1987) pontua que uma das formas de manter as relações de poder, asseguradas pela linguagem, é o discurso pedagógico (DP).

No sistema escolar, com seus saberes práticos e suas regras de comportamento, o DP é caracterizado por Eni Orlandi como um discurso autoritário. A ideologia da escola (universal, libertadora e exemplar) dispõe de métodos normativos, regulatórios, de ações coercitivas, exclusivas e disciplinares. Nessa perspectiva, na comunicação pedagógica, há uma regulamentação (exigências e condições) em que “o direito de interrogar, exercido por uma autoridade, converte-se em poder de ordenar e, logo, não pode ser atribuído indistintamente” (Orlandi, [1983] 1987, p. 18). Logo, o comportamento linguístico tem como base uma relação

hierarquizada do professor que manda, enquanto autoridade, com o aluno que obedece.

Por esse prisma, a dinâmica de interlocução do DP – enquanto discurso autoritário – consiste em fixar a posição de locutor para o professor e a posição de ouvinte para o aluno. Em sua base, a “imagem social do aluno (o que não sabe e está na escola para aprender)” e a “imagem social do professor (aquele que possui o saber e está na escola para ensinar)” (Orlandi, [1983] 1987, p. 21). Entre as duas imagens, mantém-se uma distância preenchida pela ideologia, que correlaciona a distribuição, entre as classes, do capital cultural, do econômico e do poder. Dito de outro modo,

a escola tem uma função de dissimulação: apresenta hierarquias sociais e a reprodução dessas como se estivessem baseadas na hierarquia de ‘dons’, méritos ou competências e não como hierarquia fundada na afirmação brutal de relações de força. Convertem hierarquias sociais em hierarquias escolares e com isso legitimam a perpetuação da ordem social (Orlandi, [1983] 1987, p. 22).

O discurso pedagógico, portanto, espelha as relações das instituições que faz parte e reflete a ordem social na qual existe. Dessa maneira,

[...] há, em relação à escola, uma seleção que decide, de antemão, quem faz parte dela e quem não faz, quem está em condições de se apropriar desse discurso e quem não está. Há, entretanto, um outro processo, interno, que não é o da simples seleção mas o do esmagamento do outro (Orlandi, [1983] 1987, p. 34).

O professor (agente do discurso), ao se apropriar da ciência, entende-se possuidor do conhecimento e – vendo-se como único – oculta o sujeito aluno (referente).

A escola, instituída por regulamentos e modelos válidos de ação, atua pelo prestígio da legitimidade e pelo discurso pedagógico, apresentando modelos de conduta e convenções obrigatórias. Para Orlandi, nesse aparelho ideológico, “ensinar aparece como inculcar” (Orlandi, [1983] 1987, p. 17). Analogamente, Althusser (1980) já dizia que as escolas inculcam massivamente os saberes práticos que a ideologia dominante tem como fundamentais. Assim, enquanto sede do DP, a escola com suas políticas educativas, suas formas de controle e sua normatização das condutas fazem-se instituições disciplinadoras/reguladoras de corpos. Registra-se aqui uma base de significação importante para os estudos da AD materialista que

Orlandi percorre nessa sua primeira obra ao interpretar o corpo, na interpelação do indivíduo em sujeito, pelos aparelhos ideológicos.

Conforme Foucault (2001, p. 210, tradução nossa), “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o corpo”. A partir da ideia de corpo enquanto uma realidade biopolítica, o filósofo apresenta os dois eixos do biopoder: a anatomopolítica disciplinar do corpo humano e os controles regulatórios da biopolítica da população. Ainda na perspectiva foucaultiana, o corpo é concebido como alvo de poder, visto que sobre ele recaem proibições, limitações e obrigações. Pela redução da alma e pelo adestramento, insurge a noção de docilidade dos corpos, isto é, os que se submetem, são utilizados e transformados em função do poder. Aparelhos Ideológicos, como as instituições coercitivas escolas e igrejas, almejam corpos dóceis para sujeição.

Na obra que ora apresentamos, Eni Orlandi propõe tornar o DP, com suas características autoritárias, um discurso polêmico. Para tanto, ao professor, caberia “construir seu texto, seu discurso, de maneira a expor-se a efeitos de sentidos possíveis, é deixar um espaço para a existência do ouvinte como ‘sujeito’” (Orlandi, [1983] 1987, p. 32). Nessa perspectiva, ela sugere imaginar uma sociedade em escola ou, pelo menos, professores e alunos buscarem um discurso pedagógico polêmico e desobrigado a abrir mão do que é a vida para além dos muros da escola. Desse modo o aluno poderia

exercer sua capacidade de discordância, isto é: não aceitar aquilo que o texto propõe e o garante em seu valor social: é a capacidade do aluno de se constituir ouvinte e se constituir como autor na dinâmica de interlocução, recusando tanto a fixidez do dito como a fixação do seu lugar como ouvinte (Orlandi, [1983] 1987, p. 33).

Tecendo algumas considerações discursivas sobre a educação indígena, Eni Orlandi resgata a reflexão do DP para discutir as dificuldades para o índio, apresentadas por nossa escola, e a necessidade de o índio ser ouvido nessa instituição. Quanto a isso, a reversibilidade – entendida como a troca de papéis na interação que constitui o discurso – compreende-se que os lugares de locutor e de ouvinte não são essencialmente definidos, ou seja, “um se define pelo outro, e, na sua relação, definem o espaço da discursividade” (Orlandi, [1983] 1987, p. 239). Contudo, sendo o DP um discurso autoritário, “sua reversibilidade tende a zero (não

se dá a palavra), há um agente único (aquele que tem o poder de dizer), a polissemia é contida (se coloca o sentido único), o dizer recobre o ser (o referente está obscurecido)” (Orlandi, [1983] 1987, p. 85). Nessa proposta de discurso pedagógico, o corpo indígena tem lugar ocupado preestabelecido, tem o dizer interdito.

Ao cumprir sua função social de reprodução da ideologia dominante, “o autoritarismo não cede lugar a um outro discurso, mas se transmuta em paternalismo: ‘ouvir o índio para modificá-lo” (Orlandi, [1983] 1987, p. 87). Trata-se, então, de uma autorização dada a falar para identificar as diferenças e, assim, aboli-las, inculcando o mesmo dito legitimado. Contrário a isso, Orlandi destaca a necessidade de ouvir o índio, e não “a voz do branco que fala nele” (Orlandi, [1983] 1987, p. 89). Mais que isso, na educação indígena, as diferenças deveriam ser assumidas e não vistas como desigualdades hierarquizadas, que concebem uma cultura como referência-padrão (do branco, a dominante), e a outra cultura do índio (a dominada) enquanto cultura inferior, discriminada, esmagada. A questão para Eni Orlandi é que, quaisquer que sejam as diferenças,

há uma violência que exercemos no contato, necessariamente: a nossa educação visa não só a reproduzir, mas sobretudo reproduzir a desigualdade (abolindo as diferenças sob o simulacro da unidade). Se isso é um problema dentro de nossa própria cultura, o será muito mais claramente quando vai em direção a outra cultura, assimilando-a (Orlandi, [1983] 1987, p. 88).

De posse dessa compreensão, Orlandi atesta que essas relações, que atravessam os processos de aprendizagem, passam despercebidas e, por tal razão, sugere que se dê espaço para que os índios elaborem sua relação com o ensino. Defende ela que o discurso lúdico (contrário ao discurso autoritário e ao polêmico) seja a melhor forma de entendimento da educação indígena e de construção de processos de aprendizagem e métodos compatíveis/apropriados. E diz:

creio que aí está uma contribuição importante para a reflexão sobre a educação indígena: à diferença de nossa sociedade – em que o discurso autoritário é o dominante, o polêmico é o que se pode instituir a partir da crítica, e o lúdico é ruptura – a cultura indígena acolhe o lúdico (Orlandi, [1983] 1987, p. 94).

Damos ênfase oportunamente a uma relevante constatação presente no livro em análise que diz muito a nossa pesquisa: o processo histórico estrutural

sedimenta funcionamentos discursivos regulados, deslegitimando dizeres. Isso se mostra propício quando intentamos construir uma historiografia linguística a partir da ideia de corpo em obras de uma mulher, latino-americana, que mesmo apresentando uma trajetória longa de produções científicas, com quantidade e qualidade, em contexto nacional e internacional, ainda está sob o jugo da validação. O apagamento referencial que a vítima – quando tem suas teorias citadas por outros pesquisadores – pode dizer muito mais além do que está dito.

Seguindo ainda nessa mesma obra, Eni Orlandi apresenta outra forma de manter as relações de poder, pela linguagem: o discurso da informação. “Na análise dos dois textos [periódicos *Status* e *Nova*] podemos observar que nada na linguagem é indiferente ao sentido: as palavras, a construção, a ordem, o tom, o estilo. Com isso, fazemos um estudo que leva em conta os diversos aspectos do contexto (linguístico)” (Orlandi, [1983] 1987, p. 52) Aqui a autora amplia a perspectiva de análise introduzindo o elemento situação, isto é, o contexto social, ao considerar os fatores sociais (lugar social dos interlocutores, situação discursiva) como também determinantes para a construção do sentido da linguagem em funcionamento.

“Um ninho de contradições: a mulher tem de ser casta esposa e eficiente messalina. As palavras são carregadas de sentidos: uma deusa é tudo isso e uma fêmea também o é. Mas não se usa indiferentemente deusa e fêmea” (Orlandi, [1983] 1987, p. 39). Para ela, o que extrapola a simples análise da linguagem – em sua forma gramatical – é aquilo que essencialmente significa, o que não se aprisiona, o que transborda dela. Afinal, entendendo a linguagem como um lugar de conflito social, nada é indiferente ao sentido, mas o sentido é indiferente à linguagem. Por exemplo, ao analisar as formações discursivas “substâncias que compõem o corpo masculino” e “as que formam a anatomia feminina”, ela sinaliza a diferença de usos:

a diferença de verbos compor/formar ligada à que existe entre corpo/anatomia mostra bem a perspectiva de dentro, de cerne, de essencial (para o homem) e a de fora, da forma como periferia, do superficial (para a mulher). Corpo então é algo único, quanto às substâncias, e quando o presenteiam à mulher o fazem de fora (o corpo *da* mulher) ou como objeto: ‘o *status* do marido e o preço do corpo feminino’ (Orlandi, [1983] 1987, p. 46).

A partir da máxima: “Mais do que de informações, o texto está preñado de sentidos” (Orlandi, [1983] 1987, p. 55-56), Eni Orlandi cumpre um percurso analítico com os textos dos periódicos *Status* e *Nova* para além da investigação das palavras e das construções restritas ao campo gramatical, considerando a produção social do texto como constitutiva de sentido. Dessa compreensão podemos conceber como efeito de sentido dos textos analisados a discursividade da diferença (corpo masculino e corpo feminino), fazendo transbordar do social o controle que o corpo da mulher é submetido culturalmente. E isso é essencial para a análise desenvolvida em nosso trabalho.

Continuando, como uma terceira forma de manter as relações de poder, Orlandi apresenta o discurso religioso “*como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus*” (Orlandi, [1983] 1987, p. 242-243). Nesse funcionamento da linguagem há um flagrante desnível na relação locutor (lugar de Deus) e ouvinte (homem), uma assimetria que tende a não-reversibilidade, uma relação de interlocução dada e fixa. Justifica-se, pois

há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do *plano espiritual* (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do *plano temporal* (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal (Orlandi, 1987, p. 243).

Desse ponto de vista, Orlandi entende que o homem (matéria) não pode ocupar o lugar do locutor que é Deus (espírito), apenas pode estar no lugar de, representando-o, sem deter o poder de dizer. A forma como a apropriação da voz se dá no discurso é apagada, caracterizando o que a autora chama de “mistificação”. Isso explica a assimetria entre o divino (que significa) e o terreno (pela linguagem) – o dito de Deus (onipotente) e o dizer do homem (submisso) – se mostrar com significado obscuro e entendimento inacessível, mantendo a função esotérica de que não se deve compreender, e sim acreditar e obedecer. Ou seja, enquanto que, em outros discursos, o lugar na interlocução é disputado para se apropriar dele, no religioso o representante não ocupa o lugar (fala como se fosse Deus, mas não é).

Ao propor a reversibilidade como condição do discurso, procuro estabelecer que, em essa dinâmica na relação de interlocução, o discurso não se dá,

não prossegue, não se constitui. Isso, no entanto, não significa que todo discurso se estabelece na harmonia dessa condição. Como já tive ocasião de observar, o discurso *polêmico* a realiza segundo certas condições (a dinâmica da tomada da palavra) e o discurso *autoritário* busca anular essa possibilidade (Orlandi, [1983] 1987, p. 239).

Tal assertiva é acrescida da observação de que “embora não haja reversibilidade de fato, é a *ilusão da reversibilidade* que sustenta esse discurso” (Orlandi, [1983] 1987, p. 240). E, enquanto discurso autoritário tende a estancar a polissemia, pretendendo-se monossêmico. A ideologia religiosa preconiza a noção de escolha, de livre arbítrio, porém se contradiz com a coerção a qual – em nome de Deus - regula comportamentos e corpos. Nesse contexto, o eu-cristão é “convidado” (submetido) a descarnar, a viver no espírito.

Quanto ao mecanismo de incorporação de vozes, de cada tipo de discurso apresentado na obra, sintetizo: **a) no discurso religioso:** a voz de Deus se fala no padre (simbolicamente como se Deus falasse no padre/ a voz do padre é a voz de Deus. Nesse discurso não há nenhuma autonomia, já que o representante da voz de Deus não pode modificar seu dizer, sendo este regulado pela igreja, pelo livro sagrado etc.; **b) no discurso político:** a voz do povo se fala no político (o político é a voz do povo quando lhe é conveniente/ o político é mais autônomo, independente); **c) no discurso pedagógico:** a voz do saber se fala no professor (o professor tem autonomia relativa, pois o saber pode ser manipulado e modificado por ele).

A análise discursiva desenvolvida por Orlandi, na obra em questão, produz também a caracterização do sujeito da linguagem enquanto um ser fora-de-si, dividido, que em movência se desloca de sua centralidade. Em termos de discurso, “o sujeito da linguagem não é um sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente e, além disso, a apropriação da linguagem é um ato social, isto é, não é o indivíduo enquanto tal que se apropria da linguagem uma vez que há uma forma social dessa apropriação” (Orlandi, [1983] 1987, p. 188). Em síntese, o sujeito é simultaneamente ele mesmo e o complemento do outro; não é totalmente dono de si, nem completamente determinado pela exterioridade. E mais:

a definição de sujeito aponta para duas direções: a de ser sujeito e a de assujeitar-se. No sujeito se tem, ao mesmo tempo, uma subjetividade livre – um centro de iniciativa, autor e responsável por seus atos – e um ser submetido – sujeito a uma autoridade superior, portanto desprovido de toda liberdade, salvo a de aceitar livremente a sua submissão (Orlandi, [1983] 1987, p. 242).

Além da noção de sujeito, também é apresentada a identidade do leitor. Nesse momento em que a relação entre interlocutores é abordada, discute-se a presença do outro no texto, “a partir da relação que se estabelece com a maneira como o outro (o leitor) foi fixado, e como esse outro (o leitor) se representa no próprio processo da leitura” (Orlandi, [1983] 1987, p. 184). Eni Orlandi diz que, como uma unidade complexa de significação, o texto constrói seu sentido no espaço discursivo dos interlocutores, sendo o discurso o efeito de sentido dessa relação; e a AD devolve ao texto não só sua incompletude – fruto de sua relação com as condições de produção – como também indica a ilusão discursiva do sujeito – ao achar que está no controle do que se diz.

Tal compreensão sustenta nosso gesto de interpretação frente aos recortes que selecionamos para análise. Quando diferentes pesquisadores colocaram em funcionamento a ideia teorizada por Eni Orlandi “o corpo é a materialidade do sujeito”, os efeitos de sentido reclamaram investigação. Com o entendimento de que se tratavam de unidades complexas de significação, posturamo-nos a lidar com os textos como discursos produzidos por sujeitos-pesquisadores que, ao mesmo tempo em que se acham livres (no domínio do que dizem), são seres submetidos ao sistema linguístico, às formações ideológicas, às condições de produção. Sendo assim, vemos o indivíduo-pesquisador à salvo da responsabilidade pelo que diz, mas não da submissão pelo inconsciente.

Temos ciência de que os mecanismos enunciativos não são unívocos nem autoevidentes. Eles são governados pelas formas ideológicas de assujeitamento (pelo real da língua e pelo real da história), logo, o sujeito não é fonte do dizer, não tem controle da significação, é descentrado, funciona pela ideologia e pelo inconsciente. Por essa razão, a autora afirma que parte do dizível é acessível ao sujeito, e que mesmo o que ele não diz (e desconhece) significa em suas palavras.

O dizer não é propriedade articular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (Orlandi, 2012b, p. 32).

Essa relativização da noção de sujeito afeta a caracterização do autor/leitor e do processo de leitura. Afinal, é pela leitura que se inverte “a perspectiva do mesmo e do outro, ou seja, na leitura o outro é o autor. Com isso poderíamos caracterizar a

própria *leitura* como um *discurso*” (Orlandi, [1983] 1987, p. 190). Segundo essa linha orlandiana, quanto à noção de autor, há um sujeito para cada situação, sendo os discursos e as identidades moduladas. Aqui temos contribuição fecunda para nosso estudo, visto que nos convoca a perceber o gesto de leitura do corpus da presente pesquisa como também um discurso.

Um detalhe importante é que tal livro é comentado pelo meio acadêmico, sobretudo nos programas de Linguística de todo o Brasil, como sendo a obra responsável por inaugurar um o estudo da linguagem por uma nova perspectiva (AD feita no Brasil), contribuindo substancialmente para a formação de muitos dos analistas de discurso em solo nacional. Nele, há uma defesa, por parte da autora, de serem considerados o histórico, o social e o político na produção da linguagem. E enquanto analisa as disputas de sentidos nas formulações das variadas discursividades (política, pedagógica, religiosa), reclama acesso ao questionar visibilidade para as minorias, como mulheres e indígenas.

Além dessas questões serem pontos que atravessam a nossa pesquisa, cumpre-nos destacar – sinteticamente – que as discussões abordadas neste primeiro livro publicado pela autora se configuram como passos iniciais para se chegar à definição de corpo. São elas: materialidade do discurso e ideologia; Estado e subjetividades. Tais estudos ajudaram a construir futuramente a conceituação de corpo desenvolvida pela teórica (fruto de um trabalho de décadas), conforme iremos demonstrar nas obras que apresentamos a seguir.

Em 1988 mais uma obra foi lançada, *Discurso e leitura*, quando Orlandi se propõe a pensar a formação da imagem do sujeito-leitor a partir de uma perspectiva histórica – um esboço diacrônico da formação desse sujeito “na sua relação com a linguagem, com o poder e com o conhecimento” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 64). É aqui, portanto, que ela retoma sua reflexão acerca do mecanismo de controle do sujeito, pelo Estado, em sua relação com a linguagem (o texto) e com o conhecimento, pontuando o quanto não é concedida ao indivíduo a liberdade de modificar ou acrescentar sua interpretação sobre o texto. Acerca disso cita:

como diz Foucault (1977), as diferentes formas de poder fabricam diferentes tipos de individualidades; o Estado funda sua legitimidade e sua autoridade sobre o cidadão, levando-o a interiorizar a ideia de coerção, ao mesmo tempo que faz com que ele tome consciência de sua autonomia (Orlandi, [1988] 2012a, p. 66-67).

Originariamente (séc. XII) a palavra interpretação era única – a concedida pelo mestre – e era proibida qualquer reivindicação. A partir dessa compreensão, na constituição do sujeito-leitor, a escola se institui como lugar de domesticação que, mesmo o sujeito capaz da livre determinação dos sentidos é, simultaneamente, um sujeito submetido às regras da instituição de ensino, aprisionado pelas definições outorgadas aos professores enquanto autoridades legitimadas. Dessa relação interdiscursiva vê-se a ação do discurso sobre o sujeito, ou seja, ao produzir unidade, o autor (dimensão mais determinada pelo contexto sócio-histórico) se faz instância de maior apagamento do sujeito.

Isto porque é nessa instância – mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 104).

Tanto o texto quanto o sujeito são unidade e dispersão. “O sujeito se constitui como autor ao constituir o texto. O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É onde se realiza o seu projeto totalizante” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 74). A autoria, como função discursiva, é pensada como lugar constitutivo do que diz o sujeito. Disso, a autora realça os efeitos da ideologia: a aparência da unidade do sujeito e a transparência do sentido, ou seja, a ilusão da autonomia e da unidade do sujeito. Destaca-se, ainda, pela dimensão de exterioridade, a submissão às regras das instituições e suas ações disciplinares.

Por outro lado, “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 70). Aqui temos o sujeito como descontínuo e o texto como um espaço de múltiplas dissensões, atravessado por diversas posições do sujeito, por vezes descontínuas e, até, contraditórias. E essa é uma grande característica do universo discursivo: a heterogeneidade constituída pelas diferentes representações (modos de inscrição, funções enunciativas) que o sujeito assume no texto. Isso significa dizer que enquanto o sujeito é o resultado da interpelação ideológica, o autor não é o sujeito em si, e sim uma das formas de representação (de unidade), uma função

específica do sujeito. Analogamente, as palavras não significam por si mesmas, mas sim pelas posições que os sujeitos falantes ocupam. Logo,

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição (Orlandi, [1999] 2012b, p. 40).

Quanto à unidade do texto, a autora propõe nesse livro que a escola – enquanto lugar de reflexão – propicie a formação de autores, de modo a possibilitar aos alunos uma experiência de escrita em que ele tenha o controle dos mecanismos de linguagem. “Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 76). Nessa posição, o sujeito assume a responsabilidade pelo que diz e pela forma como diz. O que significa ir na contramão desse aparelho ideológico do Estado de impedir a transição enunciador/autor.

Fechando a obra, o conceito “mosaico de falas” é apresentado para abordar a diversidade de discursos e o lugar que se coloca o discurso dominante. Este, ao fixar os sentidos e determinar hierarquicamente os pontos de vista/discursividades que fogem a compreensão universalizada, cria silêncios das outras formas diferentes de dizer. É o que acontece enquanto processo ideológico nas instituições sociais como escolas, igrejas, políticas. Porém, do mesmo modo que os sujeitos e os sentidos são estabilizados, cristalizados, eles também são instáveis e se movem entre discursos (autoritário, lúdico e polêmico) misturados e articulados. Assim,

uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, deriva, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento (Orlandi, [1988] 2012a, p. 87).

Desse prisma, tomamos como análise duas assertivas de Orlandi, a saber: a) “Se não reivindicamos a diferença, não podemos discutir a desigualdade”; b) “a particularidade do agrupamento, pode excluir (pastoralmente) ao mesmo tempo a

universalidade do direito e a singularidade do sujeito” (Orlandi, [1988] 2012a, p. 128-129). Pensamos que seja indispensável discutir, a partir da noção de sujeito, a individuação. Há, em razão das interações sociais do sujeito, uma individuação histórica da forma-sujeito, instituída pelas instituições (coercitivas) reguladas pelo Estado. Nesse momento é possível estabelecer importantes contribuições para nosso estudo sobre corpo. Se o sujeito se significa (na/pela história), subjetivando-se de diversas formas, questionamo-nos qual a relação da individuação com o corpo.

Enfim, uma contribuição que julgamos ser legado da referida obra para a teorização futura sobre corpo é o destaque que Orlandi faz à exclusão de outras linguagens, para além da linguagem verbal. A teórica chama a atenção de duas questões: **a)** a necessidade da linguagem não verbal ser considerada; **b)** a leitura – a relação sujeito-leitor – ser concebida também fora do ambiente escolar. Aqui a compreensão alcançada é que o sujeito significa em diferentes contextos e de diversas maneiras.

Outra obra produzida por Eni Orlandi, em 1990, foi *Terra à vista*. Nela, faz-se um percurso analítico acerca do discurso do confronto, do velho e novo mundo. A primeira expressão, na linguagem, como estatuto de origem do Brasil, deu título a esse livro. Nele a autora apresenta seus maiores interesses naquele trabalho: compreender “o estabelecimento e a circulação de formas de discurso (político, científico, literário, religioso) na Europa em sua relação com a América (sobretudo o Brasil)” e refletir sobre “a relação do contato, o imaginário de uma língua nossa apagando a nossa língua mais real, os limites confusos entre o índio e o brasileiro” (Orlandi, 1990, p. 8). Para tanto, discute-se as formas colonizadoras do discurso do conhecimento (perpetuado na ciência e nas academias até hoje). São elas:

a) “o apagamento da história pela noção de cultura”; b) “a produção material do que, apagado, toma o nome de ideologia”; c) “a intervenção crítica na história da ciência através de um modo de observação que propõe um confronto entre o discurso de descoberta (de lá para cá) e o da origem (daqui para cá)” (Orlandi, 1990, p. 8).

Com base nessa enumeração, faremos a seguir a divisão para apresentação da referida obra. No primeiro momento, quando abordado “**o apagamento da história pela noção de cultura**”, Orlandi defende a necessidade de intervir na forma como o discurso científico foi institucionalizado, tomando o lugar de discurso

histórico. Isso fez com que o brasileiro fosse produzido como um sujeito-cultural, e não como um sujeito-histórico (Orlandi, 1990). Dito por ela mesma,

o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao 'espírito' de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres culturais (singulares), a-históricos (Orlandi, 1990, p. 15).

Tais questões da referida obra, que estão sendo sintetizadas nesse capítulo, fizeram-se imprescindíveis e conferiram relevância ao processo de análise do corpus em nossa pesquisa. Os discursos científicos produzidos por Orlandi e desenvolvidos sobre ela, postos em funcionamento, estão ocupando (ou não) alguns lugares e produzindo diversos sentidos, o que desperta o nosso olhar de analista, sobretudo para a relação do discurso com a exterioridade, os acontecimentos e as irrupções históricas que o afetam e significam.

Segundo Orlandi, o fato de sermos seres culturais e resistirmos em nossas diferenças nos tira a oportunidade de termos a nossa história, nossa identidade, compreendida aqui como “um *movimento*, tanto no seu modo de funcionamento (entre o eu e o outro) como em sua historicidade (dever, mas também multiplicidade na contemporaneidade etc.)” (Orlandi, 1990, p. 46). Frente a isso, a busca da autora consiste em entender de que modo os europeus (em contato com o Novo Mundo) codificam o conhecimento para si, padronizando – sobre o Brasil – uma forma de conhecimento modelar. E ainda que não se tenha “codificado estritamente sob a forma positiva de um modo de conhecimento científico sem aspas, o saber produzido pelos relatos do período colonial” (Orlandi, 1990, p. 99) é visto por ela como o germe da ciência explicitada no século XIX.

No segundo momento, quando abordada “**a produção material do que, apagado, toma o nome de ideologia**”, Orlandi aponta a existência de cumplicidade do discurso das descobertas com o discurso científico, de modo a conceder a este uma existência ideológica que resulta em conceber o des-cobrir como o fazer conhecido. Ou seja, “o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação” (Orlandi, 1990, p. 13). Portanto, isso se aplica ao discurso da descoberta, segundo o olhar do colonizador, pois o que ficou conhecido, o que foi

relatado, foi consolidado e assimilado como aquilo que se tem, logo, que existe. É esse discurso colonialista que nos coloca uma marca de nascença:

o europeu nos constrói como seu 'outro' mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o 'outro', mas o outro 'excluído', sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso 'outro'. Eles são sempre o 'centro', dado o discurso das des-cobertas que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos 'outros' absolutos (Orlandi, 1990, p. 47).

Para a autora, conhecer o funcionamento da ideologia materializada no discurso é compreender que a discursividade colonial continua produzindo seus sentidos. E, da mesma forma que a ideologia é entendida como sendo os sentidos fixados historicamente em uma direção determinada, a história é definida em relação ao poder, e não ao tempo. Dessa maneira, o fato do Brasil “ter sido colonizado” deixa de ser uma marca histórica para significar uma essência. Uma vez colono” (Orlandi, 1990, p. 16), para sempre colono.

Conforme nos apresenta Orlandi, desde o discurso da colonização, a relação entre europeus e brasileiros é a relação entre o original e o diferente, a cópia, a imitação, o simulacro. E assim, como o brasileiro é dito? Como o sujeito brasileiro é discursivamente inscrito na história do descobrimento? “Nem índios, nem europeus, somos produzidos por uma fala que não tem um lugar, mas muitos. E ‘muitos’ aqui é igual a ‘nenhum’. Desse lugar vazio fazemos falar as outras vozes que nos dão uma identidade. As vozes que nos definem” (Orlandi, 1990, p. 19). No caso, a história das descobertas que se apresentou desde sempre como um documento histórico, é concebida aqui como um discurso de constituição da identidade nacional do brasileiro que se dá como um movimento entre o mesmo e o diferente.

No terceiro momento, quando Orlandi apresenta “**a intervenção crítica na história da ciência através de um modo de observação que propõe um confronto entre o discurso de descoberta (de lá para cá) e o da origem (daqui para cá)**”, ela se dispõe a “des-cobrir sentidos”, a partir “da desconstrução de um certo olhar que não nos dá como direito senão o de termos particularidades, singularidades, peculiaridades culturais” (Orlandi, 1990, p. 16). A forma em que Orlandi encontrou para explorar essas questões tornou bastante elucidador para a análise dos processos de significação dos recortes analisados nessa pesquisa.

Além disso, a autora, ao se aventura na reflexão acerca do que ficou atestado linguisticamente sobre o Brasil, leva-nos a compreender os processos de significação e entender como que o discurso – constituídos históricos e ideologicamente – define o brasileiro; como esse imaginário produz certos sentidos (como evidentes e definidos), excluindo outros. Para esse intuito, algumas questões são apresentadas:

Que história nos é contada e com a qual nos identificamos enquanto brasileiros? Que silêncios nos acompanham ao longo dessa história? Quais são os modos de constituição e funcionamento dessa historicidade que podem ser apreendidos (lidos) quando analisamos a sua construção nos processos discursivos? Como o silêncio divide, significativamente, o que se conta e o que não se conta, produzindo assim uma configuração para a brasilidade? (Orlandi, 1990, p. 19).

Colocando-se no interior da relação de confronto de sentidos para apreender a historicidade do texto, a AD propõe-se a desconstruir a compreensão da narrativa do descobrimento enquanto documento oficial para considerá-lo como discurso, sendo esta “uma forma de nos passar a limpo” nessa história (Orlandi, 1990, p. 35). O discurso de nossas origens, produzido pelos europeus, é a fala legitimada, a do conhecimento, mesmo tendo silenciado aspectos fundamentais da nossa história. A questão é que

[...] o discurso histórico estabiliza a memória. Ao se negar, na ordem dos discursos, um discurso histórico sobre o Brasil, ou seja, o estatuto do ‘memorável’, se desqualifica o Brasil como lugar específico de instituição de sentidos. Produz-se um discurso etnográfico, parte da história européia, esta sim como uma história, ou melhor a História, a verdadeiro, a única (Orlandi, 1990, p. 37).

Dito de outra maneira, o discurso das descobertas sustenta a história única, controlando assim o sentido, que ganha corpo como história numa relação tensionada de fixação e mudança de sentidos. Por exemplo, quando a retórica europeia é transferida para o solo brasileiro assume outros contornos. É aí que acontece o jogo da paráfrase e da metáfora atuando na permanência e na mudança do sentido. Frente a discursos que foram eternizados, Eni Orlandi apresenta a AD como proposta de desatar os sentidos contidos. Sentidos esses que “erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam” (Orlandi, 1990, p. 20) se desorganizam, o que também é constitutivo da identidade do sujeito e do sentido.

A proposta de Orlandi nessa obra é ir além de uma reflexão sobre como o brasileiro foi definido, mas – sobretudo – compreender como esse discurso que constitui o imaginário reverbera no modo como a sociedade nos significa, como que essa significação funciona como evidência. E isso é constatado quando nos deparamos com pesquisas que têm discursos que funcionam o imaginário de desqualificação associado à brasileira (direcionando para a nossa pesquisa).

Ainda no referido livro, ao defender que “não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, é o discurso *sobre* o Brasil”, Eni Orlandi investiga “como é que o brasileiro, nas malhas do discurso colonialista, produz os seus sentidos?” (Orlandi, 1990, p. 48). No momento, a intenção da autora é alcançar o entendimento de como esse efeito ideológico se materializa no discurso da colonização.

Sabe-se, portanto, que as palavras não têm o sentido que escolhemos conferir, mas sim assumem o sentido em conformidade às condições de produção. Mais que isso, o discurso não circula livremente; ao contrário, está preso ao poder de dar ou de apagar sentidos. De certo modo, a história contada pelos europeus traz em si silêncios entremeados no que se diz e no que não se diz. O que não é dito também significa, afinal, “a linguagem é política e todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico” (Orlandi, 1990, p. 49). A isso Eni Orlandi denomina “política do silêncio”, e este – mais especificamente, o “silêncio constitutivo”, quando parte do sentido, na fala, necessariamente é sacrificada, apagada. Quanto ao discurso do descobrimento,

há o silenciamento dos outros sentidos possíveis e o sentimento de unicidade resulta da absolutização de um sentido que vem como ‘pressuposto’, o dominante. No caso, o do colonizador. Este é o modo de funcionamento do pré-construído: o dizer que, ao ser dito, estabelece o efeito do já-dito absoluto, sobre o qual o sentido sustenta sua positividade (sua universalidade) (Orlandi, 1990, p. 235).

A outra forma de “política do silêncio” explorada pela autora na obra é o “silêncio local” que, como censura, é produzido quando se proíbe a circulação de alguns sentidos. Essa interdição, apontada por Orlandi, é, pois, uma forma eficaz do que Pierre Bourdieu chama de “violência simbólica”. Fora negado aos indígenas o direito de contar sua história, apagaram um discurso de Brasil que não foi contado por um silenciamento que acompanha o discurso de nossa origem até hoje. Sustentou-se, então, no confronto das relações de força, pelo jogo de poder, a

história única, que sustenta certos sentidos e muitos silêncios. Oportuno lembrar que “o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam mas que não se expõem como tal. Daí sua eficácia” (Orlandi, 1990, p. 59).

Em análise ao discurso sobre o Brasil, Eni Orlandi diz ser um discurso em que os europeus ou determinam o lugar de fala ou negam voz aos brasileiros. E conclui: o brasileiro é falado pelo europeu, e não fala. Para esse estudo, ela faz um deslocamento teórico ao considerar os textos (re-conhecidos como documentos históricos) como discursos e busca compreendê-los em funcionamento, na relação de sentidos, enquanto lugar de enunciação e de constituição de identidade. Com esse fito, Orlandi se propõe a investigar as condições históricas do apagamento, analisando os processos discursivos em sua origem. Concebe que

o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes FDs, pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido e, logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interditas (Orlandi, 1990, p. 52).

Aqui, podemos inferir a abordagem de um sujeito que, silenciado, é asfixiado e impedido de circular, um corpo que é interdito para não significar. E compreender o apagamento como uma intervenção ideológica é crucial para perceber como os aparelhos ideológicos coexistem e atuam no funcionamento discursivo do descobrimento. “A ciência, a política social e a religião se apresentam como três modos de domesticar a diferença: a primeira pelo conhecimento, a segunda pela mediação e a terceira pela salvação (catequese)” (Orlandi, 1990, p. 57). As três, articuladas, apagam a presença do índio na constituição da identidade nacional brasileira, impedindo a sua fala na história documentada do Brasil, falando deles e por eles.

Quanto à discussão sobre a identidade brasileira e o lugar do índio (no silêncio), podemos fazer eco à voz da autora dizendo que a identidade – que está em constante movimento entre presença e ausência, entre o um e o múltiplo – sempre encontra suas maneiras para se manifestar, independente da situação de opressão. Assim, quando o sujeito não é autorizado a dizer – pelo grupo social que o sustenta – Eni Orlandi vai dizer que se de um lado o silêncio do oprimido põe em funcionamento o apagamento de sentidos, por outro, ele também produz uma forma

de oposição ao poder: a resistência onde há censura. Isto é, em face da dimensão política do silêncio, ele pode constituir tanto a retórica da opressão quanto a do oprimido.

O silêncio é o que há entre as palavras e o que produz sentido por si mesmo. Para a autora, o silêncio distingue-se do implícito, pois não é transparente e não se reduz à ausência ou a um complemento da palavra, nem ao não-dito que sustenta o dito, mas sim o que foi apagado, excluído. A censura, então, “é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (Orlandi, 2019, p. 74). Algumas palavras são proibidas para que certos sentidos sejam vetados. Alguns discursos disciplinam o significar, como forma de sedentarizar o sentido. De igual modo, alguns lugares são proibidos de serem ocupados pelos sujeitos, a fim de que posições do sujeito sejam censuradas.

Arriscamo-nos a dizer que a obra em questão não só coopera fortemente para a leitura analítica do nosso *corpus* – quando nos debruçamos sobre as produções científicas de diferentes pesquisadores brasileiros –, como também amplia as discussões acerca da dimensão político-ideológica da discursividade. A linguagem, por sua constituição histórica, é indissociável das práticas sociais. Isso significa dizer que os interesses (políticos, institucionais, socioeconômicos) e as ideologias (estruturas de poder) circulam e determinam os múltiplos sentidos que se materializam pela linguagem. Tais questões irão aparecer descritas no capítulo de análise da presente tese.

A obra em que Orlandi apresenta um estudo expandido acerca das diferentes condições de significação é *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, produzida no ano de 1992. Nela, há um posicionamento da autora em denunciar a posição secundária que, até então, era estabelecida ao silêncio, sendo este resto da linguagem. Diferentemente disso, estabelece-o como fator essencial para significação. Justifica-se porque, “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante” (Orlandi, [1992] 2007, p. 23). Logo, o silêncio tem significado próprio, não sendo um mero complemento da linguagem. Ele é

a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (Orlandi, [1992] 2007, p. 24).

Como o lugar da multiplicidade, o silêncio também é possibilidade na movência do sujeito e dos sentidos, na construção imaginária da unidade. No entanto, “estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isso faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas” (Orlandi, [1992] 2007, p. 24). Daí advém a defesa da autora quanto ao fato do homem estar condenado a significar, seja com palavras ou sem elas. Isso aguçou-nos a explorar – a partir do trabalho a que nos propusemos – o que estava posto nas pesquisas que citaram a ideia sobre corpo de Orlandi, mas também o que estava silenciado (e por que), e quais os efeitos de sentido produzidos nessas relações.

Quando assimilamos que as palavras “são atravessadas de silêncio: elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas: elas silenciam” (Orlandi, [1992] 2007, p. 14), fazemos no intuito de - relacionando ao objeto desse estudo - pensar a analogia de que há também silêncio na gestualidade/na corporeidade, porque os corpos também são atravessados de silêncio, produzem silêncio, silenciam/são silenciados. E ao considerar a expressividade dada pela articulação entre silêncio e gesto, a autora sinaliza que

a gestualidade, a relação com o corpo, está orientada pela fala. Quando alguém se pega em silêncio, rearranja-se, muda a ‘expressão’, os gestos. Procura ter uma expressão que ‘fala’. É a visibilidade (legibilidade) que se configura e nos configura. A linguagem se constitui para asseverar, gregarizar, unificar o sentido (os sujeitos) (Orlandi, [1992] 2007, p. 34).

É preciso dizer que o corpo (na gestualidade/na expressividade) também sofre o controle e a disciplina. Exigem-se os gestos como rompimento do silêncio (*sileo* – primitivamente compreendido como ausência de movimento); controlam-se as gestualidades como disciplina para impedimento da expressão dos gestos – a política do silêncio produz um recorte de sentidos (entre o que foi dito e o que não foi dito/o silenciado), uma forma de fazer dizer algo e interditar outras possibilidades. Enfim, “o homem exerce seu controle e sua disciplina fazendo o silêncio falar ou, ao contrário, supondo poder calar o sujeito” (Orlandi, [1992] 2007, p. 34). Embasados nisso, é plausível concluir que se trata de um apagamento de sentidos do que se quer evitar? Decerto,

o nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isso se expressa pela urgência no dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. Ao mesmo tempo, espera-se que se estejam produzindo signos visíveis (audíveis) o tempo todo. Ilusão de controle pelo que 'aparece': temos de estar emitindo sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente (Orlandi, [1992] 2007, p. 35).

Neste livro e em outros, a autora afirma que a pluralidade da linguagem é decorrência da incompletude do sentido e do sujeito, sendo que o incompleto é o possível. Ela trabalha com a ideia de que o sujeito é itinerante e que ele perpassa e é perpassado pela diferença; habita e é habitado por muitos discursos e por muitas formações discursivas. O discurso é visto não como fala, entendida enquanto uma forma individual concreta de habitar a abstração da língua. O discurso está duplamente determinado pelas formações ideológicas e pela autonomia relativa da língua. A nós, em particular, interessa majoritariamente nessa obra a abordagem feita sobre silenciamento e censura; na oportunidade, a teórica analisa o mecanismo de apagamento de autoria, inclusive entre os iguais, como acontece no âmbito acadêmico, por exemplo.

É nessa obra que Orlandi apresenta os sentidos do silêncio, o seu significado. Por tal viés, o silêncio é colocado na relação entre o dizível e o não dizível, uma compreensão fecunda para o estudo do funcionamento da linguagem e para o movimento da interpretação, quando nos coloca na origem de nós mesmos e de nossos sentidos. Ganha relevo a determinação do discurso pela relativa autonomia da língua e pelas formações ideológicas.

Para além dos processos significativos do silêncio, também na obra ela propõe “a descentração da linguagem verbal enquanto espaço privilegiado de significação” (Orlandi, [1992] 2007, p. 50-51). Conforme a autora, na perspectiva discursiva, o silêncio não se reduz à linguagem verbal, aos signos visíveis/audíveis. Seguindo nesse viés, seria aceitável inferir que o silêncio verbal é também o lugar da gestualidade, da diferenciação, de outras expressividades? Essas e tantas outras provocações foram abrindo espaços para que reflexões sobre o corpo tomassem forma e novas rotas teóricas fossem sendo desbravadas, servindo como referência básica para explorar a significação do corpo (desenvolvido posteriormente).

Partimos agora para outra obra organizada por Eni Orlandi, em 1993: *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Há,

nessa publicação a defesa de que a determinação da política da linguagem é do silêncio fundador, a forma que – ao invés de recortar – significa em si, a qual o não-dizer faz um sentido determinado. No livro, o discurso fundador – que funciona como referência básica no imaginário constitutivo do Brasil – é investigado, a fim de compreender como se estabiliza, construindo uma memória nacional do país. Enquanto práticas sócio-históricas regidas pelo imaginário, pelo político, é oportuno destacar o trabalho ideológico na organização dos sentidos. Isto posto, toda certeza do lugar e da origem dos sujeitos e dos sentidos é destruída:

estamos acompanhando, nesse momento da construção do singular: a. seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito); b. a resistência ao apagamento e a conseqüente produção de outros sentidos; e c. o retorno do ‘recalque’ (ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo, deslocando-o (Orlandi, [1993] 2001, p. 11).

Feito enunciados que ecoam, os discursos fundadores reconstróem cotidianamente nossa identidade histórica, por exemplo. O discurso da formação do país, que constrói a identidade nacional do brasileiro, é ressignificado por discursos fundadores outros que vieram depois, instituindo outras memórias. “É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (Orlandi, [1993] 2001, p. 14). Decorrentemente outros sentidos são fundados onde outros sentidos já tinham se instalado.

Para Orlandi, essas rupturas com a tradição de sentidos criam filiação de memória, estabelecendo novos modos de significar. E é justamente dessa relação conflituosa que se faz o discurso fundador, quando se produz uma ruptura, um deslocamento dos sentidos dominantes. Isso quer dizer que outros lugares de sentidos são instituídos, não se tratando de sentidos fundados, visto que, para a AD, não há uma origem pontual.

O discurso da brasilidade, por exemplo, “estabelece um lugar interpretativo da fundação” (Orlandi, [1993] 2001, p. 18). Dele engendra o sentido de um esforço civilizatório inútil dos povos colonizados, formação ideológica do discurso da descrença no brasileiro. Seria o mesmo que dizer, genericamente, que tais sentidos ligam a formação do país à formação de discursos que conferem ao brasileiro uma identidade. Frente a isso Orlandi assevera:

no caso presente, analisamos justamente esse fato de linguagem: a formação de um discurso, ou seja, a situação específica do discurso fundador, que aqui estudamos não na ordem da ciência, mas no da história da formação de um país. E concluímos que é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, um raça, uma nacionalidade (Orlandi, [1993] 2001, p. 24).

Em síntese, a autora preconiza a instituição de outra região de significância, “aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos, a dos latino-americanos” (Orlandi, [1993] 2001, p. 15). Lugar este que reclamou reorganização dos nossos gestos de interpretação. Assim acreditamos que tenha sido uma das propostas de Orlandi ao instituir a História das Ideias Linguísticas do/no Brasil: a de um discurso fundador que rompa, no fio da história, com a tradição de sentidos, que estabeleça sentidos outros e que institua outra memória da identidade do brasileiro, dessa vez, por ele mesmo. Daí a possibilidade do sujeito brasileiro falar da posição sujeito-autor, ocupando o lugar que se identifica, se individua. Desse lugar também nossa pesquisa opta por instituir a historiografia da linguística a partir da ideia de corpo em obras de Eni Orlandi onde entendemos haver rompimento à tradição de sentidos quando lança mão de sentidos outros.

Analogamente ao que Orlandi apresenta na referida obra, pela análise realizada a partir de nossa pesquisa (expressa no Capítulo 5), é possível dizer que pesquisadores e cientistas brasileiros são identificados/referenciados – muitas vezes – de forma estereotipada, com demérito, ou então são situados no não-lugar, na posição do não-ser. Perceber isso significa considerar o funcionamento do “discurso fundador” da colonização na circulação da produção do conhecimento científico. Tanto acontece de fora para dentro (do país), como entre os iguais, que dividem o mesmo espaço geográfico e, até, a mesma área de atuação científica, o que reclama novos estudos que rompam com os sentidos estabilizados. Sobre isso nos debruçamos no próximo capítulo dessa tese.

Mais um passo dado, importante para perceber a relação do processo de individuação e o corpo. Por meio da obra *A leitura e os leitores*, escrito em 1998, registra-se a compreensão de que “os sujeitos são posições” (Orlandi, [1998] 2003, p. 16) e essas posições sempre estarão determinadas pela história e pela ideologia.

Desse viés, portanto, a história é concebida enquanto “filiação, produção e mecanismos de distribuição de sentidos” (Orlandi, [1998] 2003, p. 9) e os textos, como exemplares de discurso. Com suas palavras:

visamos o texto enquanto exemplar do discurso, remetendo-o a uma formação discursiva que o regula e que, por sua vez, tem uma relação determinada com a formação ideológica. É nessa remissão à ideologia que encontramos o que é sistemático, regular, constante, em relação ao funcionamento do discurso. Não analisamos o sentido do texto mas como o texto produz sentidos (Orlandi, [1998] 2003, p. 10-11).

A partir disso, Eni Orlandi e seu grupo se propuseram a estudar a “constituição histórica do sujeito-leitor, sua caracterização, e a relação estabelecida entre as instituições de ensino e esse sujeito, produzindo assim modos (gestos) de leitura e interpretação” (Orlandi, 2012, p. 19). Por essa ótica, formula-se, então, que a produção da leitura requer a análise das condições de produção, a fim de caracterizar historicamente as leituras e o sujeito-leitor.

Dessa obra em que se aborda a forma histórica de um sujeito-leitor brasileiro dos tempos coloniais à atualidade, há ainda uma provocação dada à presente pesquisa. Queremos dizer que, quando temos como intenção analisar discursos científicos no Brasil de modo a entender como funcionam as formações ideológicas e os mecanismos de distribuição de sentidos, devemos estar atentos ao que foi dito e também ao não dito (o que foi silenciado/ censurado/apagado).

Um ano depois, Eni Orlandi lança mais um livro: *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, de 1999. Uma espécie de “livro de cabeceira” para todo analista de discurso, trata-se de uma obra em que a autora aborda a constituição do sujeito pela interpelação ideológica e defende a premissa de que o sujeito do discurso não é uma forma subjetiva, mas sim uma posição. Para ela, a forma-sujeito histórica (sujeito capitalista) correspondente à sociedade atual, “representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (Orlandi, [1999] 2012b, p. 50).

Partindo desse entendimento, destaca-se a incompletude do sujeito e do sentido, que se deslocam para outras posições e derivam para outros sentidos. Esse é um princípio básico da AD, assim como as concepções da linguagem opaca, do

sujeito descentralizado (disperso no discurso) e do efeito metafórico (enquanto equívoco, falha). Na constituição dos sujeitos e na produção de sentidos, o linguístico e o político se interrelacionam, atravessados pela ideologia. “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O sujeito não é um sujeito-em-si, livre de toda determinação, ele é um sujeito socialmente (culturalmente, historicamente) constituído (determinado)” (Orlandi, 1990, p. 178). Dito de outra maneira, o sujeito é – ao mesmo tempo – livre internamente e controlado, disciplinado, submetido a coerções institucionais na exterioridade.

Daí uma conclusão importante para os próximos passos que a autora vai alcançando em suas publicações futuras. É nesse período, inclusive, que ocorre uma virada de chave no percurso das pesquisas de Orlandi: é quando, depois de ter discutido como o sujeito se posiciona no discurso, a pesquisadora junta à questão da posição-sujeito o sujeito encarnado, conforme mostramos na seção que segue.

4.2 DO DISCURSO ENCARNADO À IDEIA DE CORPO

Datam-se, no final dos anos 1990, as primeiras reflexões sobre o corpo pela perspectiva discursiva. E essa temática do corpo surgiu para a pesquisadora a partir do seu interesse em responder a si mesma: “o que é um corpo significando nesse espaço, ou, em outras palavras, o que é o corpo urbano? Um corpo urbano é diferente de um corpo rural? Ou de um corpo que não está nesse espaço, mas está em outro espaço, seja qual for?”¹⁹. Foi, portanto, a sua intenção de investigar a significação dos sujeitos, ou seja, pensar os sujeitos em termos de sentidos, que a conduziu a conceber o sujeito com um corpo, um sujeito encarnado.

Tal compreensão de Orlandi foi alimentada, à época, inicialmente, por sua atração pela questão do grafite, da pichação e, sobretudo, pela circulação do sentido de marginalidade atribuído aos sujeitos e seus corpos envolvidos nessas práticas urbanas. Ela acredita que essa manifestação artística é também expressão de resistência, de um corpo indesejado que se simboliza nesse gesto, reclamando sua existência, sua presença no espaço urbano. Outro incentivo se deu por seu estudo, na cidade, sobre a separação – materializada por muros de condomínios, dos corpos

¹⁹ ORLANDI, E. P. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. v. 2. Campinas: Pontes, 2003. p. 13-19.

que ocupavam os condomínios dos corpos outros que ficavam para fora, significados como sujeitos indesejáveis e/ou inimigos. Uma espécie de segregação em que o sujeito, ao se significar, significa a sociedade que o exclui.

Em 2001, Orlandi lança *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Na referida obra, a autora considera que os processos de produção do discurso prevêm três momentos importantes: “1. Sua constituição, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e 3. Sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (Orlandi, [2001] 2008, p. 9). Percebe-se que “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem” (Orlandi, [2001] 2008, p. 9). Formular é atualizar sentidos, é textualizar a memória, sendo que a articulação da corporalidade do sujeito se dá pelo encontro das materialidades: da língua e da história. Isto posto,

não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Dessa forma é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente (Orlandi, [2001] 2008, p. 9-10).

Alcançar esse entendimento possibilita afirmar que tanto o corpo da linguagem quanto o corpo do sujeito são atravessados de discursividade, logo, não são transparentes, há sempre opacidade. O corpo, assim como as palavras, significa antes mesmo de, conscientemente, darmos significado a ele. Portanto, em posse da teorização da textualidade do discurso corporal, Orlandi avança em suas pesquisas se propondo a analisar nessa obra a discursividade por meio das diferentes formas como o corpo se apresenta no mundo, como ele significa, se textualiza.

Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas da textualização, nas diversas maneiras de formular. Jogo da formulação, aventuras dos trajetos que configuram sua circulação (Orlandi, [2001] 2008, p. 205).

Ela parte do princípio de que do mesmo jeito que o corpo significa para o social, também o social significa no corpo. Por esse prisma, “o corpo é o lugar

material em que acontece a significação, lugar de inscrição, manifestação do grafismo. Pintura. Texto” (Orlandi, [2001] 2008, p. 205). Assim, pensar a relação linguagem e sujeito é compreender o corpo como meio, lugar material de significação, espaço em que vive o sujeito e pelo qual acessa o lugar público. Pode-se dizer, então, que o corpo do sujeito é definido a partir da historicidade e da materialidade de sua existência. Assim sendo, tanto a diversidade de superfícies, de materialidades, quanto de modos de formulação e circulação apontam para a existência de diferentes formas de textualidade.

Toda essa profusão de textos que se avolumam - seja pelas novas tecnologias, ou pelas distintas superfícies que exploram, em novas formas de significar o corpo - apontam para diferentes modos do sujeito (se) viver o social. O que resulta em outras formas de sociabilidade e em outras formas de manifestações dos conflitos (Orlandi, [2001] 2008, p. 206).

Para a autora, os diversos corpos – significados em seus sentidos distintos – têm diferentes formas de significar e de formular textualidades, circulando afetados pela existência de significantes. Nesse sentido, tanto as condições de significar quanto as formas de movência do sujeito mudam no processo de significação. Ao se questionar sobre “como o corpo significa em um espaço simbólico que lhe é destinado?”, ela também reflete como significam os corpos fora do espaço que lhes é destinado (territórios demarcados). E pontua: “de um lado, a tentativa (vã) de enquadrar o corpo em seus limites, de outro, agora voltado para fora, o da denúncia de um mal estar simbólico em seu confronto com o político, uma forma de reivindicação” (Orlandi, [2001] 2008, p. 209).

É pela linguagem que o sujeito se constitui, assim como através dela ele se relaciona. De posse dessa assertiva, as tatuagens (símbolos incrustados na pele), significando a singularidade do sujeito, afirma-se e constrói pontos de referência de grupos. Em vista disso, não significa que tatuar o corpo configura-se como uma autoria de si/assinatura do próprio corpo, e sim seu pertencimento a um grupo. Nesse gesto simbólico, o corpo textualizado se configura uma posição sujeito constituída de outras formas de subjetivação, o meio material em que se produz a escritura de si, vista pela autora como um discurso, parte do discurso da sociedade, mas também como “um trabalho de excesso, do sujeito no sujeito: transbordamento de um excesso de linguagem o tempo todo visível sobre o sujeito, que passa à

necessidade de um excesso de marcas visíveis em si mesmo” (Orlandi, [2001] 2008, p. 210)

Podemos assim considerar os espaços como estando investidos de sentidos, fazendo parte dos processos de significação. E os homens, sendo seres simbólicos e históricos, os textualizam pela maneira mesma como nele se deslocam, se inscrevem, investidos de sentidos. Corpos com suas materialidades significantes. Corpos ‘fora do lugar’, em um espaço politicamente significado, ou melhor, que migram na produção de sentidos que se deslocam para diferentes objetos simbólicos; signos que migram, inscrições que se textualizam no corpo. Todo esse conjunto de deslocamentos faz parte de um mesmo processo discursivo (Orlandi, [2001] 2008, p. 207).

Em um dado momento, Orlandi vai dizer que para além do acaso há a necessidade, e dela advém – em grandes proporções – a necessidade de exceder pela linguagem: seja por encorajamento ou por apagamento, seja por estímulos ou por vetos. Cabe refletir aqui quais estímulos os corpos recebem da coletividade e quais vetos esses mesmos corpos sofrem pelo ideal de sociedade. Nessa direção, a autora cita Enriquez (2005) ao dizer que “o grupo apaga o arbitrário da existência: o indivíduo encontra em seu florescimento no grupo que, acolhendo-o, legitima, por sua vez, sua existência”. No entanto, pontuam-se também as ambiguidades (afirmação ou autodestruição?) no imaginário de grupo, constituído – quase sempre – pela multiplicidade.

Poucos anos depois, Eni Orlandi lança, em sequência duas obras: “*Para uma enciclopédia da cidade*” (2003) e “*Cidade dos sentidos*” (2004). A primeira obra refere-se a uma coleção de artigos – produzidos pelos pesquisadores da Labeurb e organizados por ela – fruto de reflexões que buscavam compreender o urbano, por meio da linguagem, tomando para análise o ambiente digital e a cidade. A partir da AD, os autores vão, a partir de suas pesquisas, redimensionando a noção de tais espaços, confrontando-os com a materialidade da linguagem, o que resulta em um glossário constituído discursivamente composto por verbetes construídos levando em conta os movimentos da linguagem, do digital e da cidade. Ao considerar a ocupação e a circulação nesses espaços, apresentam-se novas maneiras de escrever-se, de grafar e de inscrever-se no símbolo. E isso faz parte “do modo como a cidade se significa, ou seja, de como o social se constitui, na medida em que, no mundo contemporâneo, o social é significado predominantemente pelo imaginário urbano” (Orlandi, 2005, p. 9). É, portanto, nesse espaço que a

autora situa o sujeito e suas novas formas de constituição, dando passos importantes em direção à compreensão das diferentes formas de ocupação do sujeito no espaço urbano.

A segunda obra anteriormente citada, avança nesse estudo estabelecendo a compreensão da cidade através do discurso. Em outras palavras, a autora além de analisar a relação entre sujeito/história/língua, busca significar a cidade, entender como se constituem, se formulam e circulam os sentidos no espaço urbano. Interessa-nos, sobretudo, que nessa obra Orlandi formula a questão de corpos em movimento, na relação do corpo da cidade com o corpo do sujeito (tatuado, teatralizado, decorado, com piercing). Aqui se pensa um corpo suporte, um corpo texto, que traz a possibilidade de uma escritura de si, que é da própria letra encarnada.

No livro *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia* de 2012, estão presentes algumas questões teóricas que já vinham sendo analisadas por Orlandi com objetivo de compreender a relação do corpo com o espaço urbano, com a cidade. Trata-se de uma obra, fruto do trabalho desenvolvido no grupo de pesquisa “A materialidade do sujeito, corpo, sentidos”, onde a autora se apropria do seu apreço pela dança para levantar pontuações teóricas necessárias com intuito de constatar a premissa de que não é possível pensar um sujeito desassociado do seu corpo. Isso porque tratar o corpo, em suas diferenças, sua diversidade, é lidar com o preconceito, o que motivou a pesquisadora a estudar os sentidos que circulam no imaginário coletivo e reclamar por outros modos de significar.

No presente livro, Orlandi (2012c, p. 16) retoma a proposta de Pêcheux de olhar “as formas históricas do assujeitamento do indivíduo que se desenvolveram com o capitalismo, como uma maneira nova de gerir os corpos e as práticas”. E, para ela, muitos são os materiais de reflexão para que essa análise seja desenvolvida: “os escritos, as imagens, os ditos, as novas tecnologias, as fotos, o silêncio e muitos outros, cada qual com suas especificidades, seus dispositivos analíticos e suas contribuições para a compreensão dos processos de significação” (Orlandi, 2012c, p. 19). Algo, inclusive, que foi sinalizado pela autora, desde 1994, ao abordar os efeitos do verbal sobre o não verbal.

Foi nessa publicação que Eni Orlandi deu a conhecer a definição que gerou (concebeu, formou, originou) de que corpo é a materialidade do sujeito. A compreensão é alcançada na medida em que ela entende a materialidade do sujeito

composta das formas histórica e material do corpo. É justamente nessa materialidade que se encontra a negação do sujeito como origem de si e dos sentidos. A materialidade significativa é o corpo de um sujeito, este interpelado ideologicamente. Tal efeito produz uma forma sujeito-histórica (e social) com seu corpo, fazendo com que a relação do sujeito com o corpo também não seja transparente. E mais, não é possível pensar o sujeito “sem pensar sua relação com o corpo” (Orlandi, 2012c, p. 83).

Essas e outras reflexões sobre sujeito e corpo foram desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Materialidade do sujeito, corpo e sentido”, ganhando maior notoriedade a partir do lançamento desse exemplar literário. A seguir, apresentaremos os objetivos prescritos e perseguidos pelo referido grupo de pesquisadores e os passos teóricos cumpridos até a formulação que justifica e define a concepção de corpo enquanto materialidade do sujeito. Alguns objetivos:

compreender como o corpo, pensando-se a materialidade do sujeito, da historicidade, é significado em um ou outro espaço de existência, considerando que o espaço significa. Como se constituem seus processos de significação (interpelação, individuação, identificação) concebendo os homens como seres simbólicos e histórico-sociais, pensando-se o interdiscurso e sua relação ao espaço. Como, em sua materialidade, os sujeitos textualizam seu corpo pela maneira mesma como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história. Finalmente, penso que a questão central é: qual é a relação do corpo com a ideologia? (Orlandi, 2012c, p. 87).

O percurso investigativo foi iniciado a partir da premissa de que, numa perspectiva discursiva, sentidos e sujeitos constituem-se ao mesmo tempo. Como materialização, o sujeito – no processo de significação – inscreve seu corpo, sendo esse presença no espaço social. Considerando ideologicamente, o corpo não fala, mas significa. Os sentidos já dados pelo discurso social (estabelecidos e estabilizados) constroem a imagem que fazemos de um corpo. Nesse sentido, Orlandi explica que “o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, ao corpo social. E isto é constitutivo, é parte de seu processo de significação e não algo apenas exterior a ele” (Orlandi, 2012c, p. 86).

Corpos segregados, corpos legítimos, corpos tatuados. Corpos integrados. Corpos fora de lugar. O comum, o normatizado, o hegemônico. O corpo do rico e do pobre. Temos observado as distintas formas como o corpo significa, se textualiza, circula pela existência de significantes distintos,

sendo o homem o sujeito que interpreta e é interpretado (Orlandi, 2012c, p. 87).

Nesse processo, não é mais a ideologia que determina o indivíduo, mas a escolha frente a ela. Assim, na AD, o passo teórico dado consiste em ter alcançado a compreensão de que o indivíduo interpelado ideologicamente em sujeito, submetido ao inconsciente, é também sujeito que se individualiza, por escolha, ao assumir uma posição. Analogamente, as instituições desencadeiam modos de individualização dos sujeitos, a partir do processo de identificação, de constituição de identidade. Quanto a isso, segundo Orlandi, os corpos estão atados ao corpo social, assujeitados às convenções. Ela sintetiza:

não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica (em nosso caso, capitalista) (Orlandi, 2012c, p. 93).

É ainda a autora que diz que o sujeito moderno/sujeito jurídico/detentor de direitos e deveres e da livre circulação social tem a forma-sujeito individualizada pelo Estado, por intermédio das instituições e seus discursos. Considerando, então, o decurso de constituição identitária do sujeito, ou seja, sua subjetivação, há interpelação não só do indivíduo – em forma sujeito histórica capitalista –, mas também do corpo do sujeito, que tem sua forma histórica atada ao corpo social. Nesse sentido, “o corpo não escapa à determinação histórica, nem à interpelação ideológica do sujeito. O corpo não é infenso à ideologia. Por isso pode ser tão afetado quanto o é, em nossa sociedade de consumo, de mercado, de tecnologias” (Orlandi, 2012, p. 95).

O sujeito, em sua subjetivação, é simultaneamente despossuído e dono de sua fala. Acerca disso, parafraseando Suzy Lagazzi (1989), Eni Orlandi diz que “o **sujeito** se faz em um movimento de entrega e de resistência. A resistência, aliás, é ela própria movimento do sujeito para uma posição que não o submete inteiramente à coerção”. Nessa ótica, a resistência, para além de uma oposição, constitui-se deslocamento do sujeito e digressão dos sentidos, estabelecendo, portanto, um outro lugar, uma possibilidade de (re) significação do discurso.

Em uma das análises da significação do corpo, a autora realiza um gesto de interpretação da dança como uma linguagem posta em funcionamento, um discurso corporificado, uma forma particular de produzir sentidos e de significar. Linguagem que “(se) textualiza (n)o corpo do sujeito, enquanto organização de sequências significativas, em que se ligam corpo/espaco/movimento” (Orlandi, 2012c, p. 89). Por uma perspectiva sensorial, a dança se apresenta como sensação de um corpo através de gestos. Ou seja, a dança, em seus movimentos, significa nossas sensações, produz efeitos de sentido de nossas práticas de existência.

Outro gesto de interpretação se deu a partir do estudo da forma como corpos tatuados, com piercings, se apresentam ao mundo. Pensa-se acerca dos processos de individua(liza)ção para o sujeito que se tatua, que textualiza seu corpo. E a reflexão proposta nessa obra consiste em indagar quais são os sentidos que as tatuagens têm ao relacionarmos o indivíduo tatuado e a sociedade que faz parte. A tatuagem, como texto encarnado, letras/símbolos postos na carne, apropria-se do seu espaço corpo e publiciza sua presença no espaço público. Desse modo o corpo do sujeito passa a ser um espaço, um lugar de sentidos escritos. Isso quer dizer que, em sociedade, “ele instala a sua textualidade, visível em sua pele, individualizando-se pelo gesto da escritura de si” (Orlandi, 2012c, p. 196), ato que o individua (o faz Um) frente ao coletivo social.

O esprit de corps deriva de um sistema de pensamento particular aos processos de socialização. Ele exige não apenas a expressão de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, mas ainda a manifestação de um reconhecimento desse pertencimento (Orlandi, 2012c, p. 188).

Frente a essa diversidade, o grupo de pesquisa coordenado por Eni Orlandi propôs-se também a entender como o corpo significa em um espaço simbólico que lhe é destinado e “ressignificar o que é delinquência, através da noção de resistência/deslocamento do sujeito em seus processos de individua(liza)ção face à formação do consenso que já o define a partir de processos de segregação” (2012, p. 227). Com tal ímpeto, esses pesquisadores nos apresentam um deslocamento teórico em relação a teorias pré-existentes da Análise de Discurso materialista.

Através da perspectiva simbólica, a partir de parcerias de trabalho em AD, a autora vai traçando pontos de ponderações como: a redefinição da noção de relação social, a concepção do corpo como parte do sujeito, a materialidade do sujeito dada

pela junção de corpo e sentido, o entendimento de que o corpo do sujeito faz parte do corpo social. Todo caminho que leva à conclusão que a “simbolização do sujeito implica a simbolização do corpo” (Orlandi, 2022). Corpo aqui pensado como memória, como um sentido encarnado, não como carne. Essa diferenciação foi fundamental para a compreensão teorizada por Orlandi de conceber o corpo como materialidade do sujeito.

A premissa de que o sujeito é interpelado ideologicamente justifica pensar que ele tenha historicidade, materialidade concreta – nem empírica, nem abstrata. Para Orlandi (2012c), sua ilação teórica é pensar que “esse concreto é o corpo”. Ao pensar o funcionamento ideológico do Estado para o controle do corpo como um processo de individuação do sujeito, ela aponta as divisões do político que separam classes, grupos, sujeitos com seus corpos, de modo a inferir que nesse processo o sujeito é materializado (historicizado, ideologizado e simbolizado). E mais, que o corpo funciona como evidência do processo de interpelação ideológica e da individuação em sujeito. Então, o corpo do sujeito, nesse sentido, não é ignorado pela ideologia (nem pelo inconsciente), mas sim tem o sujeito como corpo.

Outra reflexão importante que Orlandi traz é que, no sistema capitalista, o corpo materializa a forma-sujeito histórica capitalista, contudo, o sujeito pode “sobre-existir”, “re-existir”, construir “movimentos de resistência” pela própria necessidade do laço social. E esse sujeito ou vai resistir (quando se significa pela narratividade) ou reproduzir posições-sujeito (quando corpo funciona de maneira determinante). Assim, o corpo naturalizado que significa, que carrega sentidos estabilizados pelo imaginário, é desnaturalizado quando falado sobre si, quando traz o real do sentido numa relação da materialidade do sujeito-corpo-sentido.

Numa análise do cenário contemporâneo, em contexto pandêmico, por exemplo, Orlandi assevera que o corpo, extraído do social em razão da obrigatoriedade do isolamento, sofre mudanças. Para ela, vem acontecendo “uma hipertrofia de imagens de corpo”, “uma transfiguração desse corpo”, o que interpreta como a ação de se passar por uma figura, de inventar o corpo que quer, visto que a força do imaginário é preponderante quando o sujeito não se alimenta na relação com o social.

Frente ao discernimento de que o sujeito, na modernidade, é ao mesmo tempo determinado e determinante, a obra *Eu, tu, ele: discurso e real da História*, de 2017, de Eni Orlandi, traz elaborações teóricas produzidas por pesquisas

desenvolvidas em seus grupos de extensão nas Universidades, agregando novas contribuições para os estudos discursivos no Brasil do século XXI. Questões como a textualização do corpo, a variação e a narratividade discursiva assumem centralidade nas investigações. A seguir, apresento, sinteticamente, cada uma delas.

Inicialmente, ao tratar a individuação do sujeito na textualização do seu corpo, a pesquisa apontou “o lugar da presença significativa do corpo nesse sujeito individuado, ou seja, na constituição desta posição-sujeito, fruto do gesto de identificação” (Orlandi, 2017, p. 75). Isso se dá pela sua inserção/inscrição em uma ou outra Formação Discursiva (FD), resultando em posições-sujeito (determinantes na identidade) a produzirem diferentes formas de discursos. Nesse sentido, alcança-se a compreensão de que a textualização do corpo está relacionada ao processo de individuação do sujeito.

“Sentimos nosso corpo, presença. Significamos em nosso corpo. Significamos em nosso corpo” (Orlandi, 2017, p. 132). Dessa maneira, os corpos são aqui concebidos como formulações dos sujeitos, perfazendo-se em diferentes discursos, significando pelo espaço que ele habita e que o habita, simultaneamente.

Cada texto (corpo) tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória (interdiscurso) no interior de sua formulação (intradiscurso), pois um texto (corpo, em nosso análise) é um espaço de formulações entre outras possíveis, no movimento do dizer (Orlandi, 2017, p. 77).

É oportuno lembrar da noção de corpo-memória introduzida pela autora em um dos textos, intitulado *Um corpo imigrante*, que compõem a obra. Nele a autora declara que “a memória está no corpo”. Isso para dizer que a memória desse corpo em isolamento já está afetada, que a extração do social – por tanto tempo – já é parte desse corpo que viveu esse momento. Logo, frente a esses efeitos no sujeito discursivo, a autora defende a necessidade de um pensamento transversal, ou seja, pensar o discurso no entremeio de diferentes áreas, como Psicanálise, Antropologia, História, Artes etc.

A partir do processo de significação do corpo, enquanto linguagem em funcionamento, compreende-se o processo de significação do sujeito. Neste, o sujeito interpelado ideologicamente frente à articulação do político e do simbólico passa a ser responsável e dono de sua vontade, incidindo, assim, na possibilidade de reprodução ou resistência, de movimentação ou ruptura da significação. Logo, ao

identificar-se, o sujeito constrói sua posição na formação social, individuando-se. “Faz parte, do modo de individuação, a forma de nossa presença no espaço, com nosso corpo. Um sujeito em sua materialidade, ou seja, neste caso, um corpo carregado de sentidos” (Orlandi, 2017, p. 115).

Em seguida, partindo desse entendimento, a autora conceitua “variança” (Orlandi, 2017) como as múltiplas versões da textualização do discurso, na condição da formulação. O corpo textual, como um espaço de interpretação e, como uma unidade significativa, é concebido como o lugar da domesticação, mas também da dispersão. Além de ter havido a diversificação da forma de textualizar – com o desenvolvimento das tecnologias da linguagem – houve ainda a alteração da forma histórica do sujeito. Tal cenário exige reorganização/reorientação dos trabalhos de interpretação.

As formas de manifestações discursivas precisam ser analisadas em suas condições sócio-históricas. Isso se deve ao fato de que os efeitos de sentido são particularmente produzidos, ou seja, determinados pelas condições políticas e ideológicas. Ademais, essas discursividades manifestam os modos de relação com o simbólico. Portanto, discursivamente “trabalhamos o corpo simbólico-político, investido de sentidos na formação social, e não apenas o corpo biológico. Isto quer dizer que, na sua constituição, contam as condições sócio-históricas, mas também as simbólicas” (Orlandi, 2017, p. 72).

Conceber a variança de versões da textualidade é conceber a existência de deslocamento de corpos (sujeitos à interpretações e a seus efeitos), deslizamento de sentidos, repetição e ruptura. Frente às coerções e condições impostas pelo Estado, pelas instituições e seus discursos, sujeitos-corpo, com suas presenças, “deslocam-se, irrompem em seus percursos constituindo uma população não homogênea, ligada a diferentes percursos de memória, fazendo-se outros, tornando o espaço de existência um espaço complexo” (Orlandi, 2017, p. 73), onde transitam inusitadamente corpos que resistem, engendrando sentidos sociais inesperados.

Em seu percurso formativo, na perspectiva do materialismo histórico, Orlandi encontra o conceito de interdiscurso como “alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente” dado por Pêcheux (1975), e também a definição de Courtine (1986): “na memória discursiva fala uma voz sem nome”. Avançando teoricamente, ela acrescenta a compreensão de memória como não cronológica, sem temporalidade, mas tendo historicidade, ou seja, atemporal e anônima. Daí formula

uma paráfrase: “naquilo que me diz, eu me digo” (Orlandi, 2017, p. 17). Nessa ótica a memória constitutiva é uma rede de sentidos que pode tanto produzir o mesmo, quanto deslocar-se, produzindo a diferença. Afinal,

é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento de sua definição, materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo; do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação, e, por seu lado, os sentidos tomando corpo (Orlandi, 2017, p. 33).

Outro desdobramento que retomamos na oportunidade é o acréscimo feito pela autora às duas formas de caracterização da memória. Além de considerar a *memória constitutiva* como estruturada pelo esquecimento e conceber a *memória institucionalizada* como memória-arquivo (mantida pelas instituições sociais), Orlandi (2017, p. 78) apresenta a *memória metálica*, sendo a que “serializa e tecnifica a historicização”.

Além disso há ainda outra teorização que se desloca do arquivo: a noção de “narratividade” – a partir da perspectiva discursiva – como sendo o funcionamento e o modo de textualização da memória. A narratividade enquanto estrutura e acontecimento - no campo discursivo - considera a historicidade e a materialidade do discurso e é constitutiva do funcionamento da memória discursiva. Assim, a autora a define

como a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando (seu ‘pertencimento’) sua existência a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas (Orlandi, 2017, p. 107).

Sob esse prisma, a narratividade “caracteriza, não apenas uma forma discursiva específica (a narrativa), mas um processo (a narratividade), no qual se expõe o funcionamento narrativo da memória no sujeito” (Orlandi, 2017, p. 48). Ainda que a língua seja concebida como parte fundamental da interpelação ideológica do sujeito, em se tratando de memória discursiva, só ela não é o bastante. Isso significa que pela narratividade, entendida “como funcionamento da memória que se conta em nós, nossos corpos podem ser vistos como materiais significativos, expressivos dos processos de significação social” (Orlandi, 2017, p. 91). Dessa maneira, tanto os sentidos quanto o corpo são inscritos, e as condições de produção (fatos dados que precedem o sujeito) são significadas, na narratividade do sujeito.

Na textualização da memória, considera-se a textualização do corpo. Ao chamar isso de “corpo memória” (que flui e significa), a autora trabalha a narratividade do corpo concebendo-a como “memória encarnada” ou, dito outramente, “narratividade encarnando memória em um corpo. Transfigurando-o” (Orlandi, 2017, p. 87). Além disso, o corpo memória significa diferente em cada espaço, ou seja, os sentidos e a identificação deslizam, o que torna possível a variação, a transfiguração de um corpo memória em outro.

Digo, portanto, que na narratividade o corpo conta-se, “fazendo sentido de muitos lados, identificando-se em suas passagens na rede de memória, em que joga mais de uma filiação, na relação com o outro, em relação com o Outro (ideologia, inconsciente)” (Orlandi, 2017, p. 85). Feito corpos-narrativos, os sentidos são encarnados e mesmo um sujeito em silêncio pode se apresentar com um corpo que significa.

Interessa-nos, portanto, rememorar que o preconceito é uma discursividade sustentada pelo imaginário de hierarquias raciais advindas dos estudos antropológicos que defendiam a compreensão de raças evoluídas e sub-raças. De natureza histórico-social, o preconceito é tido como uma forma de censura que interdita o dizer em seu funcionamento e que veta sentidos. Ele se constitui pela relação com a sociedade (o outro) e com a historicidade e a ideologia (o Outro). No que tange o preconceito racial, “tem a dominante da ideologia capitalista que divide negros e brancos, atribuindo valores sociais distintos que podem levar à segregação, em um imaginário em que o sujeito já está vinculado/significado, seja de que cor for” (Orlandi, 2017, p. 97).

Quanto a isso, Orlandi teoriza que o silenciado é a cor estigmatizada, como parte do processo de individuação do sujeito por parte do Estado. Em outras palavras, numa perspectiva discursiva, a autora entende que “o silêncio fundante de sentidos faz significar, no gesto de resistência, o silenciado. Neste caso, o racismo” (Orlandi, 2017, p. 99) que, em seus sentidos díspares, ocupam e significam o corpo. Contudo, os discursos das minorias, isto é, das “discursividades solidárias”, de “mútua sustentação” (Orlandi, 2017, p. 96-97), podem funcionar como deslocamentos, sentidos outros da discursividade do preconceito.

Dessa análise, dada na obra supracitada, podemos estabelecer a relação preconceito e sociedade-historicidade-ideologia, para compreender o *modus operandi* da ideologia capitalista dominante de atribuição de estigmas e de valores

sociais distintos entre homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros, no campo da produção científica no Brasil. Em análise, voltamos o nosso olhar investigativo com a intenção de entender de que modo a censura significa no conhecimento científico produzido por Orlandi.

No presente livro, como forma de enfrentamento aos sentidos de igualdade universal, a autora sugere criar espaços politicamente significados em suas diferenças. Isso pode vir a se concretizar partindo do princípio de que da mesma forma que “a ideologia é um ritual com falhas, assim como também o estado falha no modo de individuação do sujeito” (Orlandi, 2017, p. 107) produzindo falta, sendo essa a vulnerabilidade para os deslocamentos, o lugar da possibilidade de construções de sentidos outros. Até mesmo porque o dizer não é completo, a unidade não existe e a dispersão sempre foi indomável. Em suas palavras,

a sociedade tem que expandir o espaço público, sem dividir o *lugar comum*. Reconhecer as diferenças, em um espaço comum, mas não homogêneo (hospitalidade?), observando deslocamentos possíveis, trajetos diferenciados, práticas não previstas Improvisar, re-significar (Orlandi, 2017, p. 98).

Nessa tese, então, reclamamos outros regimes de visibilidade, significando a diversidade da AD materialista à brasileira e o direito de significar de um lugar próprio. Disso decorre dispensar à Eni Orlandi o reconhecimento de sua relevante contribuição para a Teoria do Discurso em contexto latino-americano. Sinto tal necessidade frente a um reducionismo simbólico quando atribuem à pesquisadora sua importância restrita a uma posição de tradutora/reprodutora/intérprete da Teoria pecheutiana. Assim, desconsideram seus avanços e inventos teóricos tão cruciais para a consolidação da Análise de Discurso no/do Brasil.

Indago-me sobre o reconhecimento da pesquisadora e a legitimidade de seu fazer científico, o que toca na política de silêncio (Orlandi, 1992) associada à política de invisibilidade de sujeitos. Digo isso porque permanece um sistema de divisão e hierarquização do fazer científico pautado nas desigualdades de gênero, de territorialidade, de raça etc. Inegavelmente, as formulações de Orlandi remetem a outras anteriores, mas também move significados outros e apontam para o que ainda virá, porque, considerando a relação de sentidos, elas são sempre incompletas, logo, não se fecham.

Que bom que, enquanto o eurocentrismo estabelece o pacto naturalizado de supremacia do conhecimento, Orlandi aproveita a fissura para corporificar o saber brasileiro. Dada a divisão política do espaço científico – mulher x homem, norte x sul, nacional x estrangeiro, brancos x não-brancos – ela além de não se identificar com o sentido hegemônico de legitimação do saber, também rompe com o espaço normatizado e previsível da Ciência produzida por mulher brasileira. Cabe dizer, então, que a resistência aos processos históricos ideológicos de controle se materializa em teorias desenvolvidas pela pesquisadora e aventadas em solo nacional, o que se torna uma das formas possíveis de sua individuação.

Considerando que a própria linguagem está investida de sentidos (indistintos e incertos) – de como os corpos se apresentam e como significam –, a mudança na forma de abordagem não mudará a realidade de ser um sujeito mulher, brasileira, latino-americana, mas - conquistando espaços de significação - ela vai se significar e significar sua condição de outras maneiras possíveis, o que resultará na mudança de como a sociedade irá significar. Isso é o que profundamente desejamos com esse trabalho.

Do exposto, e apoiando-nos no construto teórico de Orlandi, compreendemos que as noções preliminares: o discurso é materializado na língua; a ideologia é materializada no discurso; sujeito é a soma ideologia + inconsciente (circundados pela língua) amparam a formulação conceitual de que o sujeito é materializado pelo corpo. Nesse viés, entendemos que Orlandi concebe o corpo como a existência material do sujeito – sua forma simbólica (histórica e social) de presença do sujeito contornado pela linguagem. Dito isso, julgamos um achado teórico crucial para os novos estudos realizados a partir da teoria da AD no/do Brasil que se voltam também à investigação dos discursos nas mais diferentes materialidades.

5 “O CORPO É A MATERIALIDADE DO SUJEITO”: A AUTORIA ENTRE A CITAÇÃO E O APAGAMENTO

O real da língua e o real da história fazem com que em todo dito haja sempre partes que não possam ser ditas, ou até que o sujeito não consiga acessar. Dizemos isso para justificar, de certo modo, nossa compreensão de que estaremos realizando um gesto de interpretação cujo objetivo seja explicitar como os discursos produzem sentidos (e não atribuir sentidos aos discursos). Em consonância, encaramos esse exercício investigativo a partir do funcionamento do discurso, na produção de sentidos, e não considerando que haja conteúdo a ser extraído das palavras, feito exercício de decodificação.

A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (Orlandi, 2007, p. 68).

Isso posto, cumpre-nos anunciar – desde já – que nosso intuito, no presente capítulo, é demonstrar os deslizos de sentido da teorização de Eni Orlandi, a saber: “o corpo é a materialidade do sujeito”, analisados a partir dos diversos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil, entre os anos 2013 e 2023. Optamos por esse recorte de tempo já que a definição formulada pela linguista fora difundida a partir da obra *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*, lançada em 2012, mesmo que, conforme demonstramos, essa ideia já vinha sendo gestada ao longo da obra da autora.

Assim, para além de analisar os deslocamentos que as reformulações sofreram quando abordavam a ideia proposta por Orlandi, pontuamos os processos de apagamento histórico, referenciação legitimada, deslegitimada e/ou generalizada sofridos durante paráfrases da referida ideia. Para tanto, selecionamos pesquisas de naturezas diversas (artigos, dissertações, teses) relacionadas à Análise de Discurso Materialista, produzidas por pesquisadores de diferentes Programas de Pós-graduação no Brasil. O procedimento adotado para o levantamento do *corpus* da presente tese deu-se a partir da pesquisa de trabalhos que tinham como recorte a discussão do corpo, disponíveis em sites de repositórios (repositório da CAPES,

google acadêmico, repositórios institucionais). Foi lançado inicialmente o termo “materialidade”, quando registramos 111 ocorrências, e depois “materialidade do sujeito”, obtendo 49 ocorrências. Desse total, retivemos os trabalhos que abordavam – direta ou indiretamente – a ideia de corpo como materialidade do sujeito, perfazendo um total de 22 publicações.

Após essa seleção, foi o momento de relacionar os recortes, que aqui serão analisadas. Para tanto, empreendemos as análises e criamos essa categorização. Apesar de as categorias aparecerem, no curso do texto, antes das análises, é importante salientar que elas são produto das análises. Entendemos como divisão as seguintes classificações: **a) referenciação de autoria** (12 ocorrências); **b) apagamento por generalização** (5 ocorrências); **c) apagamento por assunção de autoria** (5 ocorrências).

A título de esclarecimento, faz-se necessário salientar que não é de nosso interesse nessa pesquisa pensar os indivíduos pesquisadores que desenvolveram os trabalhos selecionados, mas sim o movimento da ciência, considerando o funcionamento da ideologia e do inconsciente. Queremos dizer ainda que o estudo aqui apresentado foi feito a partir dos movimentos de aproximação e distanciamento científico frente à teorização de Orlandi, não sendo objeto de investigação desse trabalho atribuir juízo de valor às produções dos referidos pesquisadores, mas jogar luz aos usos da ideia orlandiana nessas pesquisas.

Os trabalhos agrupados representam a riqueza de estudos sobre o corpo que foram (e ainda vêm sendo) desenvolvidos no Brasil e que se aportaram intelectualmente no campo da Análise de Discurso, de modo especial na ideia orlandiana de corpo. Frente a isso, cabe a nós considerar a contradição constitutiva dos processos de produção de sentidos, assim como do sujeito. Deparamo-nos na análise com a dissonância de discursos/pesquisas que ora reforçam o imaginário social (quando reproduzem o silenciamento histórico a partir do apagamento teórico de autoria); ora irrompem como acontecimento, possibilitando fissuras discursivas e sociais, o que faz deslocar os sentidos e surgir modalidades outras de subjetivação.

Frente ao exposto, daremos início ao percurso analítico ordenando o *corpus* conforme as categorias. É importante lembrar que não temos a mínima pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação dos recortes selecionados,

tampouco de conferir absolutismos às nossas percepções de forma cabal²⁰. Nosso entendimento é de que há imensuráveis complexidade e riqueza nas discursividades, na linguagem em funcionamento. Portanto, investigar as dimensões linguística e histórico-social do texto, buscando compreender o significado do dito e do não-dito (do que precisou ser omitido), é assumir a “polissemia da noção de leitura” (Orlandi, 1998), ou seja, considerar que a palavra pode representar uma multiplicidade de sentidos, que não começa por nosso gesto de interpretação, nem termina nele.

Nesse capítulo, realizamos as análises dos recortes a partir dos trabalhos científicos que abordam o conceito de corpo, proposto por Eni Orlandi. De posse dos recortes eleitos e analisados, seguimos para o agrupamento das mesmas em 3 (três) categorias de análise, que foram definidas após os gestos de interpretação, considerando as regularidades apresentadas. Na primeira categoria, “*Referenciação de autoria*”, notamos que alguns pesquisadores atribuem autoria explícita à Eni Orlandi, com variações em suas formulações. Na segunda categoria, “*Apagamento por generalização*”, observamos que os pesquisadores omitem no registro o nome da teórica e que se dá em substituição a autoria genérica à AD e a outros autores. Na terceira e última categoria, “*Apagamento por assunção de autoria*”, os pesquisadores não fazem nenhuma referência à autoria, produzindo efeito de ser a origem do dizer.

5.1 REFERENCIAÇÃO DE AUTORIA

Essa parte da tese tem por objetivo analisar os trabalhos que defendem a teoria de Orlandi sobre a ideia de corpo, atribuindo-lhe autoria. Esse é o elemento comum que conecta os textos analisados e os recortes tomados como objeto da nossa análise. Como elemento desviante – no conjunto do regular – destacamos que parte desses autores atribuiu uma menção direta à Orlandi como autora da ideia aventada, enquanto outra parte traz um reconhecimento de autoria da teórica, mas com variações de abordagem.

Tomamos para análise pequenos recortes em que não terão citados seus autores, uma vez que, como dito anteriormente, não pretendemos tratar aqui os

²⁰ Informações extraídas do Currículo Lattes da pesquisadora, pelo endereço <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>.

indivíduos pesquisadores que desenvolveram as pesquisas selecionadas. Vejamos, então, o primeiro recorte:

RECORTE 1: “seguinte afirmação de Orlandi (2012): ‘**considerando a materialidade do sujeito, o corpo significa. [...] Considerar que o corpo é materialidade do sujeito**’”

Foi possível afirmar pela análise do recorte que o trabalho assegura a referenciação à Orlandi, uma vez que faz questão de trazer na publicação um fragmento de sua obra, estruturado linguisticamente enquanto citação direta. Com esse gesto, confere-se à teórica lugar de fala, no que pese a compreensão de que “é preciso se considerar, no âmbito da legibilidade, a relação do leitor com o texto e com o autor, a relação de interação que a leitura envolve” (Orlandi, 1983, p. 183). Dizer isso é dar importância à ação de situar Orlandi enquanto autora e a colocar-se como leitora da obra/teoria orlandiana.

Dito outramente, quando concebemos o texto enquanto espaço de interação entre autor e leitor, Orlandi (1983) diz que, como uma unidade complexa de significação, o texto constrói seu sentido no espaço discursivo dos interlocutores. E a AD devolve ao texto sua incompletude, fruto também de sua relação com as condições de produção. Queremos destacar com isso que a referência de autoria (atribuindo explicitamente a função-autor à Orlandi) prescrita aqui como RECORTE 1 é resultado do significado de legitimidade científica conferido no trabalho em seu processo de leitura da ideia orlandiana.

Ademais, destacamos oportunamente o sintagma conclusivo, ao final do excerto: “Considerar que o corpo é materialidade do sujeito”. Aqui temos uma formulação que retoma o já dito, não só garantindo a repetição dos elementos lexicais da teoria proposta pela teórica, como também produz, enquanto sentido, um efeito de adesão, de inscrição da pesquisa à formulação teórica apresentada.

De outro trabalho trazemos também um fragmento para nossa investigação:

RECORTE 2: “Para Orlandi (2012b, p. 13), ‘a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito’”.

Assim como aconteceu no trabalho representado pelo RECORTE 1, no RECORTE 2 é difundida a ideia orlandiana a partir da utilização do recurso da intertextualidade (com citação direta). Para além disso, reconhece-se o lugar de

autoria de Orlandi ao abordar fragmentos do pensamento da teórica, e o faz informando explicitamente a referida obra na qual consta a ideia. Contudo, diferente do exposto no RECORTE 1, o RECORTE 2 faz uso da própria formulação desenvolvida por Eni Orlandi, funcionando como reforço argumentativo, estratégia de validação do que está sendo defendido no trabalho em análise. Para nós, é possível inferir o efeito de legitimação conferido à teórica.

Os discursos presentes no RECORTE 1 e no RECORTE 2 legitimam o pensamento de Orlandi (1990, p. 91), quando inferimos que a repetição no discurso: “serve à incompletude, à onipotência e ao sentimento de duração do sujeito. [...] Não é retorno, mas descontinuidade contraditória. Pela repetição – pelo silêncio, pela ruptura – sujeito e sentido têm de transcender o tempo para se instalarem”. Vale destacar que, ao repetir o discurso, os sentidos produzidos não são dominados pelos sujeitos.

Nesse momento, trazemos para observação o excerto abaixo:

RECORTE 3: “A autora também afirma que ‘**corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, textualizam-se**’ (ORLANDI, 2016, p. 86).[...]o **corpo, materialidade do sujeito**, é capaz de se textualizar”.

A citação inicial da teórica, ilustrada por esse RECORTE 3, dá conta de atribuir referência de autoria à Orlandi. Num primeiro momento, há uma apropriação dos fundamentos da ideia de Orlandi, fazendo uso da mesma para desenvolver gestos de interpretação. Depois, em um segundo movimento de análise da obra, acrescenta aspectos à ideia por meio das evidências científicas desenvolvidas na pesquisa, relatadas no texto publicado.

O autor do trabalho, ao repetir o discurso “o corpo como materialidade do sujeito”, apresentando a reformulação “**corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, textualizam-se**” não só reforça o efeito de sentido, como também promove mudanças adicionando sentidos outros. O enunciado é ressignificado ao ser repetido graças às condições de produção que afetam o sujeito a dizer de um jeito e não de outro.

Outro texto, também selecionado para fazer parte de nossa pesquisa, nos apresenta o RECORTE a seguir:

RECORTE 4: “A proposta de Orlandi é tomar a materialidade do sujeito para tratar da questão do corpo e do sujeito, uma vez que entende ‘o corpo em sua materialidade significativa enquanto corpo de um sujeito (ORLANDI, 2012, p. 85)”

Ao retomar o que disse Eni Orlandi: “O corpo é a materialidade do sujeito”, o autor promove deslizamento de sentidos quando formula, de outra maneira, o já-dito pela teórica, quando diz “A proposta de Orlandi é tomar a materialidade do sujeito para tratar da temática do corpo e do sujeito”, e isso dá a ver o próprio movimento da ciência, em que os deslizamentos conceituais vão enriquecendo a ideia.

Até aqui os RECORTES analisados trazem consigo uma característica em comum - fazem referência à obra da teórica de forma direta, declarada, sendo que, para isso, os autores utilizam de fragmentos do pensamento orlandiano, a fim de respaldar e sustentar as suas respectivas argumentações, considerando que cada um deles aborda aspectos diferentes da ideia. Podemos dizer, então, que os trabalhos analisados compõem uma pequena parte do *corpus* da pesquisa, dentre os demais da presente tese, que trazem a referência de autoria à ideia de Orlandi explicitamente declarada, fazendo disso uma regularidade percebida entre os RECORTES. Seguiremos, portanto, analisando - dentro dessa mesma categoria - outros RECORTES que apresentam algumas variações, sendo essas ressaltadas no momento da análise. Assim, com vistas à submissão de análise discursiva, destacamos o excerto abaixo:

RECORTE 5: “se ‘o corpo é a materialidade do sujeito’ (ORLANDI, 2012) [...] tomamos o corpo como materialidade dessa forma sujeito contemporânea”.

No RECORTE supracitado, vimos que o autor do trabalho parte da assertiva de Eni Orlandi com citação direta. A partir da repetição, a ideia vai sendo reformulada e produzindo a diferença. Significa dizer, então, que o sentido desliza quando a formulação “o corpo é materialidade do sujeito” é parafraseada com “tomamos o corpo como materialidade dessa forma sujeito contemporânea”. Além do autor do texto se incluir na percepção da teórica, há uma variação pela especificação do sujeito concebido como forma sujeito contemporânea. Mesmo repetindo os itens lexicais da ideia orlandiana, funcionam diferentes nessa formulação, gerando assim deriva de sentido.

O autor usa do fragmento da obra de Orlandi para sustentar a sua organização, concedendo a esse fragmento um lugar importante na ideia que vai construindo ao longo do texto. Ainda assim, compreendemos que faz parte do movimento da Ciência – e até muito comum – ao se repetir uma formulação que já citou não fazer de forma direta a todo tempo.

Em outra publicação, a ideia de corpo desenvolvido por Orlandi é formulado de duas maneiras:

RECORTE 6: “é o corpo do sujeito que, de acordo com Orlandi (2012), é tomado como materialidade significativa” e “para nós, o corpo se configura como parte da materialidade do sujeito”.

Na primeira formulação, os autores incorporam a seu discurso a ideia de Orlandi, devidamente mencionada como mentora da ideia aventada. Na segunda, o dizer é retomado com variação, isto é, fica significado que o corpo se estabelece como uma parte da materialidade, e não o corpo sendo a materialidade do sujeito, em sua inteireza. Vemos nesses deslizes de sentido o próprio movimento da ciência, que é o movimento do discurso: ao tentar dizer o mesmo, dizemos algo diferente, e isso faz com que uma ideia científica se enriqueça e adquira novas nuances explicativas.

O RECORTE abaixo também faz parte dos textos selecionados para investigação da nossa pesquisa. Vejamos:

RECORTE 7: “O corpo, que significa, constitui-se na própria materialidade do sujeito, construindo, assim, um elo entre o simbólico e o imaginário”.

No excerto acima, entendemos que enquanto Eni Orlandi define, de modo particular, corpo, de maneira tácita, o autor, ao utilizar a partícula “se” (uso de constitui-se), deixa de fixar o conceito, produzindo assim um significado de relativização, uma vez que não afirma de maneira declaratória. Mesmo que aqui se perceba uma retomada do dizer, não é possível tomá-lo pelo dizer de Orlandi, já que a repetição não garantiu a simetria de sentidos. Em síntese, ao fazer uso de uma construção textual em que a indeterminação na definição de corpo situa a ideia no entre-lugar do sentido. E, partindo do princípio de que a língua é um sistema falho, nos parece que o autor, ao escolher essa forma de mencionar a ideia orlandiana, o fez inconscientemente, substituindo uma expressão por outra.

Como um dos objetos de análise da presente tese, seguimos analisando de que forma a teoria orlandiana fora abordada no trabalho representado abaixo:

RECORTE 8: “roupas que dão visibilidade ao corpo materialidade do sujeito (ORLANDI, 2012a)”.

Nesse caso, não fica explícito que a autora está fazendo referência à ideia de corpo como uma ideia de Eni Orlandi. A citação está ali marcada, mas a autoria também poderia estar sendo atribuída ao que vem junto com “corpo materialidade do sujeito”. Entendemos que a autora faz menção à obra de Orlandi, atribuindo assim a autoria da ideia, mas que isso fica diluído enquanto efeito do modo como foi feita a citação.

No uso da citação indireta, o enunciador traz à tona os processos parafrásticos, os quais são definidos por Orlandi (1999, p. 34) como sendo: “aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto, é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. Sendo assim, a substituição funciona como movimentação dos sentidos.

Segue mais um texto que compõe o *corpus* da presente tese para nosso gesto de interpretação:

RECORTE 9: “O corpo humano, na Análise de Discurso como a materialidade do sujeito, significa”.

No trabalho supracitado, há uma retomada da ideia central da ideia orlandiana, reformulando-a, sem nenhuma menção à teórica, materializada na linguagem quer seja pela ausência das aspas, quer seja pela falta de referência explícita da teórica e de sua obra. Quando o autor não informa no texto o último sobrenome, a saber: Orlandi, normalmente utilizado para referenciar a sua produção acadêmica/científica, faz significar uma ilusão de origem do dizer, de que ocupa a posição-autor da ideia abordada. Acerca disso, Orlandi (2003, p. 14)²¹ assevera:

O mecanismo de citação – relação de sentidos posta na/pela intertextualidade – também faz parte da constituição e funcionamento da função-autor, ou seja, da maneira pela qual um sujeito de linguagem ocupa

²¹ Informações extraídas do Currículo Lattes da pesquisadora, pelo endereço <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>.

imaginariamente a posição de origem do sentido constituindo por aí mesmo uma unidade significativa que é um texto.

Nessa perspectiva, o lugar de autor ou o lugar de comentarista são as variações que podem ocupar o sujeito da linguagem. Disso faz emergir, por um lado, uma formulação atravessada ideologicamente pelos efeitos da ilusão de origem do dizer, por outro, uma formulação que legitima e confere propriedade intelectual ao teórico. É o que atestamos, portanto, no RECORTE 9, quando a omissão da autoria (ideologicamente posta), da teoria orlandiana, produz resultados significativos para a compreensão do funcionamento da colonização científica em solo nacional.

Outro RECORTE abaixo, presente em uma das publicações que compõem o corpus de nossa pesquisa, reclamou interpretação:

RECORTE 10: “segundo Orlandi (2017), é o lugar onde se joga forte individuação do sujeito (seu corpo, materialidade do sujeito) em suas várias formas de significar”.

A forma em que o trabalho apresenta a ideia orlandiana, por citação indireta com menção da teórica e obra, permite significar a ideia de corpo, desenvolvida por Orlandi, como uma criação científica, por ela formulada e posta em circulação na obra *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*, no ano de 2012. No RECORTE 10, a autora do trabalho analisado referencia o livro *Eu, tu, ele; discurso e real da história* (2017), onde Eni Orlandi retoma sua formulação inicial e a faz como base teórica que conduz seus estudos frente às relações sócio-históricas pela linguagem. A partir da discursividade, ela investiga a produção de sentidos no espaço urbano, isto é, analisa os processos discursivos na relação sujeito-corpo-espaço.

Trouxemos também para interpretação mais um trabalho, em que fizemos três RECORTES:

RECORTE 11: “corpo – este que, discursivamente, é a materialidade do sujeito”.

“Corpos que se visibilizam/são visibilizados na própria invisibilização (apagamento e silenciamento), do sujeito, que é corpo, este, sua materialidade (ORLANDI, 2017)”.

“o sujeito também possui uma materialidade: o corpo (ORLANDI, 2017)”.

Novamente estamos diante de um acontecimento discursivo que se enquadra na regularidade da alternância, o que já fora explicitado anteriormente. Das três

citações da ideia orlandiana, todas são com o recurso de paráfrase, sendo que a primeira não há nenhuma menção à Orlandi, nem à obra de referência. Contudo, nas duas outras, o autor referencia a ideia. As diferenças nas formulações conferem aqui, então, variações dentro dessa categoria de referenciação de autoria, como pode também ser constatado no recorte seguinte:

RECORTE 12: “A partir do trabalho analítico, entendo que o corpo, materialidade do sujeito”. e “Orlandi (2017), em seu texto, nos pontua que o corpo é materialidade do sujeito”.

Fechamos aqui com uma última análise, dentro dessa categoria, que se apresenta com citações acompanhadas de referenciação de autoria, tendo algumas ocorrências que escapam à regularidade, como é o caso também do RECORTE 11. Ao desenvolver uma descrição analítica em sua pesquisa, o autor se apropria da teoria orlandiana, em um primeiro momento, com apagamento referencial, e em um segundo, outorgando menção de autoria, sem necessariamente significar concessão de propriedade intelectual à Orlandi. Quando é dito “Orlandi (2017), em seu texto, nos pontua que o corpo é materialidade do sujeito” produz o sentido de que a teórica apenas sinaliza que “o corpo é materialidade do sujeito”. Por essa ótica, isso não faz dela propositora de uma ideia. E é essa a pretensão da nossa tese: mostrar um conceito próprio de corpo, uma ideia autoral de Eni Orlandi.

Vale destacar, ao final dessa categoria que aborda a referenciação da autoria de Orlandi em trabalhos científicos, que dos 12 trabalhos analisados, 7 foram produzidos por mulheres, 4 foram escritos por homens e 1 foi produzido em dupla autoria, sendo um homem e uma mulher. Isso pode significar a preocupação/engajamento das mulheres em reconhecer a autoria de Eni Orlandi como produtora da sua própria teoria.

Nos seis últimos RECORTES analisados, assim como os demais apresentados anteriormente, há referência teórica, porém não atribuem a posição-sujeito de autoria à Orlandi, mas sim como teoria produzida por outros teóricos da AD, no particular, de Pêcheux. Podemos dizer com isso que a referência da obra de Eni Orlandi é apresentada, contudo, a ideia de corpo retomada nas diferentes formulações não é concebida como ideia orlandiana. Esses trabalhos, por sua vez, têm como regularidade atribuição de autoria que compreendemos como generalizada, o que promove, portanto, o apagamento referencial da teórica.

5.2 APAGAMENTO POR GENERALIZAÇÃO

Nessa categoria que apresenta o apagamento da autoria através da substituição da identidade de Orlandi pela referência ao campo teórico da Análise de Discurso materialista (e até a Michel Pêcheux), estaremos expondo algumas reflexões sobre a censura e o silenciamento. Acerca disso, Orlandi, a partir de uma perspectiva discursiva, consegue demonstrar a multiplicidade do silêncio, evidenciando o movimento de sentidos e mostrando que para compreender um discurso, devemos sistematicamente perguntar o que ele cala.

Orlandi analisa o mecanismo de apagamento de autoria, muito comum nos meios acadêmicos, mostrando como a censura pode se dar entre iguais, não exercida necessariamente de cima para baixo. Ela aponta como esse mecanismo de silenciamento do autor não consegue produzir “o movimento de sua contemporaneidade” (Orlandi, 2007b, p. 141), fazendo com que as palavras apropriadas, ao se fingirem de novas, soem muito velhas. Nesse ínterim, a autora demonstra a importância da citação no discurso científico para além da questão moral, evidenciando seu aspecto funcional. Vejamos, então, como tal mecanismo funciona nos RECORTES abaixo. Trazemos para isso, mais uma vez, fragmento de um outro texto com a seguinte formulação:

RECORTE 13: “O corpo, como constitutivo do sujeito, não é transparente, é um efeito de transparência (ORLANDI, 2012b, p. 85)”.

Diferentemente do excerto analisado na categoria anterior, aqui a ideia foi usada sem o autor do texto citar a fonte, fazendo menção genérica, não conferindo relevo de propriedade intelectual à teórica, desautorizando a titularidade de sua produção científica. Tal ocorrência situa o referido texto a outra regularidade que vemos em nosso exercício de interpretação: a alternância de abordagem dentro de um mesmo texto, ou seja, em uma formulação as ideias são nomeadas, em outra(s) a autoria é suprimida, materializando um apagamento por generalização, o que faz significar o atravessamento dos efeitos da colonização científica.

Mais um texto selecionado para análise aborda a concepção de discurso e corpo compreendida numa perspectiva do materialismo histórico. Ao que ele nos apresenta:

RECORTE 14: “pode-se dizer que corpo e discurso são a materialidade do sujeito, indissociáveis entre si”. e “Corpo é a materialização do sujeito assim como o discurso é a materialização da ideologia”.

Uma análise possível frente a esses dois fragmentos do texto é que, mais uma vez, estamos diante de uma ocorrência que se enquadra na regularidade supramencionada, a da alternância de posição do autor do texto. No primeiro, retoma a ideia-núcleo da ideia orlandiana reformulando-a. Enquanto Eni Orlandi teoriza: “o corpo é a materialidade do discurso”, no texto o autor diz que “corpo e discurso são a materialidade do sujeito, indissociáveis entre si”. Aqui, o já-dito é dito de outra maneira, o que faz produzir sentidos outros quando acrescenta-se à ideia de que corpo e discurso não se desassociam. Ressalta-se ainda que, nesse momento, a paráfrase da ideia orlandiana é feita sem referenciação de autora/obra. No lugar disso, a ideia orlandiana é situada no campo do materialismo histórico (como produção científica coletiva), promovendo assim o apagamento por generalização, ao suprimir a autoria assinada e deslegitimar a ideia alvitada.

No segundo excerto, por sua vez, a ideia é formulada, enquanto recurso de citação indireta, mas nenhuma menção referencial é concedida à teórica. Decorre disso que a prática de citar sem atribuir autoria configura o atravessamento dos efeitos do processo de unificação e validação das atividades científicas pós-globalizadas, quando o silenciamento/apagamento significam a falta de referência legitimada.

Frente a isso, arriscamo-nos a dizer que, por mais que se espere relações fronteiriças restritas à produção científica fora do Brasil, é constatável que dentro da própria comunidade científica brasileira há prioritária legitimação intelectual aos estrangeiros. Dessa maneira, parafraseando a própria Orlandi (2003), aqui sua ideia produzida em solo nacional – naturalmente – foi (e vem sendo) reproduzida e nomeada sem ela. Frente a isso, não restam dúvidas de que estamos lidando com sujeitos pesquisadores interpelados pelo funcionamento ideológico da constituição histórica da ciência global.

Dando continuidade à análise, tomemos o texto com sua formulação destacada:

RECORTE 15: “O corpo é a materialidade do sujeito apropriada pelo Estado, remarcado pelas instâncias ideológicas e enformado por uma dialética política”.

Tal RECORTE vem precedido da informação de que esse trabalho “trouxe à cena as conquistas teóricas da Análise de Discurso, a partir de Pêcheux e Orlandi”. Decorre-se disso, portanto, que há uma referenciação genérica à AD, sem especificar, entre os teóricos Pêcheux e Orlandi, quem seja o(a) formulador(a) da teoria de que a materialidade do sujeito é o corpo. Por conseguinte, a contribuição teórica aventada por Orlandi sofre apagamento na pesquisa representada pela formulação acima.

Inferimos, com isso, que a ideia orlandiana – da maneira como foi formulada – produz o efeito de sentido de um conhecimento não validado. Dito outramente, o saber formulado por Orlandi, produção científica de representação da diversidade linguística, é suprimido – conforme RECORTE analisado anteriormente – pela histórica supremacia epistêmica de instituições tidas como dominantes, persistente até os presentes dias nas instâncias acadêmicas.

O suposto fim do colonialismo não significou a transformação para um mundo descolonizado e pós-colonial, sem divisões socioeconômicas e as múltiplas hierarquias de poder. Ao contrário, as classificações (superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido, civilizado/bárbaro) derivadas do processo histórico-estrutural permanecem. Significa dizer que a ideologia eurocêntrica de poder não subjugou ao tempo e se coloca como “vivendo uma etapa de desenvolvimento (cognitivo, tecnológico e social) mais ‘avançada’ que o resto do mundo, com o qual surge a ideia de superioridade da forma de vida ocidental sobre todas as demais” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 15). A superioridade epistêmica atribuída ao conhecimento europeu, por exemplo, confere exclusão, omissão e silenciamento aos demais saberes produzidos.

Na oportunidade, entende-se que o conhecimento gerado por Michel Pêcheux – filósofo francês e fundador da Análise de Discurso de linha materialista – é concebido como elite científica, partindo da premissa da superioridade européia, ao tempo em que o conhecimento produzido por Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi – linguista e professora universitária brasileira – é subjugado a um lugar de tradutora dos grandes feitos de Pêcheux, aquela que é referendada responsável por trazer a teoria AD para o Brasil. Relacionamos isso à corrente ideológica que defende que o homem europeu (representante dos cinco países que constituem o cânone do conhecimento) tem privilégio epistemológico (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007)

sobre os outros. E, nesse caso aqui, sobre uma mulher sul-americana, resultando, assim, no epistemicídio dos saberes produzidos em solo brasileiro.

Tal relação traduz-se em: o nome do colonizador é evidenciado, enquanto se produz interdição/supressão ao saber produzido pelo colonizado. Um processo que perpetua a história (repetidamente) de anulação/cancelamento conferido à Orlandi, reduzindo-a a função de intermediadora do conhecimento, aquela que exporta do saber eurocêntrico para a colônia Brasil. Por vezes invisibilizada, à sombra de, ocupa a “zona do não-ser” (Grosfoguel, 2016, p. 127). Logo, isso reforça a compreensão advinda da relação de exploração colonial e capitalista de que há nações/povos superiores aos outros, quando pessoas, culturas e conhecimentos são hierarquizados. Ao classificarem e conferirem princípio de legitimidade, saberes e teóricos ficam à mercê dos méritos ou deméritos, dos créditos ou descréditos pela comunidade acadêmica.

O mesmo apagamento teórico acontece no noutro trabalho, conforme ilustre o RECORTE seguinte:

RECORTE 16: “corpo feminino - enquanto objeto que representa a materialidade do sujeito”.

Aqui o autor aborda a “materialidade do sujeito”, que se apresenta formulada diretamente na obra de Eni Orlandi, mas aperece como ideia atrelada a Pêcheux e Foucault, identificável a partir da anáfora presente no referido texto: “Análise do Discurso de linha francesa – preconizada por Michel Pêcheux – e as contribuições do pensamento do filósofo Michel Foucault”. Desse modo, infere-se um apagamento do nome de Orlandi ao não referenciá-la, não só nesse recorte do texto, mas em todo o trabalho.

Para além do que já foi dito, a formulação acima há uma deriva de sentido. Para Orlandi, o corpo **É** a materialidade do sujeito. Sendo assim, de acordo com o critério semântico, a classificação do verbo SER (verbo identificado por seu sentido) indica estado. Isso quer dizer que esse tipo de verbo expressa a propriedade de uma situação ou condição que está localizada no sujeito. Logo, seu aspecto é durativo e pode indicar um aspecto existencial.

Por outro lado, o termo utilizado na formação apresentada, isto é, “REPRESENTAR”, trata-se de um verbo regular que significa simbolizar, retratar, reproduzir uma imagem, uma ideia. No **RECORTE 16**, tal verbo assume a

transitoriedade direta quando o sujeito “corpo” é ligado – sem preposição – ao predicativo do sujeito. Semanticamente, há um deslizamento de sentido quando a formulação de Orlandi é retomada e construída substituindo o verbo SER pelo verbo REPRESENTAR ao considerar que aquele indica existência enquanto esse indica mostrar, simbolizar, não significando – necessariamente – ser algo. Outro excerto apresentado na pesquisa em análise reafirma nosso gesto de interpretação: **RECORTE 16:** “O corpo **seria** a materialidade do sujeito”.

Pelo fio da sintaxe, o verbo SER indica um estado ou uma condição inquestionável, um efeito de impessoalização. Ele liga sujeito aos predicativos determinando-os. Nesse caso, ao enunciar dessa maneira (“o corpo seria”), o autor faz uso do verbo SER na 3ª pessoa do singular, no futuro do pretérito que, enquanto modo subjuntivo, expressa incerteza. Trata-se linguisticamente de uma marcação de dúvida ou reservas. Sendo assim, um dos sentidos produzidos é de que o corpo **NÃO É** concebido como materialidade do sujeito, apenas enquanto uma possibilidade.

Nos dizeres de Orlandi, a escolha feita pelo autor do trabalho traduz o “esforço repesante da ciência” (Orlandi, 1992, p. 161). Quanto a isso, a teórica assevera que: “a luta pela aceitação ou não, pela legitimidade ou não, de um trabalho, quando se ultrapassa o mero lance do tráfico de prestígios acadêmicos, representa justamente o lugar em que se chocam o poder de dizer e o seu parceiro, o silenciamento” (Orlandi, 1992, p. 33). Por esse prisma, a exclusão de brasileiros no campo dos pesquisadores é reflexo do imaginário social com relação à configuração de prestígio dos padrões científicos, da universalização da produção do saber, da colonização científica.

Voltamos o nosso olhar investigativo também para outra pesquisa que faz parte do nosso *corpus*. Seguem os excertos que selecionamos para análise:

RECORTE 17: “levar **algumas ideias de Michel Pêcheux** para o campo das artes [...] **O corpo, como veremos, é a materialidade do sujeito, lugar de dizer e de dizeres**”.

“por considerarmos **dentro da Análise do Discurso (AD) que o corpo é a materialidade do sujeito**”.

“**O corpo fala, ainda que de boca calada: é que o corpo é a materialidade do sujeito.** [...] E a materialidade do sujeito? Ora, é seu corpo! (ORLANDI, 2012).

“**Assim se vê o corpo: materialidade do sujeito**, este em relação com a ideologia através de sua materialidade: o discurso; e dele a língua, a história e as condições sociais (ORLANDI, 2012, p. 87)”

Como vemos, logo nas duas partes iniciais do RECORTE 17, ao declaram: “levar **algumas ideias de Michel Pêcheux** para o campo das artes” e “por considerarmos **dentro da Análise do Discurso (AD) que o corpo é a materialidade do sujeito**”, os pesquisadores promovem um apagamento da autoria de Orlandi em detrimento da atribuição da filiação teórica de Pêcheux ou referenciação genérica da ideia à AD. Nos outros excertos que compõem tal RECORTE, a mesma ideia orlandiana é retomada e reformulada, dessa vez como citações indiretas, ambas seguidas da referência da autora/obra. Vê-se aqui, novamente, o movimento de variação comum nas produções científicas quando ora a teoria é referenciada, ora não é ou é feita de maneira genérica e até equivocada.

Como síntese dessa categoria, damos destaque ao processo de colonização científica ocorrido na história do Brasil, fenômeno observado até os dias de hoje, além de apagamentos referenciais, como esse da ideia de Orlandi retomada e reformulada por diversos pesquisadores. A partir de uma designação genérica de autoria, compreendemos que tal exclusão reflete o imaginário coletivo de prestígio das produções/dos autores estrangeiros, em detrimento do fazer científico nacional, potencializada quando envolvem percepções histórico-culturais de gênero.

5.3 APAGAMENTO POR ASSUNÇÃO DE AUTORIA

A categoria, que ora se inicia, reúne as produções científicas e suas formulações que emergem sentidos ao materializarem, pela linguagem, o apagamento de autoria. Numa relação entre memória e atualidade, voltamo-nos à busca por apreender o mesmo e o novo do que se diz, mas também o que não se diz. Por essa motivação, direcionamos o nosso olhar para as formas de retomada da teoria orlandiana – feitas nas publicações que seguem - sendo ditas em 3ª pessoa, por alguém que conhece e/ou reconhece Orlandi, e que é interpelada ideologicamente, colocando em funcionamento dizeres que se deslocam, se transformam e destinam à teórica um não-lugar.

Ao acessar mais um texto selecionado, vemos que nele o autor parafraseia a formulação teórica de Orlandi, promovendo derivação quando diz que:

RECORTE 18: “a significação do corpo está atrelada à materialidade do sujeito”.

Aqui, o auto, no lugar de “o corpo é a materialidade do sujeito”, reformula para “a significação do corpo está atrelada à materialidade do sujeito”. A locução verbal composta pelo verbo auxiliar ESTAR e o verbo principal ATRELAR faz significar que o corpo está ligado, mas não é a materialidade do sujeito. Sobre tal aspecto, Eni Orlandi (1990, p. 80) aborda que: “a linguagem é o limite mas é, ao mesmo tempo, a possibilidade de ultrapassar o limite, jogando com ele. Ela estanca, ela evoca. A repetição pode ruptura”. Depreende-se disso, quanto ao RECORTE 18 analisado, a ocorrência de ruptura dos sentidos estabilizados.

Outra questão a ser observada é: ainda que Orlandi tenha sido citada em vários outros momentos do trabalho, nessa parte do texto há uma apropriação da formulação da teórica, reformulando-a e não fazendo referência a ela. Esse acontecimento nos reporta à urgência de nos movimentarmos em favor de uma ciência decolonial. De certo, “fazemos a ciência que devemos e que sabemos. Mas os efeitos, os resultados de nossa produção nos são alienados na medida em que somos geridos por instituições - seja de governo ou de fomento - a que não temos sempre acesso no modo e momento de decisões” (Orlandi, 2017, p. 198-199). A legitimidade, portanto, do nosso fazer científico ainda se mostra sob o jugo da colonização, do silêncio de saberes insurgentes.

Mais uma publicação que nos serviu como objeto de investigação da presente tese traz os seguintes recortes:

**RECORTE 19: “a materialidade do sujeito é portanto, o corpo”
“o corpo então é o lugar onde o sujeito se materializa”**

“compreender o corpo como materialidade simbólico-discursiva”.

“Impossível não dizer do protagonismo das formulações de XXXX quando nos lembra que “se a materialidade do discurso é a língua, a materialidade do sujeito é o corpo”.

Nos três fragmentos presentes no trabalho acima, temos diferentes formulações para a mesma ideia e, quanto à referenciação de autoria, sofrem alternância. No primeiro, os autores partem de premissas da perspectiva materialista do discurso: a materialidade da ideologia = discurso, materialidade do discurso = língua, funcionamento da língua no sujeito, materialidade do sujeito = corpo. Aqui a memória discursiva constitui a reformulação da ideia orlandiana **“O corpo então é o lugar onde o sujeito se materializa”**. Corpo é movimento de textualização do

sujeito, gerando outros e novos sentidos. Cumpri-nos ressaltar, ainda, que nesse momento de citação indireta da ideia exposta, assim como no segundo excerto, não há menção à Orlandi.

Curiosamente, o terceiro fragmento, ora analisado, retoma a ideia-síntese da teoria orlandiana “a materialidade do sujeito é o corpo”, dessa vez associada à premissa pêcheutiana “a materialidade do discurso é a língua”, e faz menção à Leandro-Ferreira (2013), que tem posição na formulação de comentarista (“que nos lembra”). Mantém-se, portanto, o apagamento de referência à autoria de Orlandi nesse trabalho em análise.

Abaixo, um recorte de mais um texto que, na ocasião, serve-nos como objeto:

RECORTE 20: “O corpo significa porque é materialidade do sujeito”.

Novamente estamos diante de um RECORTE que retoma o dizer de Orlandi, promovendo deslocamento de sentidos. Segundo Orlandi, “O sujeito, ao ‘formular’ seus sentidos, inscreve-se necessariamente no interdiscurso (no já-dito). A formulação é determinada pela memória” (Orlandi, 1992, p. 143). Assim, quando o autor do trabalho supramencionado afirma que o corpo significa PORQUE é materialidade do sujeito, produz efeito de que a condição do corpo de significar está associada ao fato de ser a forma material do sujeito.

Para além disso, devemos destacar também que a falta (ou falha) pela omissão de referência à Orlandi se repete, produzindo sentidos que aqui refletimos: *o que significam as palavras desses pesquisadores quando atravessadas pelas determinações ideológicas relativas ao saber-poder? A memória discursiva produz quais ressonâncias? Não mencionar a autoria de Orlandi vai produzindo um referente invisível – a quem essa ideia é referenciada?*

Nesse momento, as lentes investigativas, portanto, voltam-se para analisar o seguinte excerto:

RECORTE 21: “potencializa o corpo como materialidade do sujeito diante do olhar do Outro”

Tal RECORTE junta-se ao anterior (RECORTE 20) para reforçar na análise a regularidade de formulações que emergem sentidos, que materializam o silenciamento histórico, fazendo acontecer o apagamento teórico. Numa relação

entre memória e atualidade, interessa-nos compreender como significam o mesmo e o novo do que se diz, como também o que não se diz. Aqui, então, analisamos a ocorrência de se retomar a teoria orlandiana formulada em 3ª pessoa (paráfrase) que produz sentido de que ela seja conhecida, mas nem sempre reconhecida. Disso depreendemos que a ideologia segue atuando no funcionamento dos dizeres, em processos de deslocamento e de transformação.

Por fim, apresentamos o último RECORTE da última publicação que selecionamos. Vejamos:

RECORTE 22: “corpo, enquanto materialidade que simboliza o sujeito”

Isso trouxe à cena o sentido de que o autor desse trabalho assume a autoria da ideia proposta por Orlandi. A materialidade discursiva analisada, que apresenta sua ideia sem referente, diz muito sobre o jogo de poder de colonização que legitima uns saberes e outros não. Tal política estruturante é fator determinante para que sujeitos/corpos, em posição de desprestígio, tenham sua produção científica ignorada. É digno de nota que, em outros momentos, assumem-se o agenciamento de lugares possíveis a serem ocupados. Remissões que não permitem a Eni Orlandi assumir o lugar de enunciação. Quando dão a Eni Orlandi o lugar de enunciação, ela protagoniza a dissonância dos sentidos hegemônicos.

Os textos aqui selecionados para análise apresentam ressonância de significação, noção trabalhada por Serrani-Infante (1994, p. 2) que entende “que se trata do efeito de vibração semântica entre duas ou mais unidades específicas ou modos de dizer, que tende a construir, na discursividade, a realidade (imaginária) de um sentido”. Para a nossa pesquisa, esse conceito nos serviu como método de análise de reproduções da ideia de corpo como materialidade do sujeito (Orlandi, 2012) a partir de RECORTES que compõem o *corpus* do presente trabalho.

Partindo da metodologia de Serrani-Infante, foi possível identificar os dois tipos básicos de ressonâncias funcionando nos RECORTES, tanto pelas “unidades específicas” (repetição de itens lexicais), quanto pelos “modos de dizer” (efeitos de sentido produzidos pela repetição). Da perspectiva que adotamos, entendemos que a variação entre concessão ou interdição de autoria denuncia ora a interpelação ideológica (ideologias hegemônicas excludentes), ora a falha na ritualização na língua, na ideologia, no discurso (Pêcheux, [1975] 1988, p. 300). De certo, os

processos sócio-históricos que envolvem a questão de hierarquização de gênero e a colonização da produção científica se materializam discursivamente pela linguagem.

O atravessamento ideológico promove a reprodução de modelos dos grandes clássicos legitimados pela ciência canônica, reforçada (retroalimentada) pela cultura hegemônica, como pesquisador ideal a ser aceito e validado. Dos processos sócio-históricos advêm os silenciamentos, as interdições, o não-lugar também nas produções científicas, o que faz significar o “apagamento da autoria” (Orlandi, 1992, p. 133). Mas, entendamos que “os sentidos não têm donos” (Orlandi, 1992, p. 134).

Ao longo da história, a produção científica já nos disse muito (e continua a nos dizer) sobre a sociedade, e é registro de lutas, lugar de investigação, manipulada (e que manipula), sendo sede da ambivalência entre controle e criatividade. Por isso, acreditamos na proposta de subversão à lógica capitalista, rompendo e abrindo fissuras no movimento de produção científica.

Se, por um lado, há o funcionamento histórico de uma Ciência (com ancoragem simbólica classificatória) interpelada ideologicamente por formações imaginárias da supremacia do eurocentrismo, do patriarcado – o que implica em saberes deslegitimados, assujeitamentos e interdições de culturas outras –, por outro lado, tem havido o funcionamento de uma “contraciência global” (Orlandi, 1992), que se materializa em saberes decoloniais, discursos de resistência que furam a estrutura dominante. Ou seja, uma posição-sujeito de resistência aos discursos dominantes.

Ao final da análise do corpus dessa pesquisa, constituído a partir da leitura de produções científicas que abordam a ideia de corpo em Eni Orlandi, notamos que dos 22 trabalhos selecionados, 12 fizeram o reconhecimento por referência teórica, quando os pesquisadores creditaram a autoria da ideia de corpo à Orlandi. Quanto aos demais, foi possível observar que 10 trabalhos omitiram a autoria orlandiana, cometendo apagamento. Desses, 5 apagaram por generalização e 5 por assunção de autoria.

Por fim, julgamos pertinente reiterar que a variação entre o apagamento e a referência muito diz (deixa escapar) o quanto no meio acadêmico e na produção científica ainda há predominância dos homens, os quais são facilmente tidos como autores. Nessa perspectiva, à mulher cabe o espaço secundário da produção do conhecimento, sendo-lhe atribuído o exercício de divulgadora, reprodutora de uma dada teoria ou uma ideia, para nós, no particular, de Orlandi.

Desse modo, insurge que as mulheres tenham suas vozes difundidas, creditadas e validadas no meio científico, para que assim, de fato, consigamos negociar um pacto civilizatório que atribua à mulher a sua condição de autora e produtora de ciência no Brasil, particularmente num contexto tão adverso para mulheres, quanto no cenário sulamericano. É imperativo que mulheres, autoras e criadoras de suas ideias e histórias tomem outras mulheres pela mão e contribuam para que a universidade seja um espaço em que não prevaleça apenas o discurso do homem, nem em que se reconheça exclusiva legitimidade ao fazer científico europeu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, gostaríamos de destacar que os achados da nossa investigação, cotejados com os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa, possibilitaram-nos, em algumas circunstâncias, confirmar algumas hipóteses que trazíamos no início da pesquisa, mas também refutar questões como de que sempre seria assegurada a autoria de Eni Orlandi nos trabalhos científicos realizados a partir da sua formulação, restritamente, nos que abordaram a ideia de corpo cunhada por Orlandi. Nesse cenário, o presente estudo foi se constituindo num processo de construção, desconstrução, reelaboração, com base em movimentos de aproximação, distanciamento e reaproximação com o objeto de estudo que tomamos como orientador da tese.

Essa pesquisa, que teve como **objetivo geral** *analisar a ideia de corpo na obra de Eni Orlandi e compreender seus efeitos em publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso (produzidas entre 2013-2023)*, lançou-se ao desafio de responder à **questão de pesquisa**: como a ideia de corpo enquanto materialidade do sujeito, construída por Orlandi (2012), é abordada nas publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso?

Ao final da análise do corpus dessa pesquisa, constituído a partir da leitura de produções científicas que abordam a ideia de corpo em Eni Orlandi, notamos que dos 22 trabalhos selecionados, 12 fizeram o reconhecimento por referência teórica, quando os pesquisadores creditaram a autoria da ideia de corpo à Orlandi. No que cerne aos demais, foi possível observar que 10 trabalhos omitiram a autoria orlandiana, cometendo apagamento. Desses, 5 apagaram por generalização e 5 por assunção de autoria.

Quanto aos objetivos da pesquisa, tomaremos um de cada vez, para avaliarmos os passos trilhados ao longo desta investigação e analisarmos as conclusões provisórias a que chegamos. A respeito do objetivo específico: *refletir sobre a contribuição e o legado de Eni Orlandi, ao definir o corpo como materialidade do sujeito*, observamos que a teórica constrói uma ideia robusta e que se sustenta, uma vez que, a partir da historiografia da linguística, ela propõe um conceito próprio, inaugurando uma perspectiva outra, sem perder de vista os

teóricos e as ideias que a antecederam, demonstrando claramente o seu pertencimento a essa vertente da AD materialista, mas trazendo avanços e novas epistemologias no marco teórico estruturado antes da sua formulação (a que nos propomos analisar).

Quanto ao propósito de demonstrar, a partir da História da Linguística, o processo de elaboração teórica do conceito de corpo, presente nas obras de Eni Orlandi, publicadas entre 1983-2017, o estudo revelou que a formulação conceitual de que o sujeito é materializado pelo corpo foi um construto iniciado com estudos preliminares desde 1983 e que foi sendo formulado após diferentes gestos de análise desenvolvidos pela teórica, sobretudo a partir do movimento interpretativo do espaço urbano. De acordo com nossa pesquisa, em 2012, então, Orlandi expressou pela primeira vez, em publicação científica, a ideia: “corpo é a materialidade do sujeito”, concebendo assim o corpo como a existência material do sujeito, como a sua forma simbólica (histórica e social) de presença contornada pela linguagem. De posse disso, importa reconhecermos que, julgamos a ideia orlandiana como um achado teórico crucial para os novos estudos realizados a partir da teoria da AD no/do Brasil que se voltam também à investigação dos discursos nas mais diferentes materialidades.

Partindo do intuito de identificar como se dá a atribuição de autoria da ideia orlandiana sobre corpo em publicações de pesquisadores brasileiros inscritos na perspectiva materialista do discurso, produzidas entre 2013-2023, foi possível perceber que os recortes analisados trouxeram consigo diferentes formas de abordagem. Como primeira categoria de análise – Referenciação de autoria –, alguns RECORTES mantiveram como regularidade atribuição de referência à obra da teórica de forma direta, explicitamente declarada, ou seja, os autores dos trabalhos científicos utilizaram de fragmentos do pensamento orlandiano, com citações diretas ou indiretas, a fim de respaldar e sustentar as suas respectivas argumentações, considerando que cada um deles abordou aspectos diferentes da teoria. Infere-se, a partir disso, que Eni Orlandi foi discursivamente (e devidamente) inscrita nesses trabalhos quanto à ideia por ela aventada.

Em outras produções científicas, entretanto, ainda na primeira categoria, a autoria estava velada/encoberta, quando o nome Orlandi foi associado ao conceito, mas não como uma autora clássica (aquela que produz teoria original), e sim como

comentadora (aquela que discute ideias de outros). A isso importa-nos chamar de produção científica colonial.

Nos recortes, reunidas numa segunda categoria de análise – *Apagamento por generalização* –, observamos que os pesquisadores omitem no registro o nome da teórica e que se dá em substituição a autoria genérica à AD e a outros autores. Desse modo, identificamos que essa autora, frente a seu feito, foi vítima de omissão, isto é, sofreu a ausência de menção de seu nome, configurando para nós o apagamento que traz à tona a existência da interpelação ideológica. Tal feito diz muito sobre o jogo de poder que legitima uns saberes e outros não. Nesse viés, a política estruturante é fator determinante para que sujeitos/autores, em posição de desprestígio, tenham suas ideias/teorias ignoradas, atribuídas a autores renomados ou subáreas da ciência, nesse caso aqui, da linguística.

Na terceira e última categoria, *“Apagamento por assunção de autoria”*, os pesquisadores não fazem nenhuma referência à autora, uma vez que os comentaristas assumem a origem do dizer. Assim como Orlandi, entendemos isso – no movimento de fazer ciência – como mecanismo de apagamento de autoria/silenciamento do autor, muito comum nos meios acadêmicos, o que mostra como a censura pode se dar entre iguais, não exercida necessariamente de cima para baixo.

Assim sendo, uma questão figurou como central nesse trabalho: apesar de a ideia do corpo como materialidade do sujeito, desenvolvida por Eni Orlandi, estar presente em vários trabalhos de pesquisadores diversos, nem sempre a mesma é apresentada – de maneira explícita – como autora da teoria. O que simploriamente pode ser compreendido como uma citação sem referência da autora, parafraseando Arendt (1999, p. 105), dizemos tratar-se de um discurso com “voz curiosamente descarnada”. Significa dizer que o corpo, dono da voz, não esteve presente no texto que cita, ou ainda que o sujeito-autor não esteve encarnado/materializado pelo corpo.

Em síntese, do que lemos, é possível afirmar que existem trabalhos que abordam a ideia orlandiana conferindo autoria, uns de forma direta - declarando a teórica e validando sua criação científica - outros, mencionando referência da autora, mas sem defender a legitimidade da ideia. Além disso, os estudos nos revelaram que há pesquisas que omitem a referência, como gesto de apagamento por generalização ou por assunção de autoria.

É digno de nota que, nesses momentos de apagamento da merecida autoria à Orlandi pela ideia aventada, os pesquisadores citantes assumem o agenciamento ao ocuparem o lugar de autor(a), remissão que não permite à teórica assumir seu lugar de enunciação. Contudo, é fato que, nesse lugar de dizer, Orlandi já se mostrou protagonista e assumiu a postura de um fazer científico descolonial, que se mostra dissonante dos sentidos hegemônicos, mantenedores de prestigiados e de legitimados pela lógica da colonização científica.

Na análise dos recortes selecionados para esse estudo, foi estabelecido enquanto desígnio *verificar quais as derivas de sentido na aplicação da ideia orlandiana*. A partir delas pudemos atestar que ao repetir o discurso “o corpo como materialidade do sujeito”, apresentando outras reformulações não só reforça o efeito de sentido, como também promove mudanças adicionando sentidos outros. O enunciado é ressignificado ao ser repetido graças às condições de produção que afetam o sujeito a dizer de um jeito e não de outro.

Enquanto Eni Orlandi define corpo como materialidade do sujeito, de maneira tácita, alguns pesquisadores, em seus trabalhos, ao utilizarem a conjunção “se” – que significa condição/possibilidade – produz sentido de que o autor do trabalho não confere o *status* de teoria à ideia cunhada por Orlandi. Dessa maneira, deixa de fixar a ideia orlandiana, produzindo um significado de relativização, uma vez que não afirma de maneira declaratória. Mesmo que aqui se perceba uma retomada do dizer, não é possível tomá-lo pelo dizer de da teórica, já que a repetição não garantiu a simetria de sentidos.

Sumariamente, ao fazer uso de uma construção textual em que a indeterminação na definição de corpo situa a teoria no entre-lugar do sentido. E, partindo do princípio de que a língua é um sistema falho, nos parece que a autora, ao escolher essa forma de mencionar a teoria orlandiana, o fez inconscientemente, substituindo uma expressão por outra.

A pesquisa também apontou para o reconhecimento da pesquisadora e a legitimidade de seu fazer científico, o que toca na política de silêncio (já enunciada por Orlandi, em 1992) associada à política de invisibilidade de sujeitos. Dizemos isso pois lamentamos o fato de que permanece um sistema de divisão e hierarquização do fazer científico pautado nas desigualdades de gênero, de territorialidade, de raça etc. Inegavelmente, as formulações de Orlandi (que sabemos remeter a outras anteriores), também move significados outros (que compreendemos merecer

legitimidade) e apontam para o que ainda virá, porque, considerando a relação de sentidos, elas são sempre incompletas, logo, não se fecham.

E que bom que, enquanto o eurocentrismo estabelece o pacto naturalizado de supremacia do conhecimento, Orlandi aproveitou a fissura para corporificar o saber brasileiro. Dada a divisão política do espaço científico – mulher x homem, norte x sul, nacional x estrangeiro, brancos x não-brancos – ela além de não se identificar com o sentido hegemônico de legitimação do saber, também rompeu com o espaço normatizado e previsível da Ciência produzida por mulher brasileira. Cabe dizer também, que a resistência aos processos históricos ideológicos de controle se materializaram, e ainda se materializam, em teorias desenvolvidas pela pesquisadora e aventadas em solo nacional, tornando-se de uma das formas possíveis de sua individuação.

De certo, considerando que a própria linguagem está investida de sentidos (indistintos e incertos) – de como os corpos se apresentam e como significam –, a mudança na forma de abordagem não mudará a realidade de ser um sujeito mulher, brasileira, latino-americana, contudo - conquistando espaços de significação - ela vai se significar e significar sua condição de outras maneiras possíveis, o que resultará na mudança de como a sociedade irá significar, de como a comunidade acadêmica significará, a partir de então, a teorização legítima de Eni Orlandi. Isso é o que profundamente desejamos, desde o início, com esse trabalho.

Por fim, resta-nos dizer que essa investigação se coloca na esteira da trajetória que necessita ser percorrida pela Ciência no Brasil, na direção do reconhecimento e da legitimação do fazer científico de tantas outras mulheres/pesquisadoras brasileiras. Considerando que tais estudos, ainda, são pouco frequentes no país, a presente tese se coloca na condição de um estudo preliminar, inconcluso, que carece de outros tantos investimentos, a fim de que, toda produção científica abissal, independente de gênero, etnia, classe, território, ocupe seu lugar de fato e de direito.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, G.; BECK, M.; BULHÕES, L. F.; ESTEVES, P. M. da S.; FONSECA, R. O.; NOGUEIRA, L.; SILVA SOBRINHO, H. F. da; SILVEIRA, J. da (Orgs.). **Encontros na análise de discurso: Efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. (Orgs.). **Los desafíos coloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. 1. ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **Da Renascença às Luzes**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. v. 1.
- CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo: As mutações do olhar: o século XX**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. v.3, 615 p.
- COSTA, G. Habitar o insabido: encontro, travessia, invenção. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 2, n. 1, p. 36-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/2790>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- COURTINE, J. J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo: As mutações do olhar: o século XX**. 5. ed. v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 253-340.
- COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DE CLERCQ, J.; SWIGGERS, P. L'histoire de la linguistique: "L'autre histoire" et l'histoire d'une histoire. In: FELDBUSCH, Elisabeth; POGARELL Reiner; WEISS, Cornelia. **Neue Fragen der Linguistik**. v. 1, p. 15-22. Tübingen: Niemeyer. 1991.
- FERREIRA, M. C. L. O discurso do corpo. In: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A. M. V. (Orgs.). **Trilhas de investigação: A pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011.
- FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (Orgs.) **O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GROSFOGUEL, R. Do «extrativismo económico» ao «extrativismo epistêmico» e «extrativismo ontológico»: uma forma destrutiva de conhecer, ser e estar no mundo. **Tabula Rasa**, n. 24, p. 123-143, 2016.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.) Apresentação. In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. **Língua e Cidadania**: O Português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, I. Uma poética da falha. In: DIAS, C. C.; COSTA, G. C. da; BARBAI, M. A. (Org.). **Manifesto Silêncio**: uma leitura da obra de Eni P. Orlandi. 1. ed. Campinas, SP : Pontes Editores, 2023.

MIGNOLO, W. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. Tradução André Langer. **Revista IHU**, São Leopoldo, jul. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533148-o-controle-dos-corpos-e-dos-saberes-entrevista-com-walter-mignolo> Acesso em: 05 dez. 2023.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Forum Linguist**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016.

NICOLINI, V.; PEREZ, K. V. (In)tratável. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre , v. 11, n. 1, p. 65-81, abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.99603>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2021000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2024.

ORLANDI, E. de L. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, [1983] 1987. 276 p.

ORLANDI, E. de L. P. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, E. de L. P. **Ética e Política Linguística**, Línguas e Instrumentos Linguísticos, 1. Campinas: Pontes/Projeto HIL, Janeiro/Junho 1998.

ORLANDI, E. de L. P. Introdução: a leitura proposta e os leitores possíveis. In ORLANDI, E. P. (Org). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 7-24.

ORLANDI, E. de L. P. (Org). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. São Paulo: Pontes, [1993] 2001. 171 p.

ORLANDI, E. de L. P. Prefácio. In: **Língua e Conhecimento Linguístico**. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. de L. P. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação**. Campinas: Pontes, 2003, p. 13-19.

ORLANDI, E. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo. In: II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, **Anais...**, 2005, Porto Alegre. UFRGS, 2005. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2012.

ORLANDI, E. de L. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2007a.

ORLANDI, E. de L. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, [1992] 2007b. 181 p.

ORLANDI, E. de L. P. **Discurso e texto: Formação e Circulação dos Sentidos**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, [2001] 2008.

ORLANDI, E. de L. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, [1988] 2012a. 160 p.

ORLANDI, E. de L. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. São Paulo: Pontes Editores, [1999] 2012b. 100 p.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012c.

ORLANDI, E. de L. P. 1ª Parte. In: **Ciências da Linguagem e Política**. Campinas: Pontes, 2014.

ORLANDI, E. de L. P. Internacionalização, mundialização e colonização científica. In: **Eu, Tu Ele**. Discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. de L. P. Entrevista. In: OLIVEIRA, G. A. De. (Org.) **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Unicamp: São Paulo, 2019.

ORLANDI, E. De L. P. Entrevista com Eni Orlandi: “Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar”. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de. et al. (orgs.). **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. p. 21-90.

ORLANDI, E. de L. P. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 26 nov. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Unicamp, [1969] 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982] 1994. p. 55-66.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 1983.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Trad. e Introd. José Horta Nunes. 4a ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1988.

PFEIFFER, C. C. Instauração de um lugar de pesquisa, de uma posição pesquisadora – tributo a Eni Orlandi. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 2, n. 1, p. 29-35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/2788/2239>. Acesso em: 22 jan. 2024.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, p. 9-31, 2005.

ROSA, J. G. **Tutaméia**: terceiras estórias. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SERRANI-INFANTE, S. A. Análise de ressonâncias discursivas em micro-cenas para estudo da identidade lingüístico-cultural. In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. nº 24, Campinas, IEL-UNICAMP. p. 79-90, Jul./Dez. 1994.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SWIGGERS, P.; DESMET, P.; JOOKEN, L. Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography. In: SCHMITTER, P.; VAN DER WAL, M. **Metahistoriography**. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics. Münster: Nodus. 1998a, p. 29-59.

SWIGGERS, P.; DESMET, P.; JOOKEN, L. History, Historiography, Metahistoriography: The (Non Trivial?) Sign of Three; History, Where are You? In: SCHMITTER, P.; VAN DER WAL, M. **Metahistoriography**. Theoretical and

Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics. Münster: Nodus 1998b. p. 77-85.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Rio de Janeiro, **Confluência**, n. 44-45, 2013.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. **Revista Eutomia**, Ano III, v. 2, dez. 2010.

SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. The Concept of “Grammar” in Antiquity. In: HASSLER, G. **The History of Linguistics in Texts and Concepts**. v. I. Münster: Nodus, 2004. p. 73-85.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography in Brazil: impressions and reflections. In: POLACHINI, Bruna et al. (Orgs.). **Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII Mini Enapol de Historiografia Linguística (2013)**. São Paulo, FFLCH/USP, v. 1, p. 1-160, 2015.

TIBURI, M. **Feminismo em Comum: Para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VINHAS, L. I. **Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ZOPPIN FONTANA, M. G.; FONTANA, L. da S. Corpo, gênero e raça: reflexões sobre uma abordagem discursiva do corpo. In: FERREIRA, M. C. L.; VINHAS, L. I. (Orgs.) **O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 57-87.

APÊNDICE A – LISTAGEM E ORGANIZAÇÃO DE OBRAS

Tabela 1: Relação de livros publicados/organizados²²

| Nº | TÍTULO | ANO | AUTORIA |
|-----------|--|------------|----------------|
| 1. | A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso | 1983 | PUBLICADO |
| 2. | O que é lingüística? | 1986 | PUBLICADO |
| 3. | Palavra, fé, poder | 1987 | ORGANIZADO |
| 4. | A leitura e os leitores | 1988 | ORGANIZADO |
| 5. | Discurso e Leitura | 1988 | PUBLICADO |
| 6. | Política lingüística na América Latina | 1988 | ORGANIZADO |
| 7. | Vozes em contraste | 1989 | PUBLICADO |
| 8. | Análise de discurso: princípios e procedimentos | 1990 | PUBLICADO |
| 9. | Terra à vista | 1990 | PUBLICADO |
| 10. | Discurso indígena: a materialidade da língua e o movimento da identidade | 1991 | PUBLICADO |
| 11. | As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos | 1992 | PUBLICADO |
| 12. | Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. | 1993 | ORGANIZADO |
| 13. | Gestos de Leitura: da história no discurso | 1994 | ORGANIZADO |
| 14. | Les Formes du Silence | 1995 | PUBLICADO |
| 15. | Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico | 1996 | PUBLICADO |
| 16. | Língua e Cidadania: o Português do Brasil | 1996 | PUBLICADO |
| 17. | Sociedade e linguagem | 1997 | ORGANIZADO |
| 18. | Papel da memória | 1999 | PUBLICADO |
| 19. | Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos | 2001 | PUBLICADO |
| 20. | Cidade atravessada - Os sentidos do público no espaço urbano | 2001 | PUBLICADO |
| 21. | História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional | 2001 | PUBLICADO |
| 22. | Língua e conhecimento lingüístico | 2002 | PUBLICADO |
| 23. | Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias linguísticas | 2002 | ORGANIZAÇÃO |
| 24. | Para uma enciclopédia da cidade | 2003 | PUBLICADO |
| 25. | Cidade dos sentidos | 2004 | PUBLICADO |
| 26. | Discurso e textualidade | 2006 | ORGANIZADO |

²² Informações extraídas do Currículo Lattes da pesquisadora, pelo endereço <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>.

| | | | |
|-----|---|------|------------|
| 27. | Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil | 2007 | PUBLICADO |
| 28. | Política lingüística no Brasil | 2007 | PUBLICADO |
| 29. | Língua Brasileira e outras Histórias - Discurso sobre a língua e ensino no Brasil | 2009 | PUBLICADO |
| 30. | Discurso e Políticas Públicas Urbanas - A Fabricação do Consenso | 2010 | PUBLICADO |
| 31. | Análise de Discurso Michel Pêcheux Textos escolhidos por Eni P. Orlandi | 2011 | PUBLICADO |
| 32. | La construction du Brésil - á propos des discours français sur la découverte | 2011 | PUBLICADO |
| 33. | Discurso, Espaço, Memória - Caminhos da identidade no sul de Minas | 2011 | PUBLICADO |
| 34. | Discurso em Análise - Sujeito, Sentido, Ideologia | 2012 | PUBLICADO |
| 35. | Anais do Enelin | 2012 | PUBLICADO |
| 36. | Análisis de Discurso | 2012 | PUBLICADO |
| 37. | V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem: linguagem, sociedade, políticas | 2013 | ORGANIZADO |
| 38. | Anais do ENELIN do V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem: Linguagem, sociedade, políticas | 2013 | PUBLICADO |
| 39. | Discursos sobre a inclusão | 2014 | ORGANIZADO |
| 40. | Linguagem, Sociedade, Políticas. | 2014 | PUBLICADO |
| 41. | Ciência da Linguagem e Política: Anotações ao pé das Letras | 2014 | PUBLICADO |
| 42. | Caderno de Resumos do III Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses | 2014 | ORGANIZADO |
| 43. | 4º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses | 2016 | ORGANIZADO |
| 44. | Trilogia da Diversidade - Cultura e Diversidade | 2016 | ORGANIZADO |
| 45. | Linguagem, Tecnologia e Espaço Social | 2016 | ORGANIZADO |
| 46. | Anais do Enelin 2015 - Linguagem, tecnologia e espaço social | 2016 | ORGANIZADO |
| 47. | Instituição, relatos e lendas: narrativa e individualização dos sujeitos | 2016 | ORGANIZADO |

| | | | |
|-----|--|------|------------|
| 48. | Le forme del silenzionel movimento del senso | 2016 | PUBLICADO |
| 49. | Eu, Tu, Ele - Discurso e Real da História | 2017 | PUBLICADO |
| 50. | Linguagem, Instituições e Práticas Sociais | 2018 | ORGANIZADO |
| 51. | Las formas del silencio | 2021 | PUBLICADO |
| 52. | Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises | 2023 | PUBLICADO |

Tabela 2: Relação de capítulos de livros²³

| Nº | CAPÍTULO | ANO | TÍTULO |
|-----------|--|------------|--|
| 1. | Entrevista com Eni Orlandi. | 2023 | Encontros com professoras - pesquisadoras: educação, práxis e discurso Joyce Palha Colaça; Michel Marques de faria; Thaís de Araujo Costa. (Org.) |
| 2. | Análise de Discurso: uma ciência da linguagem. | 2023 | Diálogos com analistas do discurso. Reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje Evandra Grigoletto; Thiago César da Costa Carneiro (Org). |
| 3. | L´analysedudiscours: une sciencedulangage. | 2023 | Dialogue avecdesanalystesdudiscours Evandra Grigoletto; Thiago César da Costa Carneiro (Org). |
| 4. | O corpo na Análise de Discurso: entrevista com EniOrlandi. | 2023 | O corpo na análise de discurso - Conceito em movimento Maria Cristina Leandro Ferreira; Luciana Vinhas. (Org.) |
| 5. | A charge como crônica visual: a metáfora da violência. | 2023 | Práticas de leitura e escrita no Proletras C´ceres: desafios e possibilidades José L. Lima; Maristela C. Sarian; Maria José L de F Barbosa, Sandra R de Almeida Cabral Hayoshida; Vera R M e Silva. (Org.) |

²³ Inormações extraídas do Currículo Lattes da pesquisadora, pelo endereço <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>.

| | | | |
|-----|--|------|--|
| 6. | Violação ético-política da significação e silêncio. | 2023 | Manifesto Silêncio - uma leitura da obra de Eni P. Orlandi Cristiane Costa Dias; Greciely Cristina da Costa; Marcos A. Barbai. (Org.) |
| 7. | Sobre Discurso e Argumentação. | 2023 | Análise de Discurso em rede: cultura e mídia Andrea B. Flores; Solange M. L. Gallo; Nádia R. M. Neckel; Andréia S. Daltoé. (Org.) |
| 8. | Escritos e sussurros. | 2022 | Língua, Conhecimento, História Élcio Aloisio Fragoso; Juciele Pereira Dias. (Org.) |
| 9. | Sobre metáfora, memória e significância. | 2022 | Trajetos equívocos: discurso, deslimite e resistência Luciana Lost Vinhas; Luciene de Campos; Renata M. Lara. (Org.) |
| 10. | Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. | 2022 | Conhecimento, Ensino e Política de Línguas na Amazônia Élcio Aloisio Fragoso; Quesler Fagundes Camargo; Sydney da Silva Facundes. (Org.) |
| 11. | Da argumentação na Análise de Discurso. | 2021 | Rede de afetos em discurso J. dos Santos Biziak; Fernando Pereira; Sheila Maria Resende-Soares. (Org.) |
| 12. | A terra não é plana e o mundo das palavras não tem só dois lados: ainda o silêncio em suas novas formas. | 2021 | Ousar se revoltar E. Grigoletto; F.S. De Nardi; H. F. da S. Sobrinho. (Org.) |
| 13. | Artefato, metaforização e ciências humanas. | 2020 | Artefatos de Leitura Cristiane P. C. Dias; Greciely C. da Costa; Marcos A. Barbai. (Org.) |
| 14. | Entrevista com Eni Orlandi "Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar". | 2019 | Encontros na Análise de Discurso - efeitos de sentidos entre continentes Guilherme Adorno de Oliveira; Luciana Nogueira. (Org.) |
| 15. | A secretária: um obstáculo ao exercício dos Direitos Humanos? Cotidiano e burocracia. | 2019 | O Discurso nas fronteiras do social Flávio Benayon; Guilherme Adorno; Liliane Anjos; Mirielly Ferraça; Rogério Modesto; Romulo Osthues. (Org.) |

| | | | |
|-----|---|--------------|--|
| 16. | L'analisi del discorso in Brasile. | 2019 | Condivisione di saperi e influenza culturale: l'analisi del discorso "alla francese" al di fuori della Francia Rachele Raus (Tradutor) Prefazione di P. Paissa |
| 17. | Política e Silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. | 2019 | Silêncio, Memória, Resistência: a política e o político no Discurso. Evandra Grigoletto; Fabiele Stockmans de Nardi; Helson Flávio da Silva Sobrinho. (Org.) |
| 18. | Sujeitos invisíveis: sujeitos à interpretação. | 2018 | Linguagem, Instituições e Práticas Sociais Eni P. Orlandi; Débora Massmann; Andréa S. Domingues. (Org.) |
| 19. | Texte et discours: quand dire c'est (se) signifier. | 2018 | Texte et discours en confrontation dans l'espace européen : D. Ablali, Guy Achard-Bayle, Sandrine Reboul-Touré, M. Temmar. (Org.) |
| 20. | Ética, Ciência, Ideologia e Interpretação. | 2018 | Ciências da Linguagem e a(s) voz(es) e o(s) silenciamento(s) de vulneráveis: Reflexão e Práxis - Homenagem ao prof. Luiz Antonio Marcuschi Roberto Leiser; et alii. (Org.) |
| 21. | Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. | 2016 | Instituições, relatos e lendas - Narratividade e individualização dos sujeitos Eni Puccinelli Orlandi. (Org.) |
| 22. | Apontamentos sobre discurso, imaginário social e conhecimento. | 2016 | Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso Ruberval Ferreira; Kanavilil Rajagopalan. (Org.) |
| 23. | Ser Diferente é ser Diferente - a quem interessam as minorias. | 2016 2014 | Trilogia da Diversidade - Sociedade e Diversidade Linguagem, Sociedade, Políticas Renata C. Bianchi; Juliana S. Cavallari. (Org.) |

| | | | |
|-----|--|------|---|
| 24. | La fondation d'un État: la ville de São Salvador, Brésil. | 2015 | Langages, politique, histoire avec Jean-Claude Zancarini Romain Descendre e Jean-Louis Fournel. (Org.) |
| 25. | Na trilha: teoria, autoria, reescrita. | 2015 | Análise do Discurso Dos fundamentos aos desdobramentos Freda Indursky; Maria Cristina L. Ferreira; Solange Mittmann. (Org.) |
| 26. | O Método em Análise de Discurso: uma prática de reflexão. | 2014 | Linguagem e Discurso Marchori, Marlene. (Org.) |
| 27. | L'ordre des mots et la langue brésilienne. | 2014 | Penser l'histoire des savoirs linguistiques - Hommage à Sylvain Auroux S. Archaimbault; J-M. Fournier; V. Raby. (Org.) |
| 28. | Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. | 2014 | Discursos sobre a Inclusão Eliana Lucia Ferreira; Eni P. Orlandi. (Org.) |
| 29. | A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. | 2013 | Formas de mobilidade no espaço E-urbano: sentido e materialidade digital Cristiane Dias. (Org.) |
| 30. | Discurso científico e interpretação: uma questão para o cientista. | 2013 | Comunicação, Discurso, Organizações Ivone de Lourdes Oliveira; Marlene Marchiori. (Org.) |
| 31. | Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a Propaganda de Estado. | 2013 | Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise Verli Petri; Cristiane Dias. (Org.) |
| 32. | Événement discursif, mémoire et interprétation: à propos du documentaire São Carlos/1968 | 2013 | Dire l'événement - langage, mémoire, société D. Londrei; S. Moirand; S. Reboul-Touré; L. Reggiani. (Org.) |
| 33. | Análise de Discurso, Ciência e Atualidade. | 2013 | O Acontecimento do Discurso no Brasil Freda Indursky; Maria Cristina L. Ferreira; Solange Mittmann. (Org.) |
| 34. | A Palavra Dança e o Mundo Roda: Polícia! | 2013 | Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 anos de história Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. (Org.) |
| 35. | Processo de significação, corpo e sujeito. | 2012 | Sujeito, corpo, sentidos Aline Fernandes Azevedo. (Org.) |

| | | | |
|-----|--|------|---|
| 36. | Uncorpstextuel. | 2012 | L'hétérogène à l'oeuvre dans la langue et les discours S.Branca-Rosoff; C. Doquet; J. Lefebvre; E. Oppermann-Marsaux; S. Pétilion; F. Sitri. (Org.) |
| 37. | Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. | 2012 | Sujeito, Sociedade, Sentidos Guilherme Carrozza; Mirian dos Santos; Telma Domingues da Silva. (Org.) |
| 38. | O verbete hipercorreção em alguns Dicionários e a proposta de um deslocamento teórico. AZAMBUJA, E. B. ; ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli ; ALMEIDA, E. | 2012 | Redes Discursivas: a lingua(gem) na pós-graduação Olimpia Maluf-Souza; Valdir Silva; Eliana de Almeida; Leila Salomão Jacob Bisinoto. (Org.) |
| 39. | Historicité, individuetsociétécontemporaine: quelsens a la violence? | 2012 | L'analyse de discours dans la société: engagement du chercheur et demande sociale F. Sitri, F.Pugnière-Saavedra e Marie Veinard. (Org.) |
| 40. | Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. | 2011 | Discurso, espaço, Memória - caminhos da identidade no sul de Minas Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. (Org.) |
| 41. | Conhecimento e relação entre diferentes tradições intelectuais e linguísticas. | 2011 | Ciência da Linguagem e didática das línguas Véronique BraunDahlet. (Org.) |
| 42. | Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. | 2011 | Leituras do Político Ana Zandwais; Lucília Maria Sousa Romão. (Org.) |
| 43. | Língua, Comunidade e relações sociais no espaço digital. | 2011 | E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital[online] Cristiane Dias. (Org.) |
| 44. | La notion de langue nationale: où la théorie manque et la langue déborde. | 2011 | Langue(s). Langage(s). Histoire(s) VELMEZOVA, Ekaterina. (Org.) |
| 45. | Formas de Individuação do Sujeito Feminino e Sociedade Contemporânea: O Caso da Delinquência. | 2010 | Discurso e Políticas Públicas Urbanas - A Fabricação do Consenso Orlandi, Eni Puccinelli. (Org.) |
| 46. | Processo de descolonização lingüística: as representações da língua nacional. | 2009 | África-Brasil: caminhos da língua portuguesa Charlotte Galves. (Org.) |

| | | | |
|-----|--|------|---|
| 47. | Nos primórdios do acontecimento lingüístico da colonização: "Porque das cousas nascem as palavras, e não das palavras, as cousas". | 2009 | Fernão de Oliveira - Um gramático na história Maria Bernadete Abaurre; Claudia Pfeiffer; Juanito Avelar. (Org.) |
| 48. | Terrorismo: uma difícil tarefa de definição. | 2009 | Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação (no interior da série 'Trilhas Lingüísticas') Letícia Marcondes Rezende; Bento Carlos Dias da Silva; Juliana Bertucci Barbosa. (Org.) |
| 49. | Educação em direitos humanos: um discurso. | 2008 | Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos Rosa Maria Godoy Silveira etalii. (Org.) |
| 50. | Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. | 2008 | Análise do discurso: heranças, métodos e objetos Vanice Sargentini; Maria do Rosário Gregolin. (Org.) |
| 51. | On the Notion of Structure and Structuralism in Brazil. | 2007 | History of Linguistics 2002 Eduardo Guimarães; Diana Luz Pessoa de Barros. (Org.) |
| 52. | Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo. | 2007 | Política lingüística no Brasil Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. (Org.) |
| 53. | L'analyse de discours et ses entre-deux: notes sur son histoire au Brésil. | 2007 | Un dialogue atlantique: production de sciences de la langue au Brésil Eni P. Orlandi; Eduardo R.J. Guimarães. (Org.) |
| 54. | O conhecimento sobre a linguagem. ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira | 2006 | Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento PFEIFFER, C.C.; NUNES, J.H.. (Org.) |
| 55. | À flor da pele: indivíduo e sociedade. | 2006 | A escrita e os escritos: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise Bethania Mariani. (Org.) |
| 56. | Análise de Discurso. | 2006 | Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade Eni Orlandi; Suzy Lagazzi. (Org.) |
| 57. | O contato entre línguas e a relação com o outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. | 2005 | Sentido e Memória E. Guimarães; M. R. Brum de Paula. (Org.) |

| | | | |
|-----|---|------|---|
| 58. | População urbana e seus modos de vida. | 2004 | Giros na cidade Rosângela Morello, (Org.) |
| 59. | A representação do outro na língua: uma releitura de Serafim da Silva Neto. | 2004 | Sentido, memória, sociedade Eduardo Guimarães. (Org.) |
| 60. | Colonização, globalização, tradução e autoria científica. | 2003 | Produção e circulação do conhecimento Eduardo Guimarães. (Org.) |
| 61. | Ler a cidade: o arquivo e a memória (apresentação). | 2003 | Para uma enciclopédia da cidade Eni P. Orlandi. (Org.) |
| 62. | Polissêmico. | 2003 | Para uma enciclopédia da cidade Eni P. Orlandi. (Org.) |
| 63. | Palavra de amor. | 2003 | Saudades da Língua: a Lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem Albano, E.; Coudry, M. I.; Alkmim, T; Possenti, Sirio (orgs.). (Org.) |
| 64. | Coreografar: inscrever significativamente o corpo no espaço. | 2002 | Interfaces da dança Eliana Lucia Ferreira. (Org.) |
| 65. | O corpo que dança. | 2002 | Dança em cadeira de rodas Eliana Lucia Ferreira. (Org.) |
| 66. | Unpointc'esttout. Interdiscours, incomplétude, textualisation. | 2002 | Figures d'AJout Jacqueline Authier-Revuz. (Org.) |
| 67. | Ir ao Congresso: fazer história das idéiaslingüísticas? | 2002 | Institucionalização dos Estudos da Linguagem Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi; Eduardo R. J. Guimarães. (Org.) |
| 68. | Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. | 2001 | História das IdéiasLingüísticas no Brasil Eni PulcinelliOrlandi. (Org.) |
| 69. | Tralhas e troços: o flagrante urbano. | 2001 | Cidade atravessada Eni PulcinelliOrlandi. (Org.) |
| 70. | Divulgação científica e efeito-leitor: uma política social urbana. | 2001 | Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade Eduardo Guimarães. (Org.) |
| 71. | Lerapport: grammaire, philosophie, linguistique. | 2001 | Metalanguage etterminologielinguistique B. Colombat. (Org.) |
| 72. | Entrar na sociedade geral dos cidadãos. | 2000 | Os discursos do descobrimento Diana L.P. de Barros. (Org.) |

| | | | |
|-----|---|------|--|
| 73. | Rumeursetsilences: trajetsdessens, lesparcoursdudire. | 2000 | Hypothèses 2000 Cl. Gauvard. (Org.) |
| 74. | Maio de 1968: nos limites dos sentidos. | 1999 | Utopia e distopia A. Scherer. (Org.) |
| 75. | Maio de 1968: os Silêncios da Memória. | 1999 | Papel da memória Pierre ACHARD et al. (orgs) |
| 76. | Conhecimento de linguagem: filosofias espontâneas. | 1999 | Múltiplos territórios da Análise de Discurso Freda Indursky; M.C. Ferreira. (Org.) |
| 77. | Análise de discurso: método, objeto. | 1999 | Análise de discurso P. Sériot. (Org.) |
| 78. | Identidade Lingüística Escolar. | 1998 | Língua(gem) e identidade Inês Signorini. (Org.) |
| 79. | A leitura proposta e os leitores possíveis. | 1998 | A leitura e os leitores Eni Orlandi. (Org.) |
| 80. | O saber, a língua, a história. | 1998 | Linguística e ensino Loni G. Cabral e E. Gorski. (Org.) |
| 81. | Lediscoursfondateurs de la Brésiliannité. | 1998 | NaissenceduBrésilModerne Idelette Muzart. (Org.) |
| 82. | Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. | 1996 | Linguagem e Sociedade Octávio Ianni; Marisa Philbert Lajolo; Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi. (Org.) |
| 83. | O discurso da educação ambiental. | 1996 | Avaliando a educação ambiental no Brasil Raquel Setzer. (Org.) |
| 84. | Efeitos do verbal sobre o não-verbal. | 1996 | As múltiplas faces da linguagem Izabel Magalhães. (Org.) |
| 85. | Uma amizade firme. | 1994 | Gestos de Leitura Eni Orlandi. (Org.) |
| 86. | Silence, sujet, histoire. | 1993 | Esprit etsociété Anne Decrosse. (Org.) |
| 87. | Vão surgindo os sentidos. | 1993 | Discurso fundador Eni Orlandi. (Org.) |
| 88. | HeterogeneitesDiscursivesE tSilences. | 1990 | LE SENS ET SES HETEROGENEITES Herman Parret. (Org.) |
| 89. | Silêncio e implícito. | 1989 | História e sentido na linguagem Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. (Org.) |
| 90. | O inteligível, o interpretável e o compreensível. | 1988 | Leitura: perspectivas interdisciplinares Regina Silva Zilberman; Ezequiel Theodoro da Silva. (Org.) |
| 91. | A incompletude do sujeito. | 1988 | Sujeito e texto Sílvia Lane. (Org.) |

| | | | |
|-----|--------------------------|------|--|
| 92. | Ilusões da/na linguagem. | 1987 | Foucault vivo Ítalo Tronca. (Org.) |
| 93. | As formas do falso. | 1987 | Palavra Fé Poder Eni Orlandi. (Org.) |

Tabela 3: Relação de artigos publicados²⁴

| Nº | ARTIGO | ANO | PERIÓDICO |
|-----------|---|------------|---|
| 1. | Médias etvérité: lebrouhaha qui assourditlesens. | 2022 | OPENEDITION JOURNALES |
| 2. | Entrevista: 23 anos da obra Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. | 2022 | REVISTA EVENTOS PEDAGÓGICOS (UNEMAT- Sinop) |
| 3. | A latência dos sentidos na pulsação da história. | 2022 | CADERNO DE LETRAS (UFPEL) |
| 4. | Gramática e Discurso - pensamentos latentes e expressões de situação. | 2022 | LÍNGUA E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS |
| 5. | Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. | 2022 | RUA |
| 6. | Processo discursivo, (re)escrita e ensino. | 2022 | Revista Leitura |
| 7. | Lenguaje, sujetos, resistencia. Polyphonia. | 2022 | Revista de Educación Inclusiva |
| 8. | Publicidade contra a violência no namoro: uma abordagem discursiva. | 2022 | RUA |
| 9. | Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. | 2021 | CADERNOS DE LINGUÍSTICA (UFSCar) |
| 10. | Entrevista com EniOrlandi. | 2021 | TRIÁDE: COMUNICAÇÃO, CULTURA E MÍDIA (UNISO) |
| 11. | Entrevista com EniOrlandi. | 2020 | PENSARES EM REVISTA (UERJ) |
| 12. | Nas fronteiras da Linguagem, uma geração: da rebeldia e da responsabilidade. | 2020 | CADERNOS DE LINGUÍSTICA (UFSCar) |
| 13. | Práticas sociais de fabricação da memória. | 2020 | RUA (UNICAMP) |
| 14. | Entrevista com EniOrlandi por E. Grigoletto e B. Mariani. | 2020 | REVISTA DA ABRALIN |
| 15. | L´analysedudiscours au Brésil. | 2019 | ESSAIS FRANCOPHONES COLLECTION (GERFLINT) |

²⁴ Informações extraídas do Currículo Lattes da pesquisadora, pelo endereço <http://lattes.cnpq.br/3674250332927722>.

| | | | |
|-----|---|------|---|
| 16. | A análise de discurso é possível? | 2019 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 17. | Uma obra fundadora e a construção de um novo objeto. | 2019 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 18. | Entre Letras, o Mundo. | 2018 | ENTREMEIOS (UFMG) |
| 19. | Alarido e Silêncio. | 2017 | REVISTA LINGUAGEM (INSTITUTO LANGAGE) |
| 20. | Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. | 2016 | REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DO DISCURSO (UNB) |
| 21. | Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. | 2015 | RUA (UNICAMP) |
| 22. | Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. | 2015 | RICOGNIZIONI RIVISTA DI LINGUA, LETTERATURE E CULTURE MODERNE (UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO) |
| 23. | Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. | 2014 | ENTREMEIOS (UFMG) |
| 24. | Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. | 2014 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 25. | Na leva-e-traz da política científica : Uma interrogação sobre 'as relações sociais'. | 2014 | RUA (UNICAMP) |
| 26. | Peytard: l'exercice de la transversalité. | 2013 | SYNERGIES MONDE |
| 27. | Entrevista com AryonDall'Ígna Rodrigues. | 2013 | ENTREMEIOS (UFMG) |
| 28. | Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. | 2013 | SIGNO Y SEÑA - REVISTA DEL INSTITUTO DE LINGÜÍSTICA (Filo:UBA) |
| 29. | Destruição e Construção dos sentidos: um estudo da ironia. | 2012 | WEB-REVISTA DISCURSIVIDADE: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UEMS) |
| 30. | Uma prática de ensino transversal. | 2012 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 31. | Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. | 2012 | RUA (UNICAMP) |

| | | | |
|-----|---|------|---|
| 32. | Métaphores de la lettre: écriture, graphisme. | 2011 | ASTÉRION (OPENEDITION JOURNALES) |
| 33. | A Fundação de um Estado: Cidade de São Salvador, Brasil. | 2011 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 34. | La notion de langue nationale: où la théorie manque et la langue déborde. | 2011 | CAHIERS DE L'ILSL |
| 35. | A casa e a rua: uma relação político-social. | 2011 | EDUCAÇÃO E REALIDADE (UFRGS) |
| 36. | Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. | 2010 | BOLEMA. BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (UNESP) |
| 37. | Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas. | 2010 | ANIMUS (UFSM) |
| 38. | A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. | 2010 | RUA (UNICAMP) |
| 39. | Desvelamento nos morros cariocas: novos sentidos discursivos em livros-reportagem. | 2010 | VIA LITTERAE (UEG) |
| 40. | Deontologia marginal: dando voz ao 'outro' nos morros cariocas. | 2010 | ENTRETEXTOS (UEL) |
| 41. | Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. | 2009 | COMCIÊNCIA (UNICAMP – Labjor) |
| 42. | Língua e Nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. | 2009 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 43. | Espaço da violência: o sentido da delinquência. | 2009 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 44. | A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. | 2007 | COMCIÊNCIA (UNICAMP – Labjor) |
| 45. | O processo de descolonização e lusofonia. | 2007 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 46. | Análise de Discurso: Conversa com EniOrlandi. | 2006 | TEIAS (UFSC) |
| 47. | A língua brasileira. | 2005 | CIÊNCIA E CULTURA (SBPC) |

| | | | |
|-----|--|------|---|
| 48. | O discurso sobre a língua no regime de Getúlio Vargas (Estado Novo 1937/1945). | 2005 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 49. | Scientific Discourse and Interpretation. | 2005 | MULTICIÊNCIA (ASSER) |
| 50. | Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. | 2005 | MICHEL PÊCHEUX E A ANÁLISE DE DISCURSO (UESB) |
| 51. | Bolsões, fechamentos e cia.. | 2003 | RUA (UNICAMP) |
| 52. | História das idéias lingüísticas e análise do discurso. | 2002 | GRUPO CORPUS (UFMS) |
| 53. | Cidade e sentido: a sociedade e os espaços públicos. | 2002 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 54. | A análise de discurso e seus entremeios. | 2002 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 55. | O Bolsão ou a Vida. | 2001 | COMCIÊNCIA (UNICAMP – Labjor) |
| 56. | Ler rapport grammaire/philologie e/linguistique. Orbis Supplementa. | 2001 | MÉTALANGAGE ET TERMINOLOGIE |
| 57. | La ville comme espace politique-symbolique. Des paroles désorganisées au récit urbain. | 2001 | LANGAGE ET SOCIÉTÉ |
| 58. | O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. | 2000 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 59. | Des mots en liberté. | 2000 | DISCOURS ET ARGUMENTATION |
| 60. | A escrita da Análise de Discurso. | 2000 | CARTOGRAFIAS (PUC) |
| 61. | Mai de 1968: nos limites do sentido. | 1999 | REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO (UEM) |
| 62. | Sprache, Glaube, Markt: ethik und sprachpolitik. | 1999 | ZEITSCHRIFT FÜR LITERATURWISSENSCHAFT UND LINGUISTIK |
| 63. | Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. | 1999 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 64. | Do sujeito na história e no simbólico. | 1999 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 65. | Filologia, Lingüística e Gramática. | 1999 | REVISTA DA ANPOLL |

| | | | |
|-----|---|------|---|
| 66. | Ética e Política Lingüística. | 1998 | LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 67. | La Nature et les Donnés. | 1998 | HISTOIRE, EPISTEMOLOGIE, LANGAGE |
| 68. | La formation d'un espace de production linguistique. | 1998 | LANGAGES (PERSÉE) |
| 69. | A desorganização cotidiana. | 1998 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 70. | Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. | 1998 | RUA (UNICAMP) |
| 71. | Introduction (Col. S. Auroux). | 1998 | LANGAGES (PERSÉE) |
| 72. | Prefácio (Nota Introdutória) a 'Há uma saída para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo?' | 1998 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 73. | O próprio da análise do discurso. | 1998 | SÉRIE ESCRITOS (UNICAMP) |
| 74. | A Gramática, O Estado e A Autoria. | 1997 | RELATOS (UNICAMP) |
| 75. | Gramática, gramatização e emergência das primeiras gramáticas. | 1997 | ESTUDOS DA LINGUAGEM LIMITES E ESPAÇOS (UNICAMP) |
| 76. | Língua nacional e saber metalingüístico: um projeto singular. | 1997 | RELATOS (UNICAMP) |
| 77. | Exterioridade e ideologia. | 1996 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 78. | La Langue Brésilienne. | 1995 | LINX (Paris) |
| 79. | Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. | 1995 | RUA (UNICAMP) |
| 80. | A língua brasileira. | 1995 | CADERNOS DE LINGÜÍSTICA APLICADA (UNICAMP) |
| 81. | Foi EtOppression. | 1994 | MOTS (PERSÉE) |
| 82. | A Natureza e Os Dados. | 1994 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 83. | O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso. | 1994 | DELTA. DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA (PUC) |
| 84. | La Danza de Las Gramaticas. | 1993 | IZTAPALAPA (Universidad Autónoma Metropolitana) |

| | | | |
|------|---|------|---|
| 85. | O discurso dos naturalistas. | 1993 | CULTURA VOZES (UNICAMP) |
| 86. | Una política del silencio: resistencia y censura. | 1993 | ADP |
| 87. | LemêmeetL´autreendiscours. | 1992 | CAHIERS DE PRAXEMATIQUE |
| 88. | Un Sentido Positivo Para El CiudadanoBrasileño. | 1992 | SIGNO Y SENA (UNIVERSIDAD DE LA RIOJA) |
| 89. | Un regard français sur le Brésil, l´inscription des langues dans les relations de voyage. | 1992 | LES CAHIERS DE FONTENAY |
| 90. | O método em análise do discurso. | 1991 | DISCURSO |
| 91. | Palavra do Amor. | 1990 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 92. | Parole à plusieurs tranchants. | 1989 | PRAXÉMATIQUE |
| 93. | Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. | 1988 | CADERNOS (PUC) |
| 94. | A língua imaginária e a língua fluida. (coautoria com Tânia C.C. de Souza) | 1988 | POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA (USP) |
| 95. | Une confrontation dans le langage. | 1988 | LANGAGES (PARIS) |
| 96. | A incompletude do sujeito. | 1988 | SUJEITO E TEXTO (PUC) |
| 97. | As lições da Bahetá: Sobre a Língua Pataxó Hãhãhã (cartilha). | 1987 | C P I (UNICAMP) |
| 98. | Destruição e Construção de Sentido. | 1986 | SÉRIE ESTUDOS (Faculdades Integradas de Uberaba – MG) |
| 99. | A história do sujeito-leitor, uma questão para a leitura. | 1986 | LETRAS DE HOJE (PUC) |
| 100. | Uma retórica dos oprimidos: o discurso das lideranças indígenas. | 1986 | TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA (UNICAMP) |
| 101. | Análise do Discurso: algumas observações. | 1986 | DELTA. DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA (PUC) |
| 102. | Les discours des leaders des indiens. | 1986 | SOCIOLINGUISTIQUE NEWSLETTER |
| 103. | Leitura: questão lingüística, pedagógica ou social? | 1986 | EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (CEDES - UNICAMP) |

| | | | |
|------|--|------|---|
| 104. | Mito e discurso: observações ao pé da página. | 1985 | REVISTA DE ANTHROPOLOGIA (FFLCH/USP) |
| 105. | Texto: leitura e redação. | 1985 | PROJETO IPÊ (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO) |
| 106. | O estatuto do liberal e a reforma da terra. | 1985 | RELIGIÃO & SOCIEDADE (Instituto de Estudos da Religião - ISER) |
| 107. | Pátria ou terra: o índio e a identidade nacional. | 1985 | ACERVO ISA (UNICAMP) |
| 108. | Typologie du Discours et Règles de la Conversation. | 1984 | LANGAGES ET SOCIÉTÉ |
| 109. | Significação, Leitura e Redação. | 1984 | TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA (UNICAMP) |
| 110. | Segmentar ou Recortar. | 1984 | SÉRIE ESTUDOS (Faculdades Integradas de Uberaba – MG) |
| 111. | As histórias da leitura. | 1984 | LEITURA: TEORIA & PRÁTICA (UNICAMP) |
| 112. | Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. | 1984 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 113. | Para quem é o discurso pedagógico. | 1983 | SÉRIE ESTUDOS (Faculdades Integradas de Uberaba – MG) |
| 114. | A produção da leitura e suas condições. | 1983 | LEITURA: TEORIA & PRÁTICA (UNICAMP) |
| 115. | A escola e suas mediações. | 1983 | EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (CEDES - UNICAMP) |
| 116. | Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. | 1983 | CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 117. | Uma questão de leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor. | 1982 | CADERNOS (PUC) |
| 118. | O discurso da história para a escola. Português Estudos Lingüísticos. | 1981 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 119. | Funcionamento e Discurso. SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO | 1981 | |
| 120. | A sócio-lingüística, a teoria da enunciação e a análise do discurso. Sobre o discurso. | 1979 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |

| | | | |
|------|---|------|--|
| 121. | Os protagonistas do / no discurso. Foco e pressuposição. | 1978 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 122. | O discurso pedagógico: a circularidade. Sobre semântica. | 1978 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 123. | O lingüístico e o social. Foco e pressuposição. | 1978 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 124. | O discurso pedagógico: a circularidade. Sobre semântica. | 1978 | ANAIS III DO GEL (UNESP) |
| 125. | O discurso em revista: a mulher-fêmea. Sobre a linguagem. | 1977 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 126. | A indiferença do material e o ponto de vista que o organiza. Sobre Linguagem. | 1977 | SÉRIE ESTUDOS (UNICAMP) |
| 127. | O verbo e a voz: uma forma de análise. | 1976 | ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UNICAMP) |
| 128. | A problemática da tradução. | 1974 | REVISTA, CENTRO DE EST. DE LET. (PUC) |
| 129. | Compte-rendu. | 1970 | LA LINGUISTIQUE |

Tabela 4: Publicações separadas por décadas e categorias

| Nº | TÍTULO | ANO | CATEGORIA |
|-----------|--|------------|---------------------|
| | DÉCADA 2020-ATUAL | | |
| 1. | Médias etvérité: lebrouhaha qui assourditlessens. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 2. | Entrevista: 23 anos da obra Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 3. | A latência dos sentidos na pulsação da história. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 4. | Gramática e Discurso - pensamentos latentes e expressões de situação. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 5. | Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 6. | Processo discursivo, (re)escrita e ensino. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|-----|---|------|---------------------|
| 7. | Lenguaje, sujetos, resistencia. Polyphonia. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 8. | Publicidade contra a violência no namoro: uma abordagem discursiva. | 2022 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 9. | Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. | 2021 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 10. | Entrevista com EniOrlandi. | 2021 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 11. | Entrevista com EniOrlandi. | 2020 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 12. | Nas fronteiras da Linguagem, uma geração: da rebeldia e da responsabilidade. | 2020 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 13. | Práticas sociais de fabricação da memória. | 2020 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 14. | Entrevista com EniOrlandi por E. Grigoletto e B. Mariani. | 2020 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 15. | Entrevista com EniOrlandi em “Encontros com professoras - pesquisadoras: educação, práxis e discurso” | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 16. | Análise de Discurso: uma ciência da linguagem. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 17. | L´analysedudiscours: une sciencedulangage. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 18. | O corpo na Análise de Discurso: entrevista com EniOrlandi. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 19. | A charge como crônica visual: a metáfora da violência. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 20. | Violação ético-política da significação e silêncio. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 21. | Sobre Discurso e Argumentação. | 2023 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 22. | Escritos e sussurros. | 2022 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 23. | Sobre metáfora, memória e significância. | 2022 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 24. | Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. | 2022 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 25. | Da argumentação na Análise de Discurso. | 2021 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 26. | A terra não é plana e o mundo das palavras não tem só dois lados: ainda o silêncio em suas novas formas. | 2021 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 27. | Artefato, metaforização e ciências humanas. | 2020 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 28. | Argumentação e Análise de Discuso: conceito e análises. | 2023 | LIVRO PUBLICADO |
| 29. | Las formas del silencio | 2021 | LIVRO PUBLICADO |

| | DÉCADA 2010-2019 | | |
|-----|--|------|---------------------|
| 30. | L´analysedudiscours au Brésil. | 2019 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 31. | A análise de discurso é possível? | 2019 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 32. | Uma obra fundadora e a construção de um novo objeto. | 2019 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 33. | Entre Letras, o Mundo. | 2018 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 34. | Alarido e Silêncio. | 2017 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 35. | Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. | 2016 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 36. | Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. | 2015 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 37. | Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. | 2015 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 38. | Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. | 2014 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 39. | Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. | 2014 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 40. | Na leva-e-traz da política científica : Uma interrogação sobre 'as relações sociais'. | 2014 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 41. | Peytard: l´exercice de la transversalité. | 2013 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 42. | Entrevista com AryonDall´igna Rodrigues. | 2013 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 43. | Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. | 2013 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 44. | Destruição e Construção dos sentidos: um estudo da ironia. | 2012 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 45. | Uma prática de ensino transversal. | 2012 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 46. | Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. | 2012 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 47. | Métaphores de la lettre: écriture, graphisme. | 2011 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 48. | A Fundação de um Estado: Cidade de São Salvador, Brasil. | 2011 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 49. | La notion de langue nationale:où la théorie manque et la langue déborde. | 2011 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 50. | A casa e a rua: uma relação político-social. | 2011 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|-----|---|--------------|---------------------|
| 51. | Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. | 2010 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 52. | Formas de Conhecimento, Informação e Políticas Públicas. | 2010 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 53. | A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. | 2010 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 54. | Desvelamento nos morros cariocas: novos sentidos discursivos em livros-reportagem. | 2010 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 55. | Deontologia marginal: dando voz ao 'outro' nos morros cariocas. | 2010 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 56. | Entrevista com EniOrlandi "Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar". | 2019 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 57. | A secretária: um obstáculo ao exercício dos Direitos Humanos? Cotidiano e burocracia. | 2019 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 58. | L'analysediscorso in Brasile. | 2019 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 59. | Política e Silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. | 2019 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 60. | Sujeitos invisíveis: sujeitos à interpretação. | 2018 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 61. | Texteetdiscours: quanddirec'est (se) signifíer. | 2018 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 62. | Ética, Ciência, Ideologia e Interpretação. | 2018 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 63. | Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. | 2016 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 64. | Apontamentos sobre discurso, imaginário social e conhecimento. | 2016 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 65. | Ser Diferente é ser Diferente - a quem interessam as minorias. | 2016 2014 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 66. | La fondation d'unÉtat: la ville de São Salvador, Brésil. | 2015 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 67. | Na trilha: teoria, autoria, reescrita. | 2015 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 68. | O Método em Análise de Discurso: uma prática de reflexão. | 2014 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 69. | L'ordredesmotset la langue brésilienne. | 2014 | CAPÍTULO DE LIVRO |

| | | | |
|-----|--|------|-------------------|
| 70. | Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. | 2014 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 71. | A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 72. | Discurso científico e interpretação: uma questão para o cientista. | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 73. | Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a Propaganda de Estado. | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 74. | Événementdiscursif, mémoireetinterprétation: à proposdudocumentaire São Carlos/1968 | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 75. | Análise de Discurso, Ciência e Atualidade. | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 76. | A Palavra Dança e o Mundo Roda: Polícia! | 2013 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 77. | Processo de significação, corpo e sujeito. | 2012 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 78. | Uncorptextuel. | 2012 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 79. | Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. | 2012 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 80. | O verbete hipercorreção em alguns Dicionários e a proposta de um deslocamento teórico. AZAMBUJA, E. B. ; ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli ; ALMEIDA, E. | 2012 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 81. | Historicité, individuetsociétécontemporaine : quelsens a la violence? | 2012 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 82. | Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. | 2011 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 83. | Conhecimento e relação entre diferentes tradições intelectuais e linguísticas. | 2011 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 84. | Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. | 2011 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 85. | Língua, Comunidade e relações sociais no espaço digital. | 2011 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 86. | La notion de langue nationale: où la théorie manque et la langue déborde. | 2011 | CAPÍTULO DE LIVRO |

| | | | |
|------|---|------|-------------------|
| 87. | Formas de Individuação do Sujeito Feminino e Sociedade Contemporânea: O Caso da Delinquência. | 2010 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 88. | Discurso e Políticas Públicas Urbanas - A Fabricação do Consenso | 2010 | LIVRO PUBLICADO |
| 89. | Análise de Discurso Michel Pêcheux textos escolhidos por Eni P. Orlandi | 2011 | LIVRO PUBLICADO |
| 90. | La construction du Brésil - à propos des discours français sur la découverte | 2011 | LIVRO PUBLICADO |
| 91. | Discurso, Espaço, Memória - Caminhos da identidade no sul de Minas | 2011 | LIVRO PUBLICADO |
| 92. | Discurso em Análise - Sujeito, Sentido, Ideologia | 2012 | LIVRO PUBLICADO |
| 93. | Anais do Enelin | 2012 | LIVRO PUBLICADO |
| 94. | Análisis de Discurso | 2012 | LIVRO PUBLICADO |
| 95. | V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem: linguagem, sociedade, políticas | 2013 | LIVRO ORGANIZADO |
| 96. | Anais do ENELIN do V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem: Linguagem, sociedade, políticas | 2013 | LIVRO PUBLICADO |
| 97. | Discursos sobre a inclusão (FERREIRA) | 2014 | LIVRO ORGANIZADO |
| 98. | Linguagem, Sociedade, Políticas. | 2014 | LIVRO PUBLICADO |
| 99. | Ciência da Linguagem e Política: Anotações ao pé das Letras | 2014 | LIVRO PUBLICADO |
| 100. | Caderno de Resumos do III Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses | 2014 | LIVRO ORGANIZADO |
| 101. | 4º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses | 2016 | LIVRO ORGANIZADO |
| 102. | Trilogia da Diversidade - Cultura e Diversidade | 2016 | LIVRO ORGANIZADO |
| 103. | Linguagem, Tecnologia e Espaço Social | 2016 | LIVRO ORGANIZADO |
| 104. | Anais do Enelin 2015 - Linguagem, tecnologia e espaço social | 2016 | LIVRO ORGANIZADO |

| | | | |
|-------------------------|---|------|---------------------|
| 105. | Instituição, relatos e lendas: narratividade e individuação dos sujeitos | 2016 | LIVRO PUBLICADO |
| 106. | Le forme del silenzionel movimento del senso | 2016 | LIVRO PUBLICADO |
| 107. | Eu, Tu, Ele - Discurso e Real da História | 2017 | LIVRO PUBLICADO |
| 108. | Linguagem, Instituições e Práticas Sociais | 2018 | LIVRO ORGANIZADO |
| DÉCADA 2000-2009 | | | |
| 109. | Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. | 2009 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 110. | Língua e Nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. | 2009 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 111. | Espaço da violência: o sentido da delinquência. | 2009 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 112. | A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. | 2007 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 113. | O processo de descolonização e lusofonia. | 2007 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 114. | Análise de Discurso: Conversa com EniOrlandi. | 2006 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 115. | A língua brasileira. | 2005 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 116. | O discurso sobre a língua no regime de Getúlio Vargas (Estado Novo 1937/1945). | 2005 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 117. | Scientific Discourse and Interpretation. | 2005 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 118. | Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. | 2005 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 119. | Bolsões, fechamentos e cia.. | 2003 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 120. | História das idéias lingüísticas e análise do discurso. | 2002 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 121. | Cidade e sentido: a sociedade e os espaços públicos. | 2002 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 122. | A análise de discurso e seus entremeios. | 2002 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 123. | O Bolsão ou a Vida. | 2001 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 124. | Ler rapport grammaire/philologie/linguistique. Orbis Supplementa. | 2001 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 125. | La ville comme espace politique-symbolique. Des paroles désorganisées au récit urbain. | 2001 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|------|---|------|---------------------|
| 126. | O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. | 2000 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 127. | Desmotsenliberté. | 2000 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 128. | A escrita da Análise de Discurso. | 2000 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 129. | Processo de descolonização lingüística: as representações da língua nacional. | 2009 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 130. | Nos primórdios do acontecimento lingüístico da colonização: "Porque das cousas nascem as palavras, e não das palavras, as cousas". | 2009 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 131. | Terrorismo: uma difícil tarefa de definição. | 2009 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 132. | Educação em direitos humanos: um discurso. | 2008 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 133. | Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. | 2008 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 134. | OntheNotionofStructureandStructuralism in Brazil. | 2007 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 135. | Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo. | 2007 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 136. | L'analyse de discours et ses entre-deux: notes sur son histoire au Brésil. | 2007 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 137. | O conhecimento sobre a linguagem. ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira | 2006 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 138. | À flor da pele: indivíduo e sociedade. | 2006 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 139. | Análise de Discurso. | 2006 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 140. | O contato entre línguas e a relação com o outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. | 2005 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 141. | População urbana e seus modos de vida. | 2004 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 142. | A representação do outro na língua: uma releitura de Serafim da Silva Neto. | 2004 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 143. | Colonização, globalização, tradução e autoria científica. | 2003 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 144. | Ler a cidade: o arquivo e a memória (apresentação). | 2003 | CAPÍTULO DE LIVRO |

| | | | |
|------|---|------|-------------------|
| 145. | Polissêmico. | 2003 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 146. | Palavra de amor. | 2003 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 147. | Coreografar: inscrever significativamente o corpo no espaço. | 2002 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 148. | O corpo que dança. | 2002 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 149. | Unpointc'esttout. Interdiscours, incomplétude, textualisation. | 2002 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 150. | Ir ao Congresso: fazer história das idéiaslingüísticas? | 2002 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 151. | Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. | 2001 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 152. | Tralhas e troços: o flagrante urbano. | 2001 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 153. | Divulgação científica e efeito-leitor: uma política social urbana. | 2001 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 154. | Lerapport: grammaire, philosophie, linguistique. | 2001 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 155. | Entrar na sociedade geral dos cidadãos. | 2000 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 156. | Rumeursetsilences: trajetsdessens, lesparcoursdudire. | 2000 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 157. | Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos | 2001 | LIVRO PUBLICADO |
| 158. | Cidade atravessada - Os sentidos do público no espaço urbano | 2001 | LIVRO PUBLICADO |
| 159. | Historia das idéiaslingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional | 2001 | LIVRO PUBLICADO |
| 160. | Língua e conhecimento lingüístico | 2002 | LIVRO PUBLICADO |
| 161. | Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas | 2002 | LIVRO ORGANIZADO |
| 162. | Para uma enciclopédia da cidade | 2003 | LIVRO PUBLICADO |
| 163. | Cidade dos sentidos | 2004 | LIVRO PUBLICADO |
| 164. | Discurso e textualidade | 2006 | LIVRO ORGANIZADO |
| 165. | Un dialogue atlantique: productiondessciencesdulangag e au Brésil | 2007 | LIVRO PUBLICADO |
| 166. | Política lingüística no Brasil | 2007 | LIVRO PUBLICADO |

| | | | |
|------------|--|------|---------------------|
| 167. | Língua Brasileira e outras Histórias - Discurso sobre a língua e ensino no Brasil | 2009 | LIVRO PUBLICADO |
| | DÉCADA 1990-1999 | | |
| 152 | Maio de 1968: nos limites do sentido. | 1999 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 168. | Sprache, Glaube, Marcht: ethikundsprachpolitik. | 1999 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 169. | Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. | 1999 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 170. | Do sujeito na história e no simbólico. | 1999 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 171. | Filologia, Lingüística e Gramática. | 1999 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 172. | Ética e Política Lingüística. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 173. | La NatureetlesDonnés. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 174. | La formation d'un espace de productionlinguistique. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 175. | A desorganização cotidiana. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 176. | Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 177. | Introduction (Col. S. Auroux). | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 178. | Prefácio (Nota Introdutória) a 'Há uma saída para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo?' | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 179. | O próprio da análise do discurso. | 1998 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 180. | A Gramática, O Estado e A Autoria. | 1997 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 181. | Gramática, gramatização e emergência das primeiras gramáticas. | 1997 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 182. | Língua nacional e saber metalingüístico: um projeto singular. | 1997 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 183. | Exterioridade e ideologia. | 1996 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 184. | La Langue Brésilienne. | 1995 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 185. | Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. | 1995 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 186. | A língua brasileira. | 1995 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 187. | Foi EtOppression. | 1994 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 188. | A Natureza e Os Dados. | 1994 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 189. | O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso. | 1994 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|------|--|------|---------------------|
| 190. | La Danza de Las Gramaticas. | 1993 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 191. | O discurso dos naturalistas. | 1993 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 192. | Una política del silêncio: resistência y censura. | 1993 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 193. | LemêmeetL´autreendiscours. | 1992 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 194. | Un Sentido Positivo Para El CiudadanoBrasileno. | 1992 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 195. | Un regardfrançais surle Brésil, l´ inscriptiondes langues danslesrelations de voyage. | 1992 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 196. | O método em análise do discurso. | 1991 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 197. | Palavra do Amor. | 1990 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 198. | Maio de 1968: nos limites dos sentidos. | 1999 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 199. | Maio de 1968: os Silêncios da Memória. | 1999 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 200. | Conhecimento de linguagem: filosofias espontâneas. | 1999 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 201. | Análise de discurso: método, objeto. | 1999 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 202. | Identidade Lingüística Escolar. | 1998 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 203. | A leitura proposta e os leitores possíveis. | 1998 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 204. | O saber, a língua, a história. | 1998 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 205. | Lediscoursfondateurs de la Brésiliannité. | 1998 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 206. | Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. | 1996 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 207. | O discurso da educação ambiental. | 1996 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 208. | Efeitos do verbal sobre o não- verbal. | 1996 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 209. | Uma amizade firme. | 1994 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 210. | Silence, sujet, histoire. | 1993 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 211. | Vão surgindo os sentidos. | 1993 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 212. | HeterogeneitesDiscursivesEtSile nces. | 1990 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 213. | Análise de discurso: princípios e procedimentos | 1990 | LIVRO PUBLICADO |
| 214. | Terra à vista | 1990 | LIVRO PUBLICADO |
| 215. | Discurso indígena: a materialidade da língua e o movimento da identidade | 1991 | LIVRO PUBLICADO |
| 216. | As Formas do Silêncio | 1992 | LIVRO PUBLICADO |
| 217. | Discurso fundador | 1993 | LIVRO PUBLICADO |
| 218. | Gestos de Leitura: da história no discurso | 1994 | LIVRO PUBLICADO |

| | | | |
|------|--|------|---------------------|
| 219. | Les Formes du Silence | 1995 | LIVRO PUBLICADO |
| 220. | Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico | 1996 | LIVRO PUBLICADO |
| 221. | Língua e Cidadania: o Português do Brasil | 1996 | LIVRO PUBLICADO |
| 222. | Sociedade e linguagem (colab.) | 1997 | LIVRO ORGANIZADO |
| 223. | Papel da memória (colab.) | 1999 | LIVRO PUBLICADO |
| | DÉCADA 1980-1989 | | |
| 209 | Parole à plusieurs tranchants. | 1989 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 224. | Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. | 1988 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 225. | A língua imaginária e a língua fluida. (coautoria com Tânia C.C. de Souza) | 1988 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 226. | Une confrontation dans le langage. | 1988 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 227. | A incompletude do sujeito. | 1988 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 228. | As lições da Bahetá: Sobre a Língua Pataxó Hãhãhã (cartilha). | 1987 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 229. | Destruição e Construção de Sentido. | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 230. | A história do sujeito-leitor, uma questão para a leitura. | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 231. | Uma retórica dos oprimidos: o discurso das lideranças indígenas. | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 232. | Análise do Discurso: algumas observações. | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 233. | Les discours des leaders des indiens. | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 234. | Leitura: questão lingüística, pedagógica ou social? | 1986 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 235. | Mito e discurso: observações ao pé da página. | 1985 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 236. | Texto: leitura e redação. | 1985 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 237. | O estatuto do liberal e a reforma da terra. | 1985 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 238. | Pátria ou terra: o índio e a identidade nacional. | 1985 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 239. | Typologie du Discours et Règles de la Conversation. | 1984 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 240. | Significação, Leitura e Redação. | 1984 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 241. | Segmentar ou Recortar. | 1984 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 242. | As histórias da leitura. | 1984 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|------|---|------|---------------------|
| 243. | Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. | 1984 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 244. | Para quem é o discurso pedagógico. | 1983 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 245. | A produção da leitura e suas condições. | 1983 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 246. | A escola e suas mediações. | 1983 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 247. | Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. | 1983 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 248. | Uma questão de leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor. | 1982 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 249. | O discurso da história para a escola. Português Estudos Lingüísticos. | 1981 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 250. | Funcionamento e Discurso. SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO | 1981 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 251. | Silêncio e implícito. | 1989 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 252. | O inteligível, o interpretável e o compreensível. | 1988 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 253. | A incompletude do sujeito. | 1988 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 254. | Ilusões da/na linguagem. | 1987 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 255. | As formas do falso. | 1987 | CAPÍTULO DE LIVRO |
| 256. | A linguagem e seu funcionamento - As formas do discurso | 1983 | LIVRO PUBLICADO |
| 257. | O que é lingüística? | 1986 | LIVRO PUBLICADO |
| 258. | Palavra, fé, poder (organização e prefácio) | 1987 | LIVRO ORGANIZADO |
| 259. | A leitura e os leitores | 1988 | LIVRO PUBLICADO |
| 260. | Discurso e Leitura | 1988 | LIVRO PUBLICADO |
| 261. | Política lingüística na América Latina (organização e prefácio) | 1988 | LIVRO PUBLICADO |
| 262. | Vozes em contraste (colab.) | 1989 | LIVRO PUBLICADO |
| | DÉCADA 1970-1979 | | |
| 263. | A sócio-lingüística, a teoria da enunciação e a análise do discurso. Sobre o discurso. | 1979 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 264. | Os protagonistas do / no discurso. Foco e pressuposição. | 1978 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 265. | O discurso pedagógico: a circularidade. Sobre semântica. | 1978 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 266. | O lingüístico e o social. Foco e pressuposição. | 1978 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

| | | | |
|------|--|------|---------------------|
| 267. | O discurso pedagógico: a circularidade. Sobre semântica. | 1978 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 268. | O discurso em revista: a mulher-fêmea. Sobre a linguagem. | 1977 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 269. | A indiferença do material e o ponto de vista que o organiza. Sobre Linguagem. | 1977 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 270. | O verbo e a voz: uma forma de análise. | 1976 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 271. | A problemática da tradução. | 1974 | ARTIGO EM PERIÓDICO |
| 272. | Compte-rendu. | 1970 | ARTIGO EM PERIÓDICO |

Tabela 5: Livros de Orlandi que abordam a temática do corpo

| Nº | TÍTULO | ANO |
|-----------|---|------------|
| 01 | A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso | 1983 |
| 02 | Discurso e Leitura | 1988 |
| 03 | Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo | 1990 |
| 04 | As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos | 1992 |
| 05 | Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional | 1993 |
| 06 | A leitura e os leitores | 1998 |
| 07 | Análise de discurso: princípios e procedimentos | 1999 |
| 08 | Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos | 2001 |
| 09 | Para uma enciclopédia da cidade | 2003 |
| 10 | Cidade dos sentidos | 2004 |
| 11 | Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia | 2012 |
| 12 | Eu, tu, ele: discurso e real da História | 2017 |